



***VII Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das
Américas (COPA)***

***e VI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares
das Américas***

Quito, Equador

29 de maio a 3 de junho de 2006

A VII Assembléia Geral da COPA, realizada em Quito, Equador, de 29 de maio a 3 de junho de 2006, reuniu cerca de 60 parlamentares provenientes de 14 países para discutirem principalmente sobre o tema "Tratados comerciais e desenvolvimento econômico". Os parlamentares presentes adotaram a Declaração de Quito e também as recomendações decorrentes das comissões permanentes de trabalho da COPA.

Novo presidente, Senhor Carlos Jiménez Macías (México), e [novos membros do Comité Executivo](#)

ASSEMBLÉIA GERAL E COMITÉ EXECUTIVO

[Programa](#) (em espanhol)

[Relatório](#)

[Declaração de Quito](#) (em espanhol)

[Resolução sobre as próximas Assembléias Gerais da](#)

[COPA \(em espanhol\)](#)

[Resolução sobre a criação de uma única organização responsável pelo diálogo interparlamentar nas Américas](#)
(em espanhol)

[Resolução sobre a necessidade de fortalecer as normas visando assegurar a coexistência dos Estados das Américas baseado nos princípios enunciados no Estatuto da COPA](#) (em espanhol)

[Regras de procedimento da COPA](#)

Relatórios e recomendações das comissões temáticas permanentes:

- **Comissão de democracia e paz**
 - Relatório
 - [Recomendação sobre o Haiti](#)
 - [Relatório da missão de observação das eleições gerais antecipadas na Bolívia, dia 18 de dezembro de 2005](#)
- **Comissão de economia, comércio, trabalho e blocos comerciais**
 - [Recomendação](#) (em espanhol)
- **Comissão de educação, cultural, ciência e tecnologia**
 - [Recomendação sobre a educação](#) (em espanhol)
 - [Recomendação sobre a ratificação da Convenção da UNESCO sobre a diversidade cultural](#)
 - [Relatório sobre a diversidade cultural](#) (em espanhol)
- **Comissão de saúde e previdência social**
 - [Relatório](#)
 - [Recomendação sobre os direitos sexuais e reprodutivos](#)

- [Carta da Bahia](#)
- [Relatório sobre a saúde sexual e reprodutora](#) (em espanhol)
- Apresentação da Sra. Ana Güezmes, conselheira da equipe de apoio técnico para América latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA): "[A preponderância da saúde reprodutora e dos direitos sexuais na redução da pobreza relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(ODM\)](#)" (em espanhol)
- Apresentação da Sra. Natalia Garcia, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): "[As condições de desenvolvimento econômico necessárias para o avanço da efetivação dos ODM nas Américas](#)" (em espanhol)
- **Comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável**
 - [Relatório](#) (em espanhol)
- **Comissão dos direitos humanos, dos povos indígenas e da segurança dos cidadãos**
 - Relatório

Fotos do evento - COPA

Para obter mais informações sobre a VI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, favor de consultar o WEBSITE da Rede: www.feminamericas.org

2006-07-24



**COMITÉ EJECUTIVO DE LA CONFEDERACIÓN / CONFEDERATION EXECUTIVE COMMITTEE /
COMITÉ EXECUTIVO DA CONFEDERAÇÃO / COMITÉ EXÉCUTIF DE LA CONFÉDÉRATION
(2006-06-02)**

Presidente / President / Presidente / Président

Cámara de Diputados de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sr. Carlos Jiménez Macías, Diputado

1ª Vicepresidenta / 1st Vice-President / 1º Vice-Presidente / 1^{re} Vice-Présidente

Cámara de Senadores de la Provincia de Buenos Aires, Argentina
Sra. Edda Evangelina Acuña, Senadora

Vicepresidentes / Vice-Presidents / Vice-Presidentes / Vice-présidents

América del Norte / North America / América do Norte / Amérique du Nord

Senado de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sra. Aracely Escalante Jasso, Senadora

National Hispanic Caucus of State Legislators (NHCSL), USA
Rep. Félix Ortiz, President

América Central / Central America / América Central / Amérique centrale

Asamblea Legislativa de El Salvador
Sra. Mariella Peña Pinto, Diputada

El Caribe / Caribbean / O Caribe / Antilles

Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba
Sr. Tubal Páez Hernández, Diputado

Parlamento de las Antillas Neerlandesas
Sr. Dudley Lucia, Diputado

Región Andina / Andean region/ Região Andina/ Région andine

Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela
Sra. Maria Iris Varela Rangel, Diputada

Congreso Nacional de Ecuador
Sra. Myriam Garcés Davila, Diputada

Cono Sur / Southern Cone / Cone Sul / Cône Sud

Câmara dos Deputados do Brasil
Sr. João Miguel Feu Rosa, Deputado

Cámara de Diputados de la República del Paraguay
Sra. Zulma Ramona Gómez Cáceres, Diputada

Red de Mujeres / Network of Women / Rede de Mulheres / Réseau des femmes

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Sra. Aparecida Gama, Deputada, Presidenta de la Red

Tesorera / Treasurer / Tesorera / Trésorière

Cámara de Diputados de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sra. Leticia Gutiérrez Corona, Diputada

**Red de Mujeres Parlamentarias / Network of Women Parliamentarians /
Rede de Mulheres Parlamentares / Réseau des femmes parlementaires**

Senado de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sra. Lucero Saldaña Pérez, Senadora

Ex Presidentes / Ex-Presidents / Ex-Presidentes / Ex-Présidents

Assemblée nationale du Québec
M. Jean-Pierre Charbonneau, Député
(1997-1999)

Senado de Puerto Rico
Sr. Kenneth McClintock Hernández, Presidente
(1999-2000)

Parlamento Andino
Sra. Jhannett Madriz Sotillo, Vicepresidenta
(2003-2004)

Câmara dos Deputados do Brasil
Sra. Maria José Maninha, Deputada
(2004-2005)

Congreso Nacional de Ecuador
Sr. Guillermo Landázuri Carrillo, Diputado
(2005-2006)

**Parlamentos regionales y organizaciones interparlamentarias / Regional Parliaments
and Interparliamentary Organizations / Parlamentos regionais e organizações
interparlamentares / Parlements régionaux et organisations interparlementaires**

National Hispanic Caucus of State Legislators (NHCSL), USA
Rep. Joseph Miró, Vice-President

Parlamento Andino
Sr. Luis Fernando Duque García, Presidente

Parlamento Amazónico
Sr. Gerardo Cruz Saavedra Mesones, Presidente

Parlamento Centroamericano
Sra. María Esperanza Valle, Diputada

Parlamento Indígena
(vacante)

Parlamento Latinoamericano
Sr. Ney Lopes de Sousa, Presidente

União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), Brasil
Sr. Liberman Moreno, Diputado

Unión de Parlamentarios del Mercosur
Sr. Celestino Roque Secco, Presidente

Conferencia Mexicana de Congresos y Legisladores Estatales (COMCE)
Sr. Efraín Villanueva, Diputado

Conferencia Nacional de Legisladores Locales
Sr. Pedro Ruíz Higuera, Diputado

Parlamento de Patagonia
Sra. Selva Judit Fortsmann, Diputada

Asamblea anfitriona de la Primera Asamblea General / Host Assembly of the First General Assembly / Assembléia Anfitriã da Primeira Assembléia Geral / Assemblée hôte de la Première Assemblée générale

Assemblée nationale du Québec
M. Pierre Moreau, Député

1ª organización interparlamentaria coparticipe de la COPA / 1st interparliamentary organization partner of the COPA / 1ª organização interparlamentar associada à COPA / 1^{re} organisation interparlementaire partenaire de la COPA

União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), Brasil
Dep. Celestino Roque Secco, Cuarto Vicepresidente

Parlamentos de Estados Federales y Unitarios / Parliaments of Federal and Unitary States / Parlamentos de Estados federais e unitários/ Parlements d'États fédéraux et unitaires

Parlamento de las Antillas Neerlandesas
Sr. Pedro Atacho, Senador

Cámara de Diputados de la Nación de Argentina
Sra. Ana Elisa Rita Richter, Diputada

Cámara de Diputados de Bolivia
(vacante)

Câmara dos Deputados do Brasil
Sr. Iván Valente, Deputado

Cámara de Diputados de Colombia
Sr. Oscar Dario Pérez, Diputado

Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba
Sra. Elsa Rojas, Diputada

Asamblea Legislativa de El Salvador
Sra. Irma Amaya, Diputada

Sénat de la République d'Haïti
Mme Céméphise Gilles, Sénatrice

Congreso Nacional de Honduras
Sra. Doris Alejandrina Gutiérrez, Diputada

House of Representatives of Jamaica
Dr. Morais Guy, Member

Congreso de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sra. Martha Hilda González Calderón, Diputada

Cámara de Diputados de la República del Paraguay
Sr. Tolentino Bobadilla Centurión, Diputado

Asamblea Legislativa de Panamá
Sr. José Olmedo Carreño Araúz, Diputado

Cámara de Diputados de República Dominicana
Sra. Minerva Josefina Taváres Mirabal, Diputada

National Assembly of Suriname
Ms Ruth Wijdenbosch, Deputy Speaker

Cámara de Senadores del Uruguay
Sr. Carlos Baráibar, Senador

Asamblea Nacional de Venezuela
Sr. Oscar Figuera, Diputado

Asambleas Parlamentarias de los Estados Asociados / Parliamentary Assemblies of Associated States / Assembléias Parlamentares dos Estados Associados / Assemblées parlementaires des États associés

Senado de Puerto Rico
Sr. Kenneth McClintock Hernández, Presidente

Asambleas Parlamentarias de los Estados Federados / Parliamentary Assemblies of Federated States / Assembléias parlamentares dos Estados federados / Assemblées parlementaires des États fédérés

Argentina
(vacante)

Brasil
Representadas pela UNALE

Canada
Assemblée nationale du Québec
M. Éric R. Mercier, Député

México
(vacante)

**Presidentes de las Comisiones Permanentes / President of the Permanent Comité /
Presidentes das Comissões Permanentes / Présidents des commissions permanentes**

*Comisión de la Democracia y de la Paz / Comité on Democracy and Peace / Comissão de
Democracia e Paz / Commission de la démocratie et de la paix*

Assemblée nationale du Québec
M. Éric R. Mercier, Député

*Comisión de Economía, Comercio, Trabajo y Bloques Comerciales / Comité on Economy,
Trade, Labour and Trading Blocs / Comissão de Economia, Comércio, Trabalho e Blocos
Comerciais / Commission de l'économie, du commerce, du travail et des blocs commerciaux*

Cámara de Diputados de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sr. Juan José García Ochoa, Diputado

*Comisión de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología / Committee on Education, Cultura,
Science and Technology / Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia / Commission de
l'éducation, de la science et de la technologie*

Cámara de Diputados de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
Sra. Consuelo Camarena Gómez, Diputada

*Comisión de Salud y Protección Social / Committee on Health and Social Protection /
Comissão de Saúde e Previdência Social / Commission de la santé et de la protection sociale*

Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba
Sra. Elsa Rojas, Diputada

*Comisión de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible / Committee on the Environment and
Sustainable / Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentable / Commission de
l'environnement et du développement durable*

Parlamento de las Antillas Neerlandesas
Sr. Dudley Lucia, Diputado

*Comisión de Derechos Humanos, Pueblos Indígenas y Seguridad de los Ciudadanos /
Committee on Human Rights, Aboriginal Peoples, and Citizen Security / Comissão de
Direitos Humanos, dos Povos Indígenas e Segurança dos Cidadãos / Commission des
droits de la personne, des peuples autochtones et de la sécurité des citoyens*

Câmara dos Deputados do Brasil
Sr. Orlando Fantazinni, Deputado



CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMERICAS -COPA VII ASAMBLEA GENERAL

TEMA: "TRATADOS COMERCIALES Y DESARROLLO ECONÓMICO EN LAS AMÉRICAS"

DEL 29 DE MAYO AL 4 DE JUNIO DE 2006

QUITO – ECUADOR

AGENDA

SEDE DEL EVENTO: SWISSÔTEL QUITO

LUNES 29 DE MAYO

Todo el día	Llegada de los parlamentarios y delegaciones al Aeropuerto Internacional Mariscal Sucre de la Ciudad de Quito Registro de participantes
16:00 – 19:00	Reunión del Comité Ejecutivo de la Red de Mujeres Parlamentarias <i>Lugar: Salón Basel</i>
20:00 – 21:30	Cena del Comité Ejecutivo de la Red de Mujeres (Ofrecida por el Municipio de Quito y la Dip. Myriam Garcés) <i>Lugar: El Panecillo, Restaurant Pim's</i>

MARTES 30 DE MAYO

9:00 – 18:00	Registro de participantes <i>Lugar: Mezzanine</i>
9:00 – 14:00	Reunión de las Secretarías Técnicas de Brasil, Québec y México <i>Lugar: Salón Neuchatel II</i>
9:00 - 13:30	<u>REUNIÓN ANUAL DE LA RED DE MUJERES PARLAMENTARIAS</u> <i>Lugar: Salón Appenzel</i>

Tema: La aplicación de la Convención de las Naciones Unidas para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) y su Protocolo facultativo en las Américas

- Palabras de bienvenida de la Presidenta de la Red de Mujeres, Dip. Aparecida Gama
- Palabras de bienvenida del Dip. Guillermo Landázuri, Presidente la Confederación Parlamentaria de las Américas -COPA
- Conferencista Dra. Lilia Rodríguez. Representante auxiliar del Fondo de Población de las Naciones Unidas –UNFPA, Responsable de Temas de Población y Desarrollo, género e interculturalidad.
- Presentación del informe sobre la aplicación de la CEDAW



- Relatora: Sen. Lucero Saldaña, Congreso de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
- Presentación del banco documental sobre la CEDAW. Dip. France Hamel. Asamblea Nacional de Québec
- Discusión y adopción de una resolución sobre la aplicación de la CEDAW

Almuerzo libre

15:00 – 17:00

Continuación de la Reunión Anual de la Red de Mujeres Parlamentarias
Presentación de los informes sobre el seguimiento de las temáticas:

- Los presupuestos con enfoque de género
Relatora: Sra. Ileana Rogel, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador
- El impacto del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) sobre las mujeres
Relatora: Dip. France Hamel. Asamblea Nacional de Québec.
- El impacto de las migraciones en las mujeres en el contexto de la integración continental
Relatora: Sen. Lucero Saldaña, Congreso de la Unión de los Estados Unidos Mexicanos
- Elección del nuevo Comité Ejecutivo de la Red

16:00 – 19:30

REUNIÓN DEL COMITÉ EJECUTIVO DE LA COPA

Lugar: Salón Neuchatel i

ORDEN DEL DÍA

- Palabras de bienvenida a cargo del Presidente de COPA, Dip. Guillermo Landázuri Carrillo,
- Declaración del Quórum, lectura y aprobación del orden del día.
- Inicio de la reunión del Comité Ejecutivo de la COPA, a cargo del Presidente Guillermo Landázuri.
- Informe de los estados financieros de COPA, a cargo de la Tesorera Dip. Leticia Gutiérrez Corona.
- Informe de actividades de las tres Secretarías de COPA:
 1. Secretaria Ejecutiva de México/ Dip. Martha Hilda González Calderón
 2. Secretaria de Québec/ Dip. Pierre Moreau
 3. Secretaria de Brasil/ Dip. Maria José Maninha
- Informe de actividades 2005-2006 de la Red de Mujeres de COPA
- Seguimiento al Diálogo entre la FIPA y la COPA
- Preparación de la Misión de Observación de las elecciones en México
- Discusión del Proyecto de Reglamento de la COPA



MIÉCOLES 31 DE MAYO

08:30 –13:30

CONTINUACIÓN DE LA REUNIÓN DEL COMITÉ EJECUTIVO DE LA COPA

Lugar: Salón Neuchatel i

- Continuación Discusión del Proyecto de Reglamento de la COPA
- Asuntos Generales
- Aprobación de documentos y resolutivos

Almuerzo del Comité Ejecutivo de la COPA.

Lugar: Restaurante Prime Ribs

INAUGURACIÓN DE LA VII ASAMBLEA GENERAL DE LA COPA

17:00 – 18:00

CEREMONIA DE APERTURA

Lugar: Salón Neuchatel i

- Intervención del Presidente de COPA, Dip. Guillermo Landázuri Carrillo
- Intervención del Vice Canciller de Ecuador, Embajador Diego Ribadeneira
- Intervención del Presidente del Congreso Nacional, Dr. Wilfrido Lucero
- Inauguración a cargo del Presidente Constitucional de la República del Ecuador. Dr. Alfredo Palacio

18: 00- 19:00

Conferencias Magistrales: “Tratados Comerciales y Desarrollo Económico en las Américas”.

- Embajador Alan Wagner. Secretario General de la Comunidad Andina de Naciones –CAN
- Embajador Adrianus Koetsenruijter. Jefe de la Delegación de la Comisión Europea para Colombia y Ecuador.
- Tema: Resultados de la Cumbre Europa-América

19:30 –21:00

Cóctel ofrecido por el Dip. Guillermo Landázuri Presidente de la Confederación Parlamentaria de las Américas.

Lugar: Salón Mont Blanc

JUEVES 1 DE JUNIO

9:00 – 9:45

Conferencia Magistral:

Dr. Jorge Bustamante. Relator Especial sobre los Derechos Humanos de los Migrantes de la Organización de Naciones Unidas -ONU

Tema: Migraciones en América, de la coyuntura al fondo.

Lugar: Salón Neuchatel I



FOROS DE LAS COMISIONES:

10:00 – 13:00

Comisión I : Democracia y Paz

Presidente: Dip. Eric Mercier. Asamblea Nacional de Québec

Lugar: Salón Appenzell

Tema: Democracia y Desarrollo Económico

- Informe sobre las situaciones de crisis políticas en las Américas, presentado por la Dip. Maria Elena D'Andrea, Cámara de Diputados de la Provincia de San Luis, Argentina
- Dr. Simón Pachano. Profesor de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO. Procesos electorales en América.
- Objetivos del Milenio y la gobernabilidad democrática en América Latina. UNDP (por confirmar)
- Informe de la misión de observación electoral en Bolivia, presentado por el Dip. Éric R. Mercier, Presidente de la Comisión de Democracia y Paz, Asamblea Nacional de Québec
- Dra. Francine Barry. Directora General de Elecciones de Québec

10:00 – 13:00

Comisión II: Economía, Comercio, Trabajo y Bloques Comerciales

Presidente: Dip. Juan José García Ochoa. Cámara de Diputados de México.

Lugar: Salón Neuchatel II

Tema: Tratados Comerciales y Desarrollo Económico

- Luis Fernando Duque. Presidente del Parlamento Andino.
- William T. Warren. Director de Política del Foro Democracia y Comercio. Universidad de Georgetown
- Dr. Paul Martin. Representante de UNICEF en Ecuador. Impactos sociales y sobre el desarrollo económico de los tratados de libre comercio.
- Magdalena León. Coordinadora de la Red Latinoamericana de Mujeres transformando la economía.
- Alejandro Villamar, Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio, México. (por confirmar)

9:00 –13:00

Comisión III: Derechos Humanos, Pueblos Indígenas y Seguridad Ciudadana

Presidente: Dip. Orlando Fantazzini. Cámara de Diputados de Brasil.

Lugar: Salón Neuchatel I

Tema: Las Migraciones americanas frente al desarrollo económico y la integración

- Dip. Leticia Gutiérrez Corona. Cámara de Diputados de México- Flujos migratorios: la experiencia mexicana.
- Sen. Carlos Rossi. Senado de la República de Argentina. Legislación Migración en las Américas: la experiencia argentina



- Econ. Alberto Acosta. Consultor del Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales-ILDIS. Alcances económicos de la estampida migratoria ecuatoriana
- Dra. Nina Pacari. Miembro del Foro Permanente para Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas. - Derechos Humanos y Pueblos Indígenas.
- Dr. José Thompson. Director Adjunto del Instituto Interamericano de Derechos Humanos. - Educación para los Derechos Humanos, la Interculturalidad y la Seguridad Ciudadana.

13:30 – 14:45

Conferencia: “Ecuador: la experiencia de la dolarización y el desafío de los acuerdos comerciales” dictada por el Presidente del Directorio del Banco Central, Embajador Eduardo Cabezas.
Almuerzo ofrecido por el Banco Central del Ecuador

15:00 –19:00

Continuación Comisión I : Democracia y Paz

15:00 –19:00

Continuación Comisión II: Economía, Comercio, Trabajo y Bloques Comerciales

15:00 –19:00

Continuación Comisión III: Derechos Humanos, Pueblos Indígenas y Seguridad de Ciudadanos

19:30- 21:00

Noche quiteña: ofrecida por el Alcalde de Quito
Lugar: Centro Histórico de Quito

VIERNES 2 DE JUNIO

9:00 –13:00

Comisión IV: Salud y Protección Social

Presidenta: Dip. Elsa Rojas, Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba
Lugar: Salón Neuchatel II

Tema: Población, pobreza, salud reproductiva y derechos sexuales en las Américas

- Presentación del Informe sobre “La salud reproductiva y los derechos sexuales de la mujer en las Américas”. Dip. Elsa Rojas Hernández, Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba.
- Presentación “La salud reproductiva y los derechos sexuales. Dra. Gladis Zuazaga, Directora del Hospital General de Villa Clara de Cuba
- Presentación del Informe del XIII Congreso latinoamericano de sexología y educación sexual. Dip. Aparecida Gama, Asamblea Legislativa del Estado de Río de Janeiro, Brasil
- Importancia de la salud reproductiva y los derechos sexuales en la reducción de la pobreza. Ana Guezmes, Consejera del Equipo de Apoyo Técnico del Fondo de Población de las Naciones Unidas –UNFPA

9:00 –13:00

Comisión V: Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable

Presidente: Senador Dudley Lucia. Antillas Neerlandesas

Lugar: Salón Appenzell



Tema: Implicaciones de los acuerdos comerciales en la conservación del medio ambiente y la adopción de políticas que permitan el desarrollo sustentable

- Relator: Dip. Efraín Villanueva. Presidente Confederación Mexicana de Congresos Estatales-COMCE
- Dr. Miguel Ricardo Solanes. Asesor Regional de Recursos Naturales e Infraestructura de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe, CEPAL .
- Dr. Alain Lipietz. Presidente de la Delegación para las Relaciones con los Países de la Comunidad Andina del Parlamento Europeo. Francia. (por confirmar)
- Dr. Mario Molina. Premio Nobel en Química. México (por confirmar)
- Dr. Fernando Tudela. Subsecretario de Medio Ambiente de México. (por confirmar)
- Dra. Lorena Sanromán. Organización de Naciones Unidas.

9:00 – 13:00

Comisión VI: Educación, Ciencia y Tecnología

Presidenta: Dip. Consuelo Camarena. Cámara de Diputados de México

Lugar: Salón Saint Moritz D

Tema: Importancia de la diversidad cultural y los modelos de competencias educativos

- Dr. Juan Carlos Romero Hicks. Gobernador Constitucional del Estado de Guanajuato, México. La educación detonante de la cultura de nuestros países.
- Dip. Claude Boucher, relator de la Comisión. Seguimiento de la aplicación en las Américas de la Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales, adoptada por la UNESCO en octubre de 2005.
- Dr. Robert Pilon, Vicepresidente Ejecutivo de la Secretaría de la Coalición para la Diversidad Cultural de Canadá. Exposición de los trabajos de la Coalición para la diversidad cultural de Canadá.
- Lic. Francisco Lejarza, Presidente de la Federación de Instituciones Mexicanas Privadas de Educación Superior- FIMPES, México. La acreditación Institucional entre la Diversidad Cultural.
- Ing. José Luis Acosta Ramos. Dip. Suplente del Noveno Distrito con sede en Irapuato, Guanajuato, México Comparación de modelos de competencias educativas a nivel internacional.
- Dr. José Asensi Sabater. Profesor Titular de la Universidad de Alicante. Reino de España. (por confirmar)

13:30 – 14:45

Almuerzo libre

15:00 –19:00

Continuación Comisión IV: Salud y Prevención Social

15:00 –19:00

Continuación Comisión V: Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable

15:00 –19:00

Continuación Comisión VI: Educación, Ciencia y Tecnología



17:00-19:00

Continuación de la Reunión del Comité Ejecutivo de la COPA

Lugar: Salón Neuchatell I

ORDEN DEL DÍA DE LA II REUNIÓN DEL COMITÉ EJECUTIVO

- Intercambio de puntos de vista sobre la integración del nuevo Comité Ejecutivo de la COPA
- Proposición de candidatos para cargos de Presidente, Primer Vicepresidente, Vicepresidentes Regionales y Tesorero
- Designación de los miembros de la Mesa Directiva de las Comisiones, a propuesta de las comisiones
- Recomendación de la aprobación de la Declaración Final.

19:30- 21:00

Recepción ofrecida por la Cancillería de la República del Ecuador

Lugar: Ministerio de Relaciones Exteriores del Ecuador

SÁBADO 3 DE JUNIO

SESIÓN PLENARIA DE LA VII ASAMBLEA GENERAL DE LA COPA

Lugar: Salón Neuchatell I

09:00 – 13:00

- Lectura de Resoluciones y Declaraciones de cada una de las Comisiones Temáticas Permanentes de la COPA
- Elección de nuevas autoridades y nuevo Comité Ejecutivo de la COPA
- Clausura

13:00 –13:30

Conferencia de Prensa

Almuerzo libre

15:00 –17:00

Visita turística a la ciudad Mitad del Mundo.

DOMINGO 4 DE JUNIO

Opciones turísticas

Retorno de los participantes a su lugar de origen.

OBSERVACIONES:

- 1) La reunión del Comité de la Red de Mujeres Parlamentarias es cerrada y está abierta únicamente para sus integrantes
- 2) La reunión del Comité Ejecutivo es cerrada y está abierta únicamente para sus integrantes



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
Quito – Ecuador, 29 de mayo al 2 de junio de 2006**

“DECLARACIÓN DE QUITO”

La VII Asamblea de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA) reunida en la ciudad de Quito, Ecuador, del 29 de mayo al 2 de junio, con el propósito de intercambiar opiniones y discutir temas de interés común relacionados con los tratados comerciales y el desarrollo en las Américas, reitera la importancia de este escenario de diálogo político como ámbito privilegiado para la búsqueda de consensos y estrategias comunes que faciliten a nuestros pueblos el manejo de problemas y desafíos compartidos.

Es por ello que, después de haber analizado conjuntamente los procesos de negociación que se llevan a cabo con el objeto de firmar tratados de libre comercio, así como los nuevos escenarios de integración que se vienen configurando en los últimos años, decidimos emitir la siguiente Declaración, teniendo en cuenta los siguientes

CONSIDERANDOS

CONSIDERANDO que la Confederación Parlamentaria de las Américas es un importante escenario de concertación política en el hemisferio, al otorgarle efectivos canales de comunicación a los poderes legislativos de toda la región;

CONSIDERANDO que la meta estratégica que se ha fijado la Confederación Parlamentaria de las Américas es promover su estrecha coordinación con otras organizaciones parlamentarias continentales para una mayor cooperación, vinculación e implementación de medidas legislativas y políticas, para el tratamiento de los temas de la agenda hemisférica y el afianzamiento del papel del poder legislativo en el fortalecimiento de la democracia y la integración;

CONSIDERANDO que somos conscientes de que las negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) se encuentran detenidas y que nuestros gobiernos han fijado nuevas estrategias para la integración del hemisferio, lo cual establece nuevas oportunidades y riesgos que deben ser estudiados con detenimiento por nuestra Confederación;

CONSIDERANDO que se debe otorgar un rol protagónico a los parlamentos de los Estados unitarios, federales, federados y libre asociados, de los parlamentos regionales y de las organizaciones interparlamentarias en virtud de su carácter de depositarios de la representación popular, en las negociaciones que llevan a cabo los Ejecutivos en materia de acuerdos de libre comercio e integración;

CONSIDERANDO que la activa participación e involucramiento de todas las instancias parlamentarias del hemisferio es un instrumento fundamental para hacer visibles las aspiraciones de los ciudadanos que representamos;

CONSIDERANDO que en los procesos de integración la participación ciudadana es indispensable para legitimar y garantizar el fortalecimiento de las instituciones democráticas, así como para superar los agobiantes niveles de pobreza;

CONSIDERANDO que se debe avanzar en la consolidación de un proyecto comunitario de integración para enfrentar con éxito las diversas crisis que nos afectan y garantizar, por esta vía, la equidad de nuestros pueblos y la disminución de la vulnerabilidad de las economías más débiles;

CONSIDERANDO que debemos apoyar los diferentes procesos de integración presentes en la región con el objeto de poder avanzar de manera armónica en la consolidación de una política basada en el respeto por las diferencias, así como en el aprovechamiento de los intereses comunes;

CONSIDERANDO que la globalización o interdependencia hace imperativo el fortalecimiento de los bloques de integración con el objeto de que estos puedan encarar de mejor manera los efectos del libre mercado;

CONSIDERANDO que, las negociaciones de acuerdos comerciales plantean desafíos en lo que a la salvaguarda de la identidad cultural de los pueblos se refiere, la cual debe ser protegida por nuestros gobernantes;

CONSIDERANDO que en el centro del debate sobre la conveniencia de los acuerdos comerciales se hace presente la concepción del modelo de desarrollo que nuestros países deseen implementar, el cual debe ser siempre pensando con criterios de equidad y justicia social para los pueblos que representamos;

CONSIDERANDO que, el eje transversal de cualquier modelo de desarrollo debe ser la protección del ambiente como requisito indispensable para garantizar un desarrollo sustentable;

CONSIDERANDO que reconocemos la importancia de desarrollar políticas públicas de juventud integrales, con el objeto de entregarles a nuestros jóvenes las herramientas necesarias para que puedan entrar de manera efectiva, eficiente y justa al mercado laboral;

CONSIDERANDO que el incremento en las inversiones del sector educativo es la manera más eficiente para mejorar las condiciones de vida de la población y garantizar una sociedad equitativa que se preocupa por realizar una justa distribución de la riqueza;

CONSIDERANDO que una de las grandes riquezas de nuestro hemisferio es su diversidad cultural y que el reconocimiento y valoración de la misma coadyuvan de manera importante a la cohesión social y al desarrollo de nuestras naciones;

CONSIDERANDO que Haití ha dado pasos de vital importancia en la consolidación de sus instituciones democráticas, los cuales deben fortalecerse para garantizar un desarrollo económico, político, social y cultural armónico de este país;

CONSIDERANDO que resulta indispensable adoptar todos los mecanismos que sean necesarios para eliminar la trata de personas que se constituye en un delito que afecta gravemente la dignidad humana;

CONSIDERANDO que la Convención para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) y su Protocolo Facultativo es un instrumento de vital importancia para avanzar en los temas de igualdad de género;

CONSIDERANDO que en abril de 2006 se llevó a cabo el XIII Congreso Latinoamericano de Sexología y Educación Sexual en el cual se realizaron importantes recomendaciones sobre este tema;

Nosotros, Parlamentarios y parlamentarias integrantes de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA), reunidos en Quito, Ecuador, después de haber deliberado sobre diversos temas específicos que preocupan a todos los parlamentos del continente, emitimos la siguiente

DECLARACIÓN

ARTÍCULO PRIMERO

Nos comprometemos a estudiar con detenimiento los nuevos objetivos programáticos de la COPA teniendo en cuenta las nuevas estrategias de integración que se desarrollan en el hemisferio.

ARTÍCULO SEGUNDO

Reiteramos nuestro convencimiento de que el éxito de los procesos de integración dependerán, entre otros factores, de la consolidación de los proyectos comunitarios de integración, los cuales se constituyen en la única vía para establecer una posición conjunta que garantice la salvaguarda de nuestros intereses comunes.

ARTÍCULO TERCERO

Solicitamos a nuestros gobiernos ejecutar acciones en el ámbito social con el objeto de que los sectores más vulnerables tengan opciones reales para enfrentar con éxito los desafíos que nos impone la globalización.

ARTÍCULO CUARTO

Reiteramos nuestro respaldo a un esquema de negociaciones justas desde una posición comunitaria a fin de asegurar una inserción internacional con autonomía que facilite la suscripción de acuerdos flexibles y de conformidad con los principios de solidaridad, cooperación y complementariedad que busque corregir las asimetrías existentes.

ARTÍCULO QUINTO

Reconocemos el derecho a la autodeterminación de los pueblos y la no injerencia e intervención de otros Estados en asuntos internos.

ARTÍCULO SEXTO

Insistimos en que se deben diseñar y ejecutar programas de apoyo dirigidos a los sectores productivos que se verán afectados por la entrada en vigencia de tratados o acuerdos comerciales.

ARTÍCULO SEPTIMO

Exhortamos a las autoridades comerciales de los países que subsidian a sus agricultores para que reconsideren su posición con relación a los cuantiosas contribuciones que se otorgan en ese sentido al sector agrícola, los cuales afectan los intereses de los productores de América Latina.

ARTÍCULO OCTAVO

Reiteramos la necesidad de diseñar e implementar programas de modernización industrial y de atracción de inversiones que le permitan al sector productivo competir exitosamente en economías de gran escala.

ARTÍCULO NOVENO

Insistimos en la necesidad de que los procesos de integración no sean vistos solo en una perspectiva económica, ya que estos deben tener en cuenta la necesidad de combatir formas de producción y consumo que lesionan el medio ambiente y entorpecen el desarrollo de las pequeñas y medianas empresas;

ARTÍCULO DÉCIMO

Nos comprometemos a estudiar de manera profunda y detallada los modelos de desarrollo que se imponen en nuestros Estados con el objeto de garantizar la inclusión del componente ambiental como única vía para asumir un desarrollo sustentable para nuestros pueblos.

ARTÍCULO UNDÉCIMO

Ratificamos nuestro convencimiento sobre la importancia de que todos los gobiernos del continente americano firmen y ratifiquen el Protocolo de Kyoto.

ARTÍCULO DUODÉCIMO

Exhortamos a los congresos y a las asambleas parlamentarias de nuestros países a destinar los recursos necesarios para un adecuado funcionamiento de los sistemas de salud y educación, evitando que las normas del comercio internacional limiten la capacidad de los Estados de ofrecer mejores servicios en estos importantes sectores y garantizando una adecuada inserción de los jóvenes en el mercado laboral.

ARTÍCULO DÉCIMO TERCERO

Reconocemos que no habrá una verdadera integración entre nuestras naciones, mientras no se establezcan medidas compensatorias que superen las asimetrías existentes.

ARTÍCULO DÉCIMO CUARTO

Afirmamos que es necesario adoptar políticas de seguridad pública en cada país, que descansen en una amplia cooperación internacional, para propiciar un mejor desarrollo institucional y una lucha más eficaz en contra de la criminalidad.

ARTÍCULO DÉCIMO QUINTO

Invitamos al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados a que fortalezca la protección internacional de los Derechos Humanos, en pro de garantizar a los ciudadanos de las Américas, víctimas de este flagelo, sus condiciones como refugiados.

ARTÍCULO DÉCIMO SEXTO

Nos comprometemos a que en los Parlamentos de nuestros países se ratifique a la brevedad posible la Convención Sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales, la cual fue adoptada por la UNESCO en octubre de 2005.

ARTÍCULO DÉCIMO SÉPTIMO

Reconocemos los pasos que se han dado en Haití a favor de la consolidación de las instituciones democráticas y formulamos un llamado a las autoridades políticas de ese país y de la comunidad internacional para el establecimiento de un verdadero dialogo nacional entre los diferentes componentes de la sociedad haitiana, los cuales permitirán resolver los conflictos y conducir la erradicación de la violencia que afecta al pueblo haitiano.

ARTÍCULO DÉCIMO OCTAVO

Invitamos al Parlamento Andino para que siga propiciando espacios de diálogo y concertación que permitan el fortalecimiento del proceso de integración andino.

ARTÍCULO DÉCIMO NOVENO

Reafirmamos la importancia de adoptar las medidas necesarias para fortalecer a la Confederación Parlamentaria de las Américas tales como: lograr acuerdos de colaboración con otras organizaciones interparlamentarias regionales y subregionales; asegurar la activa participación de todos los Parlamentos de las Américas; e, iniciar una campaña a fin de difundir en nuestros respectivos países los trabajos que realiza COPA en cumplimiento de sus objetivos y a favor de esquemas efectivos de convivencia continental.

ARTÍCULO VIGÉSIMO

Reiteramos la necesidad de avanzar en un diálogo oficial con el Foro Interparlamentario de las Américas (FIPA) con miras a la creación de una única organización responsable del diálogo interparlamentario en las Américas y vemos en la reunión que se llevará a cabo el próximo 12 de julio en la ciudad de Bogotá, entre los entes directivos de las dos organizaciones, una oportunidad inmejorable para avanzar en este importante aspecto.

ARTÍCULO VIGÉSIMO PRIMERO

Acogemos las resoluciones y recomendaciones formuladas por la Red de Mujeres Parlamentarias de las Américas reunida en la ciudad de Quito con ocasión de esta VII Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas.

ARTÍCULO VIGÉSIMO SEGUNDO

Nos comprometemos a impulsar en la legislación de nuestros países la penalización de la trata de personas, así como el comercio de la extracción de órganos y tejidos con la severidad que estos execrables delitos merecen.

ARTÍCULO VIGÉSIMO TERCERO

Nos comprometemos a realizar todas las gestiones a nuestro alcance para apoyar la aplicación de las recomendaciones de la Declaración de Bahía.

ARTÍCULO VIGÉSIMO CUARTO

Encomendamos a la Presidencia de la COPA hacer llegar el presente documento a los Congresos y a las Asambleas Parlamentarias de América y también a toda organización internacional pertinente o interesada para que esta Declaración Final sea considerada y que se haga objeto de un acompañamiento apropiado.

Adoptada en la ciudad de Quito, Ecuador, el 2 de junio de 2006



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

Resolución sobre las próximas Asambleas Generales de la COPA

CONSIDERANDO que, para garantizar la eficaz planificación de los trabajos de la COPA, cabe designar de antemano las asambleas parlamentarias que serán anfitrionas de las próximas Asambleas Generales;

CONSIDERANDO que, para garantizar una mejor proyección de la COPA en todo el continente, cabe prever una rotación entre las regiones con vistas a la celebración de dichas asambleas;

CONSIDERANDO que la Asamblea General de 2006 se realizó en Quito, Ecuador, y que, por consiguiente, las próximas asambleas generales deberían tener lugar en forma alternada en las otras regiones para cumplir con el principio de rotación regional;

CONSIDERANDO que el Comité Ejecutivo ha aceptado, al respecto, las propuestas presentadas por México, Québec y Argentina;

CONSIDERANDO que, conforme a los Estatutos de la COPA, la Presidencia debe ser asumida por un parlamentario de la Asamblea General anfitriona, y que este principio está fuera de cuestionamiento;

CONSIDERANDO que corresponde determinar para el año 2006-2007 la Primera Vicepresidencia y que la señora Edda Evangelina Acuña, Senadora de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, ha manifestado su interés y su disponibilidad para ocupar dicho cargo;

Por lo tanto, NOSOTROS, las y los representantes de los congresos y las asambleas parlamentarias de los Estados unitarios, federales, federados y asociados, parlamentos regionales y organizaciones interparlamentarias reunidos en Quito, Ecuador, en el marco de la VII Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas:

ACORDAMOS que las siguientes asambleas parlamentarias sean las anfitrionas de las Asambleas Generales de la COPA para los años indicados en cada caso:

México	2007;
Québec	2008;
Argentina	2009;

ACORDAMOS que, conforme al artículo 25 de los Estatutos, la Presidencia de la COPA sea asumida por un parlamentario de las asambleas anfitrionas designadas anteriormente, en el año indicado en cada caso;

ACORDAMOS que la Primera Vicepresidencia de la COPA sea asumida en 2006-2007 por la señora Edda Evangelina Acuña, Senadora de la Provincia de Buenos Aires, Argentina.



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

**Resolución sobre la creación de una única organización responsable
del diálogo interparlamentario en las Américas**

CONSIDERANDO que la creación de una organización interparlamentaria interamericana única permitiría fortalecer el diálogo interparlamentario en las Américas y favorecería el reconocimiento formal de una organización interparlamentaria por las instancias ejecutivas de las Américas;

CONSIDERANDO la Declaración Final de la Asamblea General de la COPA, celebrada en Foz de Iguazú, Brasil, del 7 al 11 de mayo de 2005, en la que los 203 parlamentarios reunidos en la oportunidad convinieron en "recomendar que el diálogo interparlamentario continental sea hecho en una única organización y, en ese sentido, favorecer la aproximación entre el Foro Interparlamentario de América (FIPA) y la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA) y atribuir al Comité Ejecutivo el mandato de considerar todos los medios apropiados para alcanzar este objetivo".

CONSIDERANDO la celebración, el 19 de mayo de 2005, en Brasilia, de una reunión entre la ex Presidenta de la COPA, señora Maria José da Conceição Maninha, y la Presidenta del FIPA, señora Céline Hervieux-Payette, durante la cual se evocaron diversas vías de cooperación entre ambas organizaciones;

CONSIDERANDO que el diálogo interparlamentario interamericano debe respetar a los principios de igualdad entre los congresos y las asambleas parlamentarias de los Estados unitarios, federales y federados, al igual que los parlamentos regionales y las organizaciones interparlamentarias de las Américas;

CONSIDERANDO que el FIPA y la COPA desean iniciar conjuntamente un diálogo oficial con vistas a la creación de una única organización responsable del diálogo interparlamentario en las Américas;

CONSIDERANDO que en una carta dirigida al Presidente de la COPA, señor Guillermo Landázuri Carrillo, la Presidenta del FIPA, señora Céline Hervieux-Payette, invitó a tal efecto a representantes de los Comités Ejecutivos de ambas organizaciones interparlamentarias interamericanas a reunirse en Bogotá, Colombia, el 12 de julio de 2006, víspera del inicio de la V Asamblea Plenaria del FIPA;

NOSOTROS, las y los representantes de los congresos y las asambleas parlamentarias de los Estados unitarios, federales, federados y asociados, de los parlamentos regionales y las organizaciones interparlamentarias reunidos en Quito, Ecuador, para la VII Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas:

REITAMOS la necesidad de promocionar un dialogo oficial con el Foro Interparlamentaria de las Américas (FIPA) con vistas a la creación de una única organización responsable del diálogo interparlamentario en las Américas;

PARTICIPAREMOS en la reunión que tendrá lugar el 12 de julio próximo en Bogotá, en Colombia, prevista entre los Comités Directores de las dos organizaciones con vistas a la creación lo más pronto posible de una única organización interparlamentaria en las Américas;

OTORGAMOS este mandato a la presidencia de la COPA, a los ex presidentes que se encuentran en ejercicio y a las tres Secretarías, con obligación de elevar informes al Comité Ejecutivo en cada una de sus reuniones.



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

**Resolución sobre la necesidad de fortalecer las normas
que garanticen la convivencia continental con base
en los principios del Estatuto de la COPA**

CONSIDERANDO que uno de los principios fundamentales de la Confederación Parlamentaria de las Américas es la edificación de una comunidad americana fundada en el respeto de la dignidad y de los derechos humanos, la paz, la democracia, la solidaridad entre los pueblos, la justicia social y la equidad entre los géneros.

CONSIDERANDO que, y de acuerdo al ordinal “b” del Artículo 3 de la Carta de la Organización de los Estados Americanos, el orden internacional está esencialmente constituido por el respeto a la personalidad, soberanía e independencia de los Estados y por el fiel cumplimiento de las obligaciones emanadas de los tratados y otras fuentes de derecho internacional.

CONSIDERANDO que las relaciones internacionales deben regirse por principios de independencia, igualdad entre los Estados, libre determinación y no intervención en sus asuntos internos, solución pacífica de los conflictos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad entre los pueblos con miras al fortalecimiento del bienestar de la humanidad.

CONSIDERANDO que de acuerdo al ordinal “e” del Artículo 3 de la Carta de la Organización de los Estados Americanos, todo Estado tiene derecho a elegir, sin injerencias externas, su sistema político, económico y social y a organizarse en la forma que más le convenga, y tiene el deber de no intervenir en los asuntos de otro Estado, ya que estos pueden cooperar ampliamente entre sí con independencia de la naturaleza de sus sistemas políticos, económicos y sociales.

CONSIDERANDO la importancia de que los Estados cumplan estrictamente con esos principios, a fin de garantizar una convivencia pacífica en nuestro continente.

CONSIDERANDO que la defensa de la autonomía de los pueblos, el respeto de la soberanía nacional, la libre autodeterminación, el cumplimiento fiel de las obligaciones derivadas de los tratados, la solución pacífica de controversias, la defensa y protección de los derechos humanos, el rechazo a la agresión y a cualquier forma de intervención, constituyen principios innegociables que tradicionalmente han defendido y defenderán nuestros pueblos.

Nosotros, Parlamentarios de las Américas reunidos en la Asamblea General de la COPA en la ciudad de Quito, Ecuador, los días 29, 30, 31 de Mayo y 1º, 2, 3 de Junio de 2006, convinimos

SOLICITAR a nuestros respectivos Parlamentos que tomen las acciones necesarias para garantizar la observación de esas normas que garanticen esa convivencia continental que en estos momentos está sobre bases frágiles según la opinión de muchos países de nuestra región.

PROMOVER y consolidar la democracia representativa y participativa dentro del respeto del principio de no intervención.

APOYAR toda iniciativa destinada a afianzar la paz y seguridad internacionales sin injerencia en los asuntos internos de los Estados.



**REGRAS DE PROCEDIMENTO DA
CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS**

**REGRAS DE PROCEDIMENTO DA
CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS**

1. Desenvolvimento das reuniões do Comitê Executivo
 - 1.1 Ordem do dia
 - 1.2 Condução dos debates
 - 1.2.1 Poderes do Presidente
 - 1.2.2 Celebração dos debates
 - 1.3 Presença de observadores nas reuniões do Comitê Executivo
2. Adoção de recomendações e de documentos por parte do Comitê Executivo e a Assembléia Geral
 - 2.1 Exame dos documentos
 - 2.2 Pontos urgentes
 - 2.3 Emendas
 - 2.4 Procedimento de votação
 - 2.5 Difusão das recomendações adotadas
3. Tesouraria
4. Reunião das Secretarias
5. Celebração da segunda reunião do Comitê Executivo no marco da Assembléia Geral
6. Reunião das Comissões

1. DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES DO COMITÊ EXECUTIVO

1.1 Ordem do dia

- A ordem do dia da reunião do Comitê Executivo incluirá os seguintes pontos estatutários, apresentados nesta ordem, em aplicação das disposições correspondentes dos Estatutos:
 - 1- aceitação de assistência, declaração de quorum e credenciamento dos observadores presentes;
 - 2- leitura e aprovação do projeto de ordem do dia;
 - 3- leitura e aprovação do projeto de ata da reunião anterior;
 - 4- apresentação do informe de atividade da Presidência;
 - 5- apresentação do informe financeiro e as previsões orçamentárias;
 - 6- informe dos trabalhos das Comissões;
 - 7- assuntos de ordem política (se for o caso);
 - 8- apresentação dos informes de atividade das Secretarias;
 - 9- outros assuntos.
- O projeto de ordem do dia será elaborado pela Secretaria Executiva, em consulta com as demais Secretarias, e aprovado pela Presidência.
- Logo, as Secretarias o traduzirão e enviarão aos membros do Comitê Executivo que estão sob sua responsabilidade, pelo menos trinta dias antes da celebração da reunião.
- Os membros do Comitê Executivo poderão solicitar à Secretaria Executiva agregar outros pontos à ordem do dia, com quinze dias de antecedência à reunião. Os agregados serão apresentados para aprovação da Presidência. Se for o caso, se enviará a nova versão de ordem do dia às demais Secretarias, que se encarregarão de sua difusão entre os membros cujas atividades coordenam.

Todo documento que se apresente relacionado com o agregado de um ponto a ordem do dia (projeto de recomendação, projeto de modificação dos Estatutos, etc.) também deverá ser enviado com quinze dias de antecedência à reunião para possibilitar sua tradução e sua posterior difusão entre todos os membros do Comitê Executivo.

1.2 Condução dos debates

1.2.1 Poderes do(da) Presidente

- O(a) Presidente:
 - o dirige as reuniões do Comitê Executivo e as sessões da Assembléia Geral, o que inclui conceder a palavra;
 - o no caso de que se apresente uma moção de procedimento e a mesma seja objetada, o(a) Presidente deverá conceder a palavra a um membro a favor e um contra e submeter a proposta a votação, sem dilação alguma;
 - o zela pela correta celebração dos debates e chama à ordem todo orador que se afaste da questão debatida;
 - o poderá, excepcionalmente, propor limites de tempo para o tratamento de um tema.

1.2.2 Celebração dos debates

- A busca de consenso deverá guiar os debates, a fim de procurar que todas as recomendações adotadas expressem o ponto de vista do conjunto dos membros da COPA.
- Os debates deverão centrar-se na questão que se esteja examinando. O(a) Presidente poderá solicitar, em qualquer momento, a suspensão do debate e propor aos principais interessados que levem a cabo consultas informais para chegarem a um acordo.
- Em cada reunião do Comitê Executivo e da Assembléia Geral, se realizará uma gravação integral dos debates que será mantida nos arquivos da Secretaria Executiva por um período de dois anos e, em seguida, destruída.
- Depois de cada reunião do Comitê Executivo, a Secretaria Executiva redigirá a ata correspondente e a enviará às outras Secretarias para sua tradução e sua posterior difusão entre os membros que estão sob sua responsabilidade.

1.3 Presença de observadores nas reuniões do Comitê Executivo

- No começo da reunião, o(a) Presidente deverá solicitar ao Comitê Executivo a aprovação da participação dos observadores presentes lendo os nomes e a organização que representam.
- O critério para aceitar observadores, deve ser não só sua compatibilidade com os objetivos da COPA, senão uma avaliação de sua possível contribuição ao cumprimento dos objetivos da organização parlamentar.
- Todo observador credenciado poderá fazer uso da palavra unicamente com a autorização do (da) Presidente.
- Para a organização da sala de reuniões, se deverão aplicar as seguintes normas:
 - o os membros do Comitê Executivo levarão uma identificação com seu nome, que deverá estar visível em todo momento durante a reunião;
 - o se reservará um espaço da mesa de reunião para os observadores, cuja identificação será de cor diferente à dos membros do Comitê Executivo.

2. ADOÇÃO DE RECOMENDAÇÕES E DOCUMENTOS¹ PELO COMITÊ EXECUTIVO E PELA ASSEMBLÉIA GERAL

2.1 Exame dos documentos

- Nem o Comitê Executivo nem a Assembléia Geral poderão adotar uma recomendação se não tiver sido apresentada previamente por escrito nos quatro idiomas oficiais da COPA.
- A Secretaria Executiva deverá remeter os projetos de recomendações às outras Secretarias para sua tradução e difusão entre os membros do Comitê Executivo das assembléias cujas atividades coordenam.
- As recomendações antes descritas, não devem coagir o direito das delegações da COPA, para informar à Assembléia Geral ou ao Comitê Executivo, sobre qualquer situação política ou econômica que afete ao seu país. Recomenda-se que nestes casos os parlamentares correspondentes apresentem por escrito um memorando com os principais pleitos que desejam difundir.
- Em uma reunião do Comitê Executivo, unicamente os membros titulares poderão propor recomendações.
- Na Assembléia Geral, cada parlamentar membro de uma delegação poderá propor recomendações. Entretanto, conforme o Artigo 16 dos Estatutos, cada uma das delegações presentes tem direito a um voto, expressado pelo chefe da delegação correspondente.

2.2 Pontos urgentes

- Os projetos de recomendação que não tenham sido enviados dentro do prazo de quinze dias poderão ser incluídos na ordem do dia de uma reunião do Comitê Executivo, se considerados urgentes por este Comitê por maioria de votos de dois terços dos membros presentes que o caráter urgente destes requer sua inclusão imediata na ordem do dia da reunião. Em caso contrário, se incorporarão como tema prioritário na ordem do dia da reunião seguinte do Comitê Executivo.
- O autor da recomendação poderá solicitar à Presidência que se lhe conceda o uso da palavra na reunião do Comitê Executivo para fundamentar o caráter urgente de seu projeto.

¹ Por recomendação se entende toda adoção de posição da organização no marco de um prometo de moção, resolução ou opinião.

“Outros documentos” incluem informes de outra natureza que cheguem a ser apresentar.

2.3 Emendas

- Até o momento da adoção do documento poderão ser apresentadas emendas sobre os projetos de recomendação.
- As propostas de emendas deverão ser apresentadas por escrito.
- As emendas deverão aplicar-se ao texto ao qual se referem e somente poderão ter por objeto o aporte de uma agregação, uma supressão ou uma modificação do projeto inicial.
- Se duas ou mais emendas se aplicarem aos mesmos termos de um projeto de recomendação, a que se distancie mais do texto em questão será examinada de forma prioritária.
- Se duas ou mais emendas se excluem mutuamente, a adoção da primeira implicará a rejeição da ou das emendas relativas aos mesmos termos. Se a primeira emenda é rejeitada, a emenda seguinte em ordem de prioridade se submeterá à votação, e assim sucessivamente para o resto das emendas.
- Em caso de necessidade, a Presidência poderá confiar a um comitê de redação a responsabilidade de examinar as propostas de emendas apresentadas, para que, por sua vez proponha uma versão revisada do texto. Este trâmite somente poderá realizar-se com a autorização de todos os autores das propostas e das emendas.
- Em uma reunião do Comitê Executivo, unicamente os membros titulares poderão propor emendas.
- Na Assembléia Geral, cada parlamentar membro de uma delegação poderá propor emendas. Entretanto, conforme o Artigo 16 dos Estatutos, cada uma das delegações presentes tem direito a um voto, expressado pelo chefe da delegação correspondente.

2.4 Procedimento de votação

- Nas reuniões do Comitê Executivo terão direito a voto unicamente os membros do Comitê Executivo.
- O Comitê Executivo adotará de modo geral suas recomendações por consenso. Se não é possível alcançá-lo, para aprovar o projeto de recomendação será necessário o voto da maioria de dois terços dos membros com direito a voto que estejam presentes. Neste caso, a Presidência reitera o número de votos que se devem alcançar em função do número de participantes presentes.
- Antes de qualquer votação no Comitê Executivo, deverão ser verificadas a presença e participação dos parlamentares com direito a voto, em especial a fim de observar estritamente as exigências do Artigo 18 dos Estatutos.
- Em caso de objeção por parte de um membro do Comitê Executivo, este terá direito a fazer constar sua opinião divergente.
- A votação na Assembléia Geral será regida pelo Artigo 16 dos Estatutos.

2.5 Difusão das recomendações adotadas

- A Secretaria Executiva enviará às outras Secretarias as recomendações adotadas pelo Comitê Executivo e a Assembléia Geral com o fim de adaptar sua tradução nos quatro idiomas oficiais da COPA e para sua difusão dentro de no máximo trinta dias.

3. TESOURARIA

- Os gastos que efetuarem o(a) Tesoureiro(a) contarão com a autorização da Presidência ou por resolução dos membros do Comitê Executivo. O pagamento dos gastos autorizados desse modo somente se efetuará contra a apresentação dos comprovantes correspondentes.
- O(a) Tesoureiro(a) deverá remeter anualmente a solicitação de pagamento da contribuição que corresponde a todos os membros da COPA e realizar as gestões adicionais que estime necessárias a fim de lograr que se cumpram a tempo com a obrigação estatutária.
- A obrigação de pagamento é exigível imediatamente ao início do exercício do ano fiscal.
- O(a) Tesoureiro(a) deverá apresentar um informe financeiro em cada reunião do Comitê Executivo.
- O informe financeiro deverá ser apresentado por escrito e entregue a todos os membros presentes.
- O informe financeiro deverá dar conta, em um quadro, das contribuições pagas pelos membros da COPA e os pagamentos efetuados pela organização.
- O informe financeiro inclui, em particular, uma rubrica orçamentária que indique o financiamento dos projetos da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas.

4. REUNIÃO DAS SECRETARIAS

- Antes de cada reunião do Comitê Executivo e na ocasião da Assembléia Geral, se deverá celebrar uma reunião da Presidência da COPA com os/as Representantes das Secretarias.
- A reunião das Secretarias se realizará a portas fechadas. Somente participarão a Presidência da COPA, o(a) Tesoureiro(a) e um(a) Representante de cada uma das Secretarias do México, Brasil e Quebec. Os participantes poderão fazer-se acompanhar de dois assessores cada um no máximo.
- Em caso de votação de uma decisão sobre uma questão apresentada às Secretarias, o(a) Representante de cada Secretaria e a Presidência tem um voto. Em caso de empate, o(a) Presidente tem voto de Minerva.

- A reunião das Secretarias tem por objeto:
 - o verificar se o projeto de ordem do dia das reuniões do Comitê Executivo, das Comissões temáticas permanentes de trabalho e da Assembléia Gera está conforme às presentes regras de procedimento;
 - o confirmar os documentos que se apresentarão nas mencionadas reuniões e verificar sua disponibilidade nos quatro idiomas oficiais da COPA;
 - o avaliar o caráter urgente de um projeto de recomendação apresentado fora do prazo previsto;
 - o identificar problemas de ordem administrativa ou técnica;
 - o em particular, no marco de uma Assembléia Geral, confirmar os documentos (informe e projeto de recomendação) que resultem dos trabalhos das Comissões que serão apresentados em sessão plenária e verificar sua disponibilidade nos quatro idiomas oficiais da COPA.
- Se a situação o exigir, a Presidência poderá convocar uma reunião extraordinária das Secretarias.

5. CELEBRAÇÃO DE UMA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO NO MARCO DA ASSEMBLÉIA GERAL

- No marco da Assembléia Geral e antes da sessão plenária, se levará a cabo uma segunda reunião do Comitê Executivo que terá a duração máxima de duas horas.
- Conforme os Artigos 10 e 24 dos Estatutos da COPA e ao Artigo 4 do Regulamento das Comissões Temáticas Permanentes de Trabalho da COPA, os objetivos desta segunda reunião serão:
 - 1- intercambiar opiniões sobre a formação do novo Comitê Executivo da COPA;
 - 2- propor os candidatos para os cargos de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Vice-Presidentes Regionais e Tesoureiro;
 - 3- proceder à designação dos membros da Mesa Diretiva das Comissões, por proposta das Comissões;
 - 4- recomendar a aprovação da Declaração Final.

6. REUNIÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERMANENTES DE TRABALHO

- As regras de procedimento que regem o desenvolvimento das reuniões do Comitê Executivo e a adoções de recomendações e de documentos se aplicam às reuniões das Comissões temáticas permanentes de trabalho da COPA, com as adaptações que se considerem necessárias.

As Regras de procedimento foram adotadas em 2 de junho de 2006, na VII Assembléia Geral da COPA, Quito, Equador.



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS
VII ASSEMBLÉIA GERAL
QUITO, EQUADOR, DE 29 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2006**

Comissão de Democracia e Paz

Recomendação sobre o Haiti

CONSIDERANDO que as eleições constituem um passo fundamental para a restauração da democracia, para a consolidação das instituições e para a estabilidade do Haiti;

CONSIDERANDO que as duas eleições, presidenciais e legislativas, ocorridas no Haiti em 7 de fevereiro e em 21 de abril de 2006, foram julgadas como plenamente livres e transparentes pela maioria dos 300 observadores internacionais;

CONSIDERANDO que os resultados das duas eleições, presidenciais e legislativas no Haiti, foram aceitas e legitimadas pelo povo haitiano e reconhecidas pela comunidade internacional;

CONSIDERANDO que, apesar das circunstâncias, os Haitianos compareceram em grande número para votar, demonstrando sua crença na democracia;

CONSIDERANDO que nenhum partido político obteve a maioria no Senado ou na Câmara, e considerando que certos partidos políticos somente obtiveram um representante na Assembléia Nacional;

CONSIDERANDO que o presidente René Préval deve forjar alianças com os outros partidos na Assembléia Nacional para dar forma ao novo governo, uma vez que seu partido não ganhou a maioria;

CONSIDERANDO que do novo governo se espera alcançar, até fora das forças políticas de todo o país, a recolocação das circunstâncias que necessitam as instituições para contribuírem ao desenvolvimento democrático do Haiti;

CONSIDERANDO que na “Donor’s Conference” organizada por iniciativa das Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pela Comissão Européia, e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em julho 2004, em Washington, quase US\$1.4 bilhões de empréstimos e de donativos foram prometidos ao governo do Haiti para ajudar na reconstrução do país;

CONSIDERANDO que o Haiti continua a ser flagelado pela violência e pela pobreza;

NÓS, os representantes dos Congressos e das Assembléias Parlamentares dos Estados Unitários, Federados e Associados, das Organizações Regionais e Interparlamentares reunidos em Quito, Equador para a VII Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

FELICITAMOS o povo Haitiano pelo seu sentido notável da responsabilidade cívica e dedicação durante estas eleições;

RECONHECEMOS os resultados das duas eleições, presidenciais e legislativas, no Haiti;

RECONHECEMOS o progresso feito até esta data no processo político do Haiti;

CONVIDAMOS o novo governo do Haiti para continuar a promover uma atmosfera de diálogo e de reconciliação nacional;

INCENTIVAMOS as autoridades e o povo do Haiti para que resolvam a segurança, constitucionalidade, e os desafios do desenvolvimento econômico e social que o país enfrenta;

INCENTIVAMOS o presidente René Préval e os vários partidos representados no Parlamento Haitiano para trabalharem juntos para encontrar as soluções duráveis aos problemas políticos, econômicos e sociais que flagelam o país;

INSISTIMOS para que as instituições financeiras e os doadores internacionais contribuam economicamente e para o desenvolvimento social do país, fornecendo a sustentação em longo prazo aos Haitianos, e fazendo disponíveis os fundos prometidos sem atraso;

INCITAMOS a comunidade internacional a trabalhar com o novo governo para redigir um projeto em longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e político do Haiti e para o fortalecimento das instituições do Estado;

REAFIRMAMOS o compromisso dos parlamentares das Américas aos Haitianos, de ajuda para a reconstrução e desenvolvimento de seu país;

CONVIDAMOS os membros recentemente eleitos no Parlamento do Haiti para participarem ativamente nas várias atividades da Confederação Parlamentar das Américas.



**MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
DA CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS
AMÉRICAS (COPA)**

ELEIÇÕES GERAIS ANTECIPADAS NA BOLÍVIA

DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2005

INFORME

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1. TERMOS DE REFERÊNCIA DA MISSÃO	4
2. COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO	4
3. CONTEXTO POLÍTICO PRE-ELEITORAL	5
4. MARCO JURÍDICO E INSTITUCIONAL DAS ELEIÇÕES DE 18 DE DEZEMBRO DE 2005.7	
4.1 CÓDIGO ELEITORAL	7
4.2 AS AUTORIDADES ELEITORAIS BOLIVIANAS	8
4.3 RESULTADOS DA ELEIÇÃO GERAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2005.....	10
5. O DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO ANTES DO DIA DOS VOTOS.....	11
5.1 CHEGADA DA MISSÃO E CREDENCIAMENTO DE SEUS MEMBROS.....	11
5.2 REUNIÕES DE TRABALHO COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO ELEITORAL	11
6. OBSERVAÇÃO EM 18 DE DEZEMBRO, DIA DAS ELEIÇÕES	14
6.1 COMPOSIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS DUAS EQUIPES DE OBSERVADORES DA COPA	14
6.2 ELEMENTOS OBSERVADOS	15
7. CONSTATAÇÕES DOS MEMBROS DA MISSÃO DA COPA	15
7.1 RECINTOS DE SUFRÁGIO	16
7.2 MATERIAL ELEITORAL	16
7.3 DENÚNCIAS OU QUEIXAS	17
7.4 OBSERVAÇÕES GERAIS	18
7.5 ESCRUTÍNIO E CÔMPUTO DOS SUFRÁGIOS.....	18
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA MISSÃO	18
9. ANEXOS.....	20
ANEXO I – LA RESOLUCIÓN SOBRE BOLIVIA	20
ANEXO II – INVITACIÓN OFICIAL DE LA CORTE NACIONAL ELECTORAL DE BOLIVIA	21
ANEXO III – CARTA DE ACEPTACIÓN Y DE DESIGNACIÓN.....	22
ANEXO IV – COMUNICADO DE PRENSA DEL 15 DE DICIEMBRE DE 2005.....	23
ANEXO V – GRILLA DEL OBSERVADOR ELECTORAL	24
ANEXO VI – COMUNICADO DE PRENSA DEL 20 DE DICIEMBRE DE 2005	29

INTRODUÇÃO

Fundada em 1997, a Confederação Parlamentar das Américas (COPA) é uma organização interparlamentar que reúne os congressos e assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas.

Seu principal objetivo é contribuir ao fortalecimento da democracia parlamentar e a edificação de uma comunidade das Américas baseada no respeito da dignidade e os direitos humanos, a paz, a democracia, a solidariedade entre os povos, a justiça social e a equidade entre os sexos.

Para dar este apoio à democracia, a COPA deseja intervir de maneira cada vez mais ativa em matéria de observação eleitoral no continente americano.

Desta forma, de 16 a 20 de dezembro de 2005, viajou à Bolívia uma delegação de parlamentares da COPA para observar as eleições gerais antecipadas de 18 de dezembro e dar testemunho do desenvolvimento das mesmas.

Era a primeira missão de observação eleitoral da COPA desde a adoção do Regulamento sobre Missões de Observação Eleitoral, em maio de 2005, em ocasião da VI Assembléia Geral da COPA em Foz do Iguaçu, Brasil.

O principal objetivo deste informe é dar conhecimento das atividades da missão da COPA durante sua estância na Bolívia de 15 a 20 de dezembro de 2005 e apresentar os resultados da observação. Para isso, o informe se divide em oito partes: 1) termos de referência da missão; 2) composição da delegação; 3) contexto político e eleitoral; 4) marco jurídico e institucional das eleições de 18 de dezembro de 2005; 5) observação antes do dia da votação; 6) observação no dia 18 de dezembro, dia das eleições; 7) constatações dos integrantes da missão da COPA; 8) conclusões e recomendações da missão.

1. TERMOS DE REFERÊNCIA DA MISSÃO

A realização desta missão respondeu ao desejo expressado pelo Comitê Executivo da COPA através de uma resolução adotada em 18 de agosto de 2005, em Quito, Equador, no sentido de enviar uma missão de observação eleitoral à Bolívia para as próximas eleições legislativas e presidenciais a celebrar-se no dito país (Anexo I).

Pois bem, segundo o “Regulamento sobre Missões de Observação Eleitoral da COPA”, A Confederação, por intermédio da presidência, deve ser convidada oficialmente pelas autoridades dos países envolvidos para poder enviar missões deste tipo.

Neste contexto, o Presidente da COPA, Guillermo Landázuri Carrillo, Deputado do Congresso Nacional do Equador, iniciou gestões em 16 de novembro de 2005 perante as autoridades competentes da Bolívia, a saber: o Chefe de Estado e o Chanceler, para informar-lhes acerca da adoção da resolução antes mencionada e confirmar-lhes a disponibilidade da organização de enviar uma missão de observação eleitoral, se assim o desejarem.

Cronologia

Em 1º de dezembro de 2005, a COPA recebeu um convite oficial das autoridades da Corte Nacional Eleitoral de Bolívia instando-lhe a enviar ao mencionado país uma missão de observação eleitoral para as eleições presidenciais e legislativas antecipadas de 18 de dezembro de 2005 (Anexo II).

Em 9 de dezembro de 2005, mediante uma carta dirigida ao Presidente da Corte Nacional Eleitoral da Bolívia, Hassenteufel Salazar, o Presidente da COPA autorizou o envio de uma missão de observação eleitoral da COPA e informou à Corte a composição da mesma (Anexo III).

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2005, os integrantes da missão mantiveram algumas reuniões de trabalho com representantes de instituições e organismos envolvidos no processo eleitoral a fim de terem um panorama geral da organização das eleições na Bolívia.

No dia das eleições, a missão visitou uns vinte recintos de sufrágio localizados nas cidades de La Paz e El Alto, a fim de observar o processo eleitoral.

2. COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO

Em 9 de dezembro de 2005, o Presidente da COPA, **Guillermo Landázuri Carrillo**, designou a todos os membros da delegação.

A delegação da COPA esteve integrada pelas seguintes pessoas: **Éric R. Mercier**, Deputado da Assembléia Nacional de Quebec, Presidente da Comissão de Democracia e Paz da COPA e Chefe da Missão; **Pablo Franco Hernández**, Deputado do Congresso Federal do México e **Luciana Genro**, Deputada do Congresso Nacional do Brasil.

Os parlamentares contaram com a assistência dos senhores **Jacques Paquet** e **André Maimoni**, representantes das Secretarias de Quebec e do Brasil da COPA, respectivamente, e da senhora **Francine Barry**, experta em matéria eleitoral e Assistente do Diretor Geral de Eleições de Quebec.

3. CONTEXTO POLÍTICO PRE-ELEITORAL

Em maio e junho de 2005, a Bolívia enfrentou uma grave crise política e social que conduziu à renúncia do Presidente Carlos Mesa, em 6 de junho passado. Na noite de 9 de junho, o Congresso boliviano designou Eduardo Rodríguez, então Presidente da Corte Suprema, como Presidente Interino do país.

Em um período de dois anos, era o segundo Presidente que teve que renunciar a suas funções em razão de protestos populares. Com efeito, em 17 de outubro de 2003, o então Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada se viu obrigado a apresentar sua renúncia ante a envergadura das manifestações.

O objetivo dessas manifestações era a nacionalização dos hidrocarbonetos, a re-nacionalização das empresas de distribuição de água e a convocação a uma Assembléia Constituinte com a missão de redigir uma nova constituição que garantisse a satisfação das necessidades sociais da população.

Em 5 de julho de 2005, os membros do Congresso votaram a favor da realização de eleições legislativas e presidenciais antecipadas para dezembro de 2005, pois que normalmente estavam previstas para 2007.

Nesse mesmo dia, a fim de responder às demandas dos manifestantes, o Congresso também anunciou a eleição de uma Assembléia Constituinte para 02 de julho de 2006, data em que os bolivianos deverão pronunciar-se acerca da autonomia regional através de um referendo, o que responde especialmente às demandas do Departamento de Santa Cruz¹.

O anúncio da realização de eleições gerais antecipadas, para 4 de dezembro de 2005, foi bem recebido pelas diferentes facções políticas e o eleitorado boliviano em geral.

Em 22 de setembro de 2005, uma crise constitucional fez o que se temia: a pestergação das eleições gerais e a renúncia de um terceiro Presidente em dois anos. Esta crise foi provocada por uma decisão do Tribunal Constitucional da Bolívia, segundo a qual a distribuição das cadeiras na Câmara Baixa do Congresso deve modificar-se a fim de refletir as modificações demográficas registradas no censo de 2001². Isto daria a Santa Cruz, Departamento do sudeste da Bolívia, quatro cadeiras mais, em detrimento de La Paz, capital do país, e do Departamento de Potosí, que perderiam seis lugares no total.

¹ Los otros ocho Departamentos de Bolivia son: Beni, Cochabamba, Chuquisaca, Oruro, Pando, La Paz, Potosí y Tarija.

² Así, el artículo 88 de la Ley Electoral, que concierne la composición de la Cámara de Diputados, fue declarado inconstitucional.

³ Richard UZTA, *Bolivia-elecciones: favorito, Evo Morales se modera salvo en la coca*, 29 septiembre de 2005, www.latinreporters.com/boliviapol29092005.html

⁴ En Bolivia, las reservas de gas natural son las más importantes de América del Sur después de las de Venezuela.

Depois da decisão do Tribunal Constitucional, os membros do Congresso debateram sobre a redistribuição dos lugares. O Presidente da Corte Nacional Electoral (CNE), Oscar Hassenteuffel, declarou que as eleições se postergariam se os membros do Congresso não chegassem a um acordo antes de 28 de outubro. Era esta data limite para redesenhar as circunscrições, receber a lista dos candidatos nos Departamentos onde havia tido modificações e imprimir e distribuir as papeletas de sufrágio, antes do prazo de 4 de dezembro.

Em 1º de novembro, ante a incapacidade dos membros do Congresso de chegarem a um acordo sobre a redistribuição dos lugares, o Presidente da República superou o impasse com a adoção de um decreto supremo (Nº 28429). Este decreto retira dois (2) lugares do Departamento de La Paz, um (1) lugar do Departamento de Potosí e um (1) lugar do Departamento de Oruro; outorga três (3) ao Departamento de Santa Cruz e um (1) a Cochabamba. O mesmo decreto assinala que em 18 de dezembro será a nova data para as eleições. O seguinte quadro apresenta a nova distribuição das cadeiras na Câmara de Deputados depois da adoção do decreto presidencial:

Composição da Câmara de Deputados Decreto no. 28429 – 1º de novembro de 2005			
Departamentos	Uninominal	Plurinominal	Total
La Paz	16	13	29
Santa Cruz	11	14	25
Cochabamba	9	10	19
Potosí	8	6	14
Chuquisaca	6	5	11
Oruro	5	4	9
Tarija	5	4	9
Beni	5	4	9
Pando	3	2	5

Assim, em 18 de dezembro, os bolivianos deviam concorrer às urnas para eleger ao Presidente da República, os deputados e os senadores e, pela primeira vez, os prefeitos de nove Departamentos.

Os principais partidos políticos e os candidatos para a elección eram os seguintes:

- Movimiento al Socialismo (MAS) - Evo Morales;
- PODEMOS - Jorge Quiroga;
- Unidad Nacional (UN) Samuel Doria Medina;
- *Nueva Fuerza Republicana* (NFR) - Gildo Angulo Cabrera;
- *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) - Michiaki Nagatani Morishita;
- *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP) - Felipe Quispe;
- *Unión Social de los Trabajadores de Bolivia* (USTB) - Néstor García Rojas;
- *Frente Patriótico Agropecuario de Bolivia* (FREPAB) - Eliseo Rodríguez.

4. MARCO JURÍDICO E INSTITUCIONAL DAS ELEIÇÕES DE 18 DE DEZEMBRO DE 2005

4.1 Código Eleitoral

Segundo o Código Eleitoral vigente na Bolívia desde 25 de junho de 1999, e cuja última modificação remonta a 5 de outubro de 2004, o voto é universal, direto, livre, obrigatório e secreto (art. 5, alínea a).

Por outra parte, esta obrigação de votar levou, na penúltima modificação do Código Eleitoral, em 23 de agosto de 2004, a uma modificação do artigo 70 (alínea f) do Código Eleitoral. O artigo estipula que todos os cidadãos que não sufragaram na última eleição municipal ou nacional serão depurados do Padrão Eleitoral, pela Corte Nacional Electoral.³

Desde então, houve dois períodos de inscrição para que os cidadãos que estiveram nesta situação se reinscrevessem no Padrão Eleitoral, isto foi de 23 de abril a 14 de maio⁴ de 2005 e de 15 de agosto a 5 de setembro de 2005.

Cabe assinalar que, segundo o Código Eleitoral, o período de inscrição dos eleitores deve concluir noventa dias antes do ato eleitoral (art. 73). A revisão do Padrão Eleitoral deve completar-se pelo menos cinquenta dias antes da eleição (art. 76).

Na Bolívia, a campanha eleitoral se inicia no dia seguinte ao da publicação oficial da Convocatória à eleição e conclui quarenta e oito horas antes do dia das eleições (art. 114). No marco das eleições gerais ou municipais, o Poder Executivo ou, em sua ausência, o Congresso Nacional deve expedir a disposição legal de Convocatória a eleições pelo menos com cento e cinquenta dias de antecipação à data de realização da votação (art. 84).

Os partidos políticos, grupos de cidadãos, grupos indígenas ou alianças credenciadas devem inscrever seus candidatos a Presidente, Vice-Presidente, Senadores e Deputados até cem dias antes de cada eleição geral (art.112).

Cada recinto de sufrágio e escrutínio será dirigido por um Notário Eleitoral, responsável, entre outras tarefas, de assistir à organização das mesas de sufrágio e denunciar as irregularidades do processo eleitoral (art. 42).

As mesas eleitorais estão compostas por três jurados eleitorais, um deles atuando como presidente e outro como secretário e o último como vocal (art. 49).

Cada partido político, grupo de cidadãos, grupo indígena ou aliança política que concorra aos votos, poderá credenciar um delegado ante cada mesa eleitoral (art.49).

Finalmente, cabe assinalar que se proíbe terminantemente desde as zero hora, até as vinte e quatro horas do dia da elección, a circulación de veículos motorizados, salvo os expressamente autorizados pelas Cortes Eleitorales (art. 145).

Não há período previsto para votar por antecipação.

³ Según los datos estadísticos publicados por la Corte Nacional Electoral, 864.285 personas fueron depuradas del Padrón Electoral desde las elecciones municipales de diciembre de 2004.

⁴ Con vistas a las elecciones de Prefectos previstas inicialmente para agosto de 2005.

Os dois seguintes quadros apresentam em forma sucinta o sistema eleitoral boliviano:

Eleição presidencial – 18 de dezembro de 2005	
1º turno	<u>Sufrágio universal</u>
2º turno	<u>Sufrágio indireto</u> : Se nenhum dos candidatos superar 50%, o Congresso elege o Presidente entre os dois postulantes mais votados.

Eleições legislativas – Eleições de 18 de dezembro de 2005		
	Câmara de Deputados	Senado
Membros	130 (escrutínio direto)	27 (escrutínio direto)
Circunscrições	68 uninominais	9 departamentais plurinominais (3 cadeiras)
	9 departamentais plurinominais	
Modo de escrutínio	Majoritário em um só turno – 68 deputados	Majoritário direto da lista - o partido majoritário: 2 vagas - o partido em segundo lugar: 1 vaga
	Direto da lista com distribuição proporcional das vagas sobre a base de um dobro quociente – 62 deputados	

4.2 As autoridades eleitorais bolivianas

Segundo o Código Eleitoral vigente na Bolívia desde 25 de junho de 1999, e cuja última modificação remonta a 5 de outubro de 2004, o voto é universal, direto, livre, obrigatório e secreto (art. 5, inciso a).

Os órgãos eleitorais bolivianos estão estruturados segundo a seguinte ordem hierárquica:

- a) Corte Nacional Eleitoral.
- b) Cortes Departamentales Eleitorales.
- c) Juízes Eleitorales.
- d) Jurados das mesas de sufrágio.
- e) Notários Eleitorais.
- f) Outros funcionários que o Código institui.

A Corte Nacional Eleitoral é o máximo organismo em matéria eleitoral.

Os órgãos eleitorais bolivianos são autônomos para administrar o processo eleitoral e não têm dependência funcional neste labor com instituição alguma dos Poderes de Estado nem se subordinam a eles (art. 3).

Em aplicação do preceito constitucional que estabelece e garante a autonomia, a independência e a imparcialidade dos órgãos eleitorais, a Corte Nacional Eleitoral, tem entre

outras, a faculdade de elaborar seu orçamento, administrar seus recursos e aprovar seus regulamentos internos (art. 12).

As decisões da Corte Nacional Eleitoral são de cumprimento obrigatório, não revisáveis e inapeláveis, exceto em matéria que corresponda ao âmbito da jurisdição e competência do Tribunal Constitucional da Bolívia (art. 28).

À leitura do código eleitoral, nenhum ministério intervém no processo eleitoral.

As atribuições da Corte Nacional Eleitoral e das Cortes Departamentais Eleitorais

São atribuições da Corte Nacional Eleitoral:

- reconhecer a personalidade jurídica dos partidos políticos que participam nas eleições gerais;
- organizar e administrar o padrão eleitoral;
- inscrever os candidatos apresentados pelos partidos políticos;
- aprovar e publicar o calendário eleitoral mais tardar quinze dias depois da convocatória das eleições;
- efetuar em ato público o cômputo nacional definitivo de cada eleição e publicá-lo em meios de difusão nacional;
- outorgar as credenciais aos candidatos eleitos;
- programar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades técnicas e administrativas do processo eleitoral (art. 29).

As Cortes Departamentais Eleitorais têm as seguintes atribuições:

- designar os juizes, notários e inspetores eleitorais;
- efetuar, em sessão pública, o cômputo departamental das eleições e elevá-lo à Corte Nacional Eleitoral;
- conhecer as denúncias e irregularidades cometidas no processo eleitoral e iniciar as ações legais que correspondam;
- programar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades técnicas e administrativas do processo eleitoral em seus respectivos departamentos e no marco das diretivas da Corte Nacional Eleitoral (art. 35).

Composição e nomeação dos membros da Corte Nacional Eleitoral e das Cortes Departamentais Eleitorais

A Corte Nacional Eleitoral está composta por cinco vocais, dois dos quais devem ser de profissão advogado. As Cortes Departamentais Eleitorais também estão compostas por cinco vocais, com exceção das Cortes Eleitorais de La Paz e Santa Cruz, que estão compostas por dez vocais, e a de Cochabamba que tem sete (art. 26).

Um vocal da Corte Nacional Eleitoral e um de cada Corte Departamental Eleitoral é nomeado pelo Presidente da República.

Os outros quatro vocais da Corte Nacional Eleitoral são designados pelo Congresso Nacional por voto secreto que requer a maioria de dois terços dos membros presentes.

Os outros quatro vocais de cada uma das Cortes Departamentais Eleitorales são designados pelo Congresso Nacional, por voto secreto que requer a maioria de dois terços dos membros presentes, elegidos de uma lista única de candidatos proposta pela Corte Nacional Eleitoral. (No caso das Cortes Departamentais Eleitorales de La Paz e de Santa Cruz, o Congresso Nacional deve designar nove; e a de Cochabamba, seis).

Os membros da Corte Nacional Eleitoral e as Cortes Departamentais Eleitorales são eleitos por um mandato de quatro anos. Podem ser reeleitos. O presidente da Corte Nacional Eleitoral é eleito pelos outros membros da Corte, por voto secreto que requer maioria de dois terços.

Nenhum membro da Corte Nacional Eleitoral pode ser retirado nem suspenso de suas funções, salvo nos casos previstos no Código Eleitoral e na Lei de Responsabilidades.

Por último, assinalamos que os partidos políticos, as associações de cidadãos e os povos indígenas que possuem personalidade jurídica vigente têm direito a credenciar um delegado permanente e um alterno ante a Corte Nacional Eleitoral e nas Cortes Departamentais Eleitorales, com direito a voz (artículos 31 y 36).

4.3 Resultados da eleição geral de 18 de dezembro de 2005

Os dois seguintes quadros apresentam os resultados da eleição presidencial e a dos membros do Congresso, como foram publicados na página Web da Corte Nacional Eleitoral, cuja última consulta remonta a 23 janeiro de 2005.

Candidatos à Presidência	Partidos políticos	Votos	Porcentagem
Evo Morales	MAS	1.544.374	53,740%
Jorge Quiroga	PODEMOS	821.745	28,594%
Samuel Doria Medina	UM	224.090	7,798%
Michiaki Nagatani Morishita	MNR	185.859	6,467%
Felipe Quispe	MIP	61.948	2,156%
Gildo Angulo Cabrera	NFR	19.667	0,684%
Eliseo Rodríguez	FREPAB	8.737	0,304%
Néstor García Rojas	USTB	7.381	0,257%

Fonte: Corte Nacional Eleitoral da Bolívia

Câmara de Deputados		Senado	
Partidos políticos	Nº de vagas / 130	Partidos políticos	Nº de vagas / 27
MAS	72	PODEMOS	13
PODEMOS	43	MAS	12
UN	8	UM	1
MNR	7	MNR	1

Fonte: Corte Nacional Eleitoral de Bolívia

5. O DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO ANTES DO DIA DOS VOTOS

5.1 Chegada da missão e credenciamento de seus membros

Ao chegar na Bolívia, em 15 de dezembro de 2005, os membros da delegação emitiram um comunicado de imprensa (Anexo IV) para informar acerca da composição da delegação, os objetivos da missão e apresentar a COPA de forma sucinta.

Em 3 de novembro de 2005, a Organização dos Estados Americanos (OEA) firmou um convênio com o governo boliviano por convite deste último, para o envio de uma equipe de observadores pelo motivo das eleições gerais antecipadas de 18 de dezembro. Na Bolívia, a Corte Eleitoral confiou à OEA a responsabilidade da gestão de todos os observadores internacionais. Os membros da delegação da COPA tomaram conhecimento desta situação ao chegar ao país e, por tanto, se dirigiram aos responsáveis da missão da OEA para obter os credenciamentos necessários.

A missão de observação da COPA deseja agradecer ao consulado do Canadá na Bolívia e à Embaixada do Brasil por sua valiosa colaboração nas gestões realizadas para a obtenção das credenciais.

5.2 Reuniões de trabalho com representantes de instituições e organismos envolvidos no processo eleitoral

Com o propósito de ter um panorama geral da organização das eleições na Bolívia, os membros da delegação mantiveram reuniões de trabalho com representantes de instituições e organismos envolvidos no processo eleitoral, nos dias anteriores à votação, cujos comentários se reproduzem na continuação.⁵

A) Autoridades eleitorais

Salvador Romero Ballivián, membro da *Corte Nacional Electoral* - CNE – sexta-feira, 16 de dezembro de 2005, às 19.30 horas.

Esta reunião de trabalho com o senhor Romero foi muito instrutiva para os membros da delegação, já que puderam obter mais informações sobre os lugares onde estariam localizados os recintos de sufrágio, o método de seleção do pessoal eleitoral (que se fez por sorteio) e os direitos dos observadores internacionais no dia da votação.

O senhor Romero não antecipava problemas nem fraudes no dia da votação, principalmente porque os partidos políticos teriam representantes nos diferentes recintos de sufrágio.

Esta reunião de trabalho resultou em grande benefício para a delegação, pois o senhor Romero lhes entregou duas autorizações para circular em automóvel no dia das eleições. Como está proibida a circulação de veículos motorizados nesse dia, a obtenção destas duas autorizações era necessária para manter a independência da missão de observação eleitoral da COPA.

⁵ Los miembros de la misión sólo se hacen eco de los comentarios de los representantes de instituciones y organismos, sin hacer juicio de valor alguno.

B) Partidos políticos

Peter Maldonado Bakovic, Secretário de Relações Internacionais do partido político *Frente de Unidad Nacional* — sábado 17 de dezembro de 2005 às 18 horas.

A UN é um partido político fundado em 12 de dezembro de 2003. Como se trata de um novo partido, não detinha nenhuma representação no Congresso Nacional. Contudo, seu candidato à eleição presidencial, Samuel Doria Medina, figurava em terceiro lugar nas intenções de voto.

Depois de haver apresentado os antecedentes e as orientações de seu partido político, o senhor Maldonado afirmou que tinha confiança no processo e que a organização das eleições na Bolívia haviam melhorado muito. Declarou ter confiança e crer na validade do padrão eleitoral, estabelecido pelas autoridades electorales.

O representante da UN não esperava que tivessem problemas ou fraudes no dia das votações. Contudo, destacou duas inquietudes frente aos problemas que poderiam surgir no transporte das urnas e com respeito à fiabilidade do sistema de informática. Sustentou que esta inquietude existe em todos os países onde se transportam as urnas ao terminar as votações, pois poderia ocorrer que algumas delas fossem trocadas por urnas fraudulentas. No referente ao sistema informático, declarou que existem rumores sobre a existência de fraude na captura informática dos resultados, no Departamento de Potosí, durante a eleição geral de 2002. Feito que poderia reproduzir-se.

Antonio Peredo Leigue, candidato a Senador pelo Partido Político *Movimiento al Socialismo* (MAS) – sábado 17 de dezembro de 2005 às 20.00 horas.

O MAS é um partido político fundado em 23 de julho de 1987. Está presidido por Evo Morales Ayma, candidato à presidência. Era o segundo partido político em importância no Congresso da Bolívia e o principal partido de oposição desde as últimas eleições gerais de 2002.

Com respeito ao desenvolvimento da campanha eleitoral, o senhor Peredo reprovou dos meios de comunicação sua falta de imparcialidade, já que, em sua opinião, seguem estando claramente a favor do partido político PODEMOS de Jorge Quiroga.

O senhor Peredo se mostrou preocupado pelas possibilidades de fraude no dia das votações. Primeiramente antecipava deficiências e irregularidades. Se declarou preocupado com a validade do padrão eleitoral no contexto em que, segundo as novas disposições da lei, todas as pessoas que não sufragaram na eleição municipal de 5 de dezembro de 2004 foram depuradas do padrão. Logo, igual que aos demais representantes de organismos entrevistados no marco desta missão da COPA, o representante do MAS evocou a possibilidade de problemas durante o transporte das cédulas de sufrágio e na captura informática dos resultados.

Entretanto, sustentou que tem havido uma clara melhora na organização das eleições durante estes últimos vinte anos. Apesar de que subsistam alguns problemas, o senhor Peredo considerava que o processo eleitoral era válido e que os resultados da eleição de 18 de dezembro seriam claros e sem equívoco.

C) Sociedade civil

Guillermo Vilela D. de M., Presidente da *Assembléia Permanente de Direitos Humanos da Bolívia* – sexta-feira 16 de dezembro de 2005 às 17.15 horas.

Desde o início da campanha eleitoral, o senhor Vilela sustentou que no marco da missão de sua organização teve que enfrentar a dois problemas, principalmente nas zonas rurais: o escasso acesso a informação e a corrupção. Em sua opinião, os cidadãos estão decepcionados e pouco motivados, pois nada tem mudado na “política da corrupção” e esta segue impune. Assinalou as manifestações da primavera de 2005, que conduziram à renúncia do Presidente Carlos Mesa, se explicariam, então, pela busca da renovação, a transparência no plano das elites políticas e econômicas.

O senhor Vilela também sublinhou outro problema: a falta de independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Em particular, assinalou a desconfiança dos cidadãos e de alguns partidos políticos sobre a Corte Nacional Eleitoral, um de cujos membros está acusado de apoiar um partido político, e ao que se reprova não conseguir controlar de maneira adequada a publicidade eleitoral. Segundo Vilela, existiria, entre a população, certa desconfiança no processo eleitoral.

No referente ao papel dos meios de comunicação no processo eleitoral, deplorou que a televisão e os jornais estejam controlados por alguns elementos do poder. Contudo, indicou que na rádio as opiniões podem expressar-se de maneira mais livre e equitativa.

O senhor Vilela assinou dois momentos em que eventualmente poderiam surgir irregularidades no dia das votações: 1) durante o ato eleitoral nos recintos de sufrágio e 2) na coleta informática dos resultados. No que se refere à primeira situação, sustentou que efetivamente existia uma maneira para que um cidadão vendesse seu voto, contudo que o melhor mecanismo de controle era a presença dos representantes dos partidos políticos nos recintos de votação, no dia das eleições.

D) Representantes de corpos diplomáticos

Na sexta-feira, 16 de dezembro de 2005 às 9.00 horas, os membros da delegação da COPA procedentes de Quebec se reuniram com o representante da diplomacia canadense na Bolívia, **Enrique Madueno**, Assessor, Chefe de Cooperação e Cônsul. Na oportunidade, os membros da delegação expuseram os objetivos da missão de observação eleitoral da COPA e solicitaram informação acerca da organização das eleições na Bolívia, principalmente no relativo à segurança, aos observadores internacionais e às possibilidades de fraude no dia das votações. Tal como se mencionou anteriormente, o cônsul canadense foi de muita ajuda na obtenção das credenciais para os observadores da COPA ante a missão da Organização dos Estados Americanos (OEA), organização responsável na gestão dos observadores internacionais.

Ao mesmo tempo, o Coordenador da Secretaria da COPA no Brasil, **André Maimoni**, manteve uma reunião de trabalho com o Embaixador do Brasil na Bolívia, **Antonio Lisboa Mena Gonçalves**, quem ajudou também a obter as credenciais para os membros brasileiros da delegação.

6. OBSERVAÇÃO EM 18 DE DEZEMBRO, DIA DAS ELEIÇÕES

6.1 Composição e desenvolvimento das duas equipes de observadores da COPA

No dia das eleições, a delegação da COPA se dividiu em duas equipes de observadores.

1) A primeira equipe, integrada pelos senhores **Éric R. Mercier**, **Jacques Paquet** e pela senhora **Francine Barry**, observaram dez recintos de sufrágio em La Paz e El Alto:

Nº	Cidade/bairro	Nome do recinto	Nº de mesas	Hora de chegada	Hora de partida
95	La Paz/ Sopocachi Alto	Colegio San Luis	33	8.05	8.45
50	El Alto/ Villa Aroma	Unid. Educ. Aniceto Arce	14	9.45	10.20
27	La Paz/ Zona Norte	Liceo. Téc. Humanístico Nuestra Sra. de La Paz	8	11.55	12.15
29	La Paz/ Miraflores	Esc. Piloto Naciones Unidas	19	12.20	12.45
63	La Paz/ Villa Armonía	Colegio Waldo Ballivian	21	13.00	13.20
59	La Paz/ IV Centenario	Unid. Educ. Simón Bolívar	10	13.30	13.50
66	La Paz/ Bolonia	Colegio FF. AA. de la Nación	11	14.00	14.15
67	La Paz/ Irpavi	Esc. Rosemari de Barrientos	27	14.20	14.40
72	La Paz/ Calacoto – La Florida	Esc. Santa Rosa La Florida	15	14.50	15.10
92	La Paz/ Kantutani – San Jorge	Col. Amor de Dios	14	16.00	18.30

2) A segunda equipe, integrada pela senhora **Luciana Genro** e pelos senhores **Pablo Franco Hernández** e **André Maimoni**, observaram nove recintos de sufrágio em La Paz e em El Alto :

Nº	Cidade/bairro	Nome dos recintos	Nº de mesas	Hora de chegada	Hora de partida
20	El Alto/ Villa 12 de Octubre	Col. 12 de Octubre	21	8.25	8.50
25	El Alto/ Villa Dolores	Col. Juan Capriles	25	9.10	9.25
21	El Alto/ Villa 12 de Octubre	C.E.F.I.	2	9.30	9.35
24	El Alto/ Villa Dolores	Esc. Eva Perón	19	9.40	10.00
106	La Paz/ Pasankeri	Col. Luis Espinal Camps	18	10.20	10.50
114	La Paz/ Tembladerani	Parqueo Stadium Bolívar	15	11.00	11.15
97	La Paz/ Sopocachi Bajo	Col. Gregorio Reynolds	12	11.20	11.35
68	La Paz/ Koani	Instituto Domingo Savio	7	11.50	12.20
89	La Paz/ Obrajes	Instituto Americano	18	15.50	18.20

6.2 Elementos observados

Para que pudessem levar a cabo corretamente seu trabalho de observadores, se entregou aos deputados uma ficha do observador eleitoral, preparada pela Secretaria da Comissão de Democracia e Paz da COPA. Os observadores completaram uma ficha para cada recinto de sufrágio visitado. Esta ficha, que se junta no Anexo V, tem oito partes e está baseada nas disposições do Código Eleitoral da Bolívia, principalmente nos artigos 134 a 180. A ficha aborda os seguintes aspectos do processo eleitoral:

- 1) Informações gerais sobre o observador e o recinto de sufrágio;
- 2) Recinto de sufrágio;
- 3) Material eleitoral;
- 4) Eleitores;
- 5) Denúncias ou queixas;
- 6) Outras observações;
- 7) Escrutínio e cômputo dos sufrágios;
- 8) Avaliação global.

A fim de recolher estas informações, os observadores se dirigiram essencialmente aos notários e jurados eleitorais presentes nos recintos de sufrágio.

As duas equipes de observadores trataram de obter uma boa mostra das práticas de votação visitando recintos situados em diferentes tipos de bairros das cidades de La Paz e El Alto: bairros operários e populares, bairros de classe média e bairros de setores mais abastados da sociedade.

7. CONSTATAÇÕES DOS MEMBROS DA MISSÃO DA COPA

Na continuação, exporemos as principais constatações da observação ilustradas utilizando cinco quadros que figuram na ficha do observador entregue aos membros da delegação da COPA. Os quadros abordam os seguintes elementos: 1) recintos de sufrágio; 2) material eleitoral (2 quadros); 3) denúncias ou queixas; e 4) observações gerais. O quinto elemento “escrutínio e cômputo dos sufrágios” não está ilustrado com um quadro. Completou-se uma ficha para cada um dos dezenove recintos de sufrágio visitados. A seguir figuram os resultados compilados.⁶

⁶ Sólo reflejan la apreciación de los miembros de la delegación de la COPA.

7.1 Recintos de sufrágio

Na maioria dos casos, se respeitou o horário de abertura dos recintos de sufrágio – de 8.00 a 16.00 horas. Quando houve atrasos, se prolongou o horário de votação para compensar o tempo perdido.

	SIM	NÃO	Mais ou menos
Lugar e acondicionamento do recinto de sufrágio adequados	15	0	4
Recinto de sufrágio completo	19	0	0
Presença de forças de segurança	19	0	0
Presença de representantes dos candidatos /partidos	19	0	0
Presença de publicidade eleitoral no lugar	3	16	0
Atos de intimidação aos eleitores	0	19	0

A organização física dos recintos de sufrágio era especial, pois com frequência os eleitores não dispunham de grande espaço. Contudo, isto parecia ser habitual e os eleitores não se queixavam.

Apesar da presença de uma quantidade importante de eleitores por mesa de sufrágio, o trabalho se levava a cabo em ordem.

A segunda equipe de observadores assinalou que nos recintos de sufrágio nºs 24 y 21 em El Alto, observaram a presença de publicidade eleitoral do partido político PODEMOS dentro de um perímetro proibido pela lei.

7.2 Material eleitoral

Em geral, se forneceu material eleitoral em quantidade suficiente e respeitando as normas estabelecidas.

	SIM	NÃO
Urnas seladas em forma adequada	19	0
Cabinas electorales que garantizan el secreto	19	0
Registro dos votos (Ato de abertura e fechamento)	19	0
Padrão eleitoral	18	1
Cédulas de sufrágio em número suficiente	18	1
Cédulas de sufrágio com as iniciais do pessoal	19	0

A segunda equipe de observadores deu conta da ausência da lista índice no recinto de sufrágio nº 21 de El Alto.

No recinto de sufrágio nº 59 de La Paz, o Notário Eleitoral informou à primeira equipe de observadores às 13.40 horas, que faltavam 150 papeletas de sufrágio e que a Corte Departamental Eleitoral havia sido informada deste feito. Não se deu nenhuma explicação a respeito.

	Muito bom	Bom	Regular	Irregular
Material eleitoral	18		1	
Trabalho dos membros do recinto de sufrágio	19			
Trabalho dos agentes de segurança	19			

Em vários recintos de votação, os agentes de segurança ajudaram aos notários eleitorais dirigindo os eleitores até suas respectivas mesas de sufrágio.

A segunda equipe de observadores informou que no recinto de sufrágio nº 24 em El Alto, contrariamente à prática geralmente aceita, os responsáveis de uma mesa de sufrágio não apresentavam as cédulas de votação aos representantes dos partidos políticos antes de entregá-las aos eleitores.

7.3 Denúncias ou queixas

Os representantes dos partidos políticos e alguns eleitores formularam verbalmente várias queixas ou denúncias aos responsáveis dos recintos de votação.

	SIM	NÃO
Denúncias formuladas pelos representantes de partidos políticos e candidatos	5	14
Denúncias formuladas pelos eleitores	10	9

Assim, em vários recintos de sufrágio — os recintos nºs 29, 59, 63, 66, 67, 72 e 106 de La Paz; e os recintos nºs 21, 24 y 50 de El Alto — numerosos cidadãos se queixaram aos responsáveis eleitorais de haver sido depurados do padrão eleitoral, por não haver sufragado na última eleição municipal.

No recinto de sufrágio nº 50 de El Alto, os representantes dos partidos políticos se desentediaram com os responsáveis eleitorais, pois lhes foi solicitado que se mantivessem a mais de um metro das mesas de sufrágio, isto causou uma interrupção na votação. Alguns eleitores intentaram exercer seu direito de voto com seus velhos documentos de identificação, pois haviam sido depurados do padrão eleitoral segundo as novas disposições da lei. Finalmente, um eleitor quis votar com uma fotocópia de seu documento de identificação. O Notário Eleitoral lhe solicitou que voltasse a apresentar-se com um documento oficial reconhecido, como, por exemplo, o passaporte.

No recinto de sufrágio nº 59 de La Paz, alguns representantes de partidos políticos se queixaram da presença ocasional de mais de um representante de um mesmo partido político por mesa.

No recinto de sufrágio nº 72 de La Paz, alguns representantes de partidos políticos se queixaram de que outros representantes estavam vestidos de maneira demasiado chamativa com as cores do partido.

7.4 Observações gerais

Em geral, se cumpriram as disposições do Código Eleitoral no referente aos seguintes elementos de observação.

	SIM	NÃO
Respeito do caráter secreto do sufrágio	19	0
Presença de mais de um eleitor na cabina	0	19
Observância dos procedimentos eleitorais por parte do pessoal	19	0
Compreensão do procedimento por parte dos eleitores	19	0
Desenvolvimento das votações em ordem	19	0
Interrupção da votação no dia	1	18

A ficha de observação incluía um elemento de observação relativo à presença nos recintos de sufrágio de pessoas não autorizadas. Entretanto, não pudemos responder a respeito, pois é habitual que todos possam circular no espaço de votação.

No recinto de sufrágio nº 66 em La Paz, se interrompeu o ato eleitoral quando passou um candidato a Prefeito, tal como o estipula a lei.

7.5 Escrutínio e cômputo dos sufrágios

Os observadores da COPA deram testemunho do escrutínio e cômputo dos sufrágios nos recintos de sufrágio nºs 89 y 92 de La Paz. O escrutínio se desenvolveu com seriedade, calma e transparência, respeitando as disposições do Código Eleitoral.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA MISSÃO

Ao término da missão, os membros da delegação redigiram e difundiram um comunicado de imprensa (em Anexo VI) a fim de dar a conhecer as conclusões de suas observações.

Em geral, satisfeitos com o desenvolvimento das eleições, os parlamentares da COPA e seus assistentes comprovaram que globalmente se havia respeitado o procedimento eleitoral e o escrutínio se havia desenvolvido em ordem e em um ambiente festivo.

Causaram-lhes uma excelente impressão o sentido cívico e a seriedade que demonstraram os cidadãos bolivianos no marco destas eleições.

Apesar de que os membros da delegação foram testemunhas de algumas irregularidades menores, não consideram que estas tenham afetado a integridade do processo eleitoral em conjunto.

Em relação aos principais riscos de fraudes manifestados pelos representantes de instituições e organismos que participaram do processo eleitoral durante os encontros de trabalhos prévios ao dia das eleições, a saber: durante o transporte das urnas e o ingresso dos resultados no suporte informático, a delegação não pode observar nenhum destes aspectos do processo eleitoral.

Entretanto, a delegação lamentou que, segundo a aplicação das novas disposições da legislação, vários eleitores tenham sido excluídos da lista eleitoral e, por isto, não tenham podido exercer seu direito de voto.

Essa situação é lamentável e poderia ter ocorrido graves conseqüências no processo eleitoral, em particular se as diferenças entre os candidatos à presidência fossem mais estreitas.

A delegação está de acordo em afirmar que o problema do padrão eleitoral segue sendo o ponto débil do processo eleitoral boliviano e que seria desejável que as autoridades pertinentes fizessem modificações a fim de melhorar a qualidade da lista eleitoral para as próximas eleições.

Quanto a este aspecto, a missão de observação da COPA recomenda às autoridades eleitorais bolivianas:

- utilizar mecanismos para que a população conheça e compreenda melhor a disposição do Código Eleitoral, que conduza à eliminação da lista eleitoral daqueles que não sufragaram na última eleição geral ou municipal;
- fazer todo o possível para que os eleitores bolivianos estejam melhor informados do período estabelecido para a reinscrição no padrão eleitoral.

Por último, os membros da delegação se congratulam da acolhida cordial que lhes reservaram os bolivianos nos encontros de trabalhos prévios ao dia do escrutínio, assim como na ocasião de suas visitas nos recintos de sufrágio.

Com o fim de assegurar o seguimento a esta missão de observação da COPA, se enviará este informe às autoridades eleitorais da Bolívia, ao Ministério de Relações Exteriores e Culto d Bolívia e os responsáveis da Unidade para a Promoção da Democracia da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ademais, este documento será apresentado aos parlamentares das Américas na próxima Assembléia Geral da COPA e publicado na página Web da COPA.

.

9. ANEXOS

Anexo I – La Resolución sobre Bolivia

Reunión del Comité Ejecutivo de
la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA)
Quito, Ecuador
18 y 19 de agosto de 2005

RESOLUCIÓN SOBRE BOLIVIA

CONSIDERANDO que uno de los objetivos de la COPA es contribuir “al fortalecimiento de la democracia parlamentaria y la edificación de una comunidad de las Américas basada en el respeto de la dignidad y los derechos humanos, la paz, la democracia, la solidaridad entre los pueblos, la justicia social y la equidad entre los sexos”;

CONSIDERANDO que en el transcurso de los últimos meses Bolivia ha enfrentado una grave crisis política y social que desembocó en la renuncia del Presidente Carlos Mesa el pasado 6 de junio;

CONSIDERANDO que se trata del segundo presidente en dos años que ha debido renunciar a sus funciones como consecuencia de la oposición popular;

CONSIDERANDO que Eduardo Rodríguez, Presidente de la Corte Suprema, fue designado Presidente Interino del país por el Congreso de Bolivia, en la noche del 9 de junio de 2005;

CONSIDERANDO que el pasado 6 de julio el Presidente Interino, con el acuerdo del Congreso Nacional, anunció oficialmente la celebración de elecciones legislativas y presidenciales anticipadas el próximo 4 de diciembre;

Nosotros, miembros del Comité Ejecutivo de la Confederación Parlamentaria de las Américas, reunidos en Quito, Ecuador, los días 18 y 19 de agosto de 2005,

EXPRESAMOS nuestra profunda preocupación por la situación política y social imperante en Bolivia, a pesar de la disminución de las tensiones desde la toma de posesión del Presidente Interino, Eduardo Rodríguez;

CELEBRAMOS la madurez de los actores políticos bolivianos, que han sabido respetar los mecanismos constitucionales durante la crisis social y política que provocó la renuncia del Presidente Mesa;

MANIFESTAMOS nuestro apoyo y solidaridad a la sociedad boliviana y a las instituciones democráticas de este país, particularmente las instancias electorales, en la organización de las elecciones generales anticipadas del próximo 4 de diciembre;

PROPONEMOS para las elecciones legislativas y presidenciales anticipadas en Bolivia el envío de una misión de observación electoral de la COPA si, conforme al Reglamento sobre las Misiones de Observación Electoral de la COPA y en pleno respeto de la soberanía nacional de Bolivia, las autoridades competentes de este país cursan el pedido oficial correspondiente.

Quito, Ecuador, 18 de agosto de 2005

Anexo II – Invitación oficial de la Corte Nacional Electoral de Bolivia

La Paz, 1 de diciembre de 2005

PROT. No. 093/2005

Señor Jaime Siles Otazo
Cónsul Honorario de Bolivia
Québec, Canadá

Distinguido señor Cónsul:

Como ya es de su conocimiento, el 18 de diciembre se realizarán en Bolivia elecciones generales para elegir Presidente, Vicepresidente, Senadores y Diputados tanto Uninominales como Plurinominales. Por otro lado, en la misma fecha se elegirán por primera vez Prefectos (as) Departamentales.

En este contexto, la participación de observadores electorales constituye un hecho fundamental que, sobre todo, permitirá el intercambio de experiencias entre miembros de los organismos electorales de la región, con el objetivo de fortalecer nuestras democracias y hacer de la administración de los procesos electorales un ejercicio cada vez más eficiente.

Por esa razón, la Sala Plena de la Corte Nacional Electoral de Bolivia tiene el agrado de invitar mediante su autoridad a la Confederación de Parlamentarios de las Américas (COPA), con sede en Québec, Canadá a participar de este acto eleccionario como observador internacional dada la importancia que reviste para la democracia de nuestro país.

La Corte Nacional Electoral por razones presupuestarias no podrá cubrir gastos de transporte, alojamiento, alimentación y desplazamientos internos.

Rogamos verificar si es necesaria una visa para visitar Bolivia. En todo caso nuestro Ministerio de Relaciones Exteriores brindará a ustedes toda la atención requerida.

Sin otro particular, saludo a usted con las consideraciones mas distinguidas.

Anexo III – Carta de aceptación y de designación

Anexo IV – Comunicado de prensa del 15 de diciembre de 2005

Una delegación de diputados de las Américas observará el desarrollo de las elecciones bolivianas

La Paz, 15 de diciembre de 2005- El señor Éric R. Mercier, Diputado de la Asamblea Nacional de Quebec encabeza una delegación de parlamentarios de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA) que observará el desarrollo de las elecciones presidencial y legislativas en Bolivia el próximo 18 de diciembre. La delegación está también integrada por el señor Pablo Franco Hernández, Diputado del Congreso Federal de México, la señora Luciana Genro y el señor Paes Landim, Diputados del Congreso Federal de Brasil.

Respondiendo a un pedido de las autoridades de la República de Bolivia, el Presidente de la COPA, señor Guillermo Landázuri Carrillo, Diputado del Congreso Nacional del Ecuador, decidió enviar esta delegación. Los legisladores participantes se proponen, tan pronto lleguen a Bolivia hoy, mantener reuniones con los principales actores del proceso electoral a fin de informarse acerca de la situación reinante en el país en vísperas de los comicios. Durante el día de la votación, los delegados se distribuirán en la capital, La Paz, para observar directamente el desarrollo de los comicios.

Ésta constituye la primera misión de observación electoral organizada por la COPA desde que esta organización adoptó, en su Asamblea General celebrada en Foz do Iguacu-Brasil, en mayo de 2005, un marco reglamentario para la organización de tales misiones.

Los parlamentarios estarán asistidos por los señores Jacques Paquet y André Maimoni, representantes de las Secretarías de Quebec y de Brasil, respectivamente, de la COPA y por la señora Francine Barry, Adjunta del Director General de Elecciones de Quebec.

La Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA), fundada en la Ciudad de Quebec en 1997, es un foro que reúne a más de 300 asambleas parlamentarias de los estados unitarios, federales, federados y asociados, los parlamentos regionales y las organizaciones interparlamentarias de las Américas. Favorece la concertación en torno a desafíos vinculados a la cooperación interamericana y a la integración continental; y, contribuye al fortalecimiento de la democracia parlamentaria y a la edificación de una comunidad de las Américas basada en el respeto de la dignidad y los derechos humanos, la paz, la democracia, la solidaridad entre los pueblos, la justicia social y la equidad entre los sexos.

Anexo V – Grilla del observador electoral

**ELECCIONES PRESIDENCIAL Y LEGISLATIVAS EN BOLIVIA
18 de diciembre de 2005**

GRILLA DEL OBSERVADOR ELECTORAL

1. INFORMACIONES GENERALES

Nombre del observador: _____

Región/localidad: _____

Mesa o centro de votación: _____

Hora de llegada: _____

Hora de partida: _____

2. MESA O CENTRO DE VOTACIÓN

Hora de apertura del acto de votación: _____

Si hubo retrasos, ¿por qué razones?: _____

Composición de la mesa de votación: _____

	SÍ	NO
Lugar y acondicionamiento de la mesa de votación adecuados		
Mesa de votación completa		
Presencia de fuerzas de seguridad		
Presencia de representantes de los candidatos		
Presencia de publicidad electoral en la mesa de votación		
Actos de intimidación para con los electores		

Detalles:

3. MATERIAL ELECTORAL

	SÍ	NO
Urnas selladas de manera adecuada		
Cabinas electorales con garantía de privacidad		
Acta de escrutinio		
Lista electoral		
Lista depurada		
Papeletas de voto en cantidad suficiente		
Papeletas de voto inicializadas por personal		

	Muy bueno	Bueno	Pasable	Deficiente
Material electoral				
Trabajo de los miembros de la mesa de votación				
Trabajo de los agentes de seguridad				

Detalles: _____

4. ELECTORES

Número de electores inscritos: _____

Tiempo de espera: _____

Tiempo promedio necesario para votar: _____

Electores admitidos sin carnet de identidad: _____

Electores admitidos sin estar registrados en la lista: _____

Firma de la nómina por los electores: _____

Detalles: _____

5. DENUNCIAS

	SÍ	NO
Denuncias formuladas por representantes de partidos políticos y de los candidatos		
Denuncias formuladas por los electores		

Detalles: _____

6. OTRAS OBSERVACIONES

	SÍ	NO
Respeto del carácter secreto del voto		
Presencia de más de un elector por cabina electoral		
Cumplimiento del procedimiento electoral por el personal		
Comprensión del procedimiento por los electores		
Presencia en la mesa de votación de personas no autorizadas		
Visita de otros observadores nacionales		
Visita de otros observadores internacionales		
Desarrollo de la votación en orden		
Interrupción del voto durante el día		

Detalles: _____

7. ESCRUTINIO Y CÓMPUTO DE LOS VOTOS

Hora de inicio del escrutinio: _____

Número de electores registrados: _____

Número de votantes: _____

Papeletas o votos nulos: _____

Papeletas o votos blancos: _____

Contestaciones de los representantes: _____

Detalles: _____

Firma de los apuntes por los representantes: _____

Nivel de seguridad en el transporte del material al Tribunal Departamental

Excelente ()

Regular ()

Deficiente ()

Detalles: _____

8. EVALUACIÓN GLOBAL

Irregularidades que se deben señalar: ()

Irregularidades menores: () ¿Cuáles? _____

Irregularidades graves que pueden afectar la integridad del proceso electoral: ()
¿Cuáles?

Comentarios: _____

Anexo VI – Comunicado de Prensa del 20 de diciembre de 2005

Misión de observación de la COPA

LOS PARLAMENTARIOS SALUDAN EL BUEN DESARROLLO DE LAS ELECCIONES BOLIVIANAS

La Paz, 20 de diciembre de 2005- Una delegación de parlamentarios de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA), encabezada por el señor Éric R. Mercier, Diputado de la Asamblea Nacional de Québec, observó las elecciones presidenciales, legislativas y prefecturales en Bolivia el 18 de diciembre 2005 y se dice satisfecha del buen desarrollo. La delegación estaba también integrada por el señor Pablo Franco Hernández, Diputado del Congreso Federal de México y de la señora Luciana Genro, Diputada del Congreso Federal de Brasil.

Durante el día de la votación, los delegados desplazaron en la capital, La Paz, para observar directamente el desarrollo de los comicios en más de veinte recintos electorales. Los miembros de la delegación constataron que el proceso electoral fue respetado y que el escrutinio se desarrolló en orden. “Estuve muy impresionado por el sentido cívico y la seriedad demostrados por los ciudadanos en el marco de esta elección” declaró el señor Mercier. “Sin embargo, nuestra delegación deplora que según la aplicación de las nuevas disposiciones de la ley, varios electores fueran excluidos del padrón electoral y entonces no pudieran ejercer su derecho de voto” dijo el señor Mercier.

Respondiendo a un pedido de las autoridades de la República de Bolivia, el Presidente de la COPA, señor Guillermo Landázuri Carrillo, Diputado del Congreso Nacional del Ecuador, decidió enviar esta delegación, la cual tuvo, desde su llegada el 15 de diciembre, reuniones con representantes de los partidos políticos y de la sociedad civil a fin de informarse acerca de la situación reinante en el país en vísperas de los comicios.

Ésta constituye la primera misión de observación electoral organizada por la COPA desde que esta organización adoptó, en su Asamblea General celebrada en Foz do Iguaçu-Brasil, en mayo de 2005, un marco reglamentario para la organización de tales misiones.

La Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA), fundada en la Ciudad de Québec en 1997, es un foro que reúne a más de 300 asambleas parlamentarias de estados unitarios, federales, federados y asociados, así como a parlamentos regionales y a las organizaciones interparlamentarias de las Américas. Contribuye al fortalecimiento de la democracia parlamentaria y a la edificación de una comunidad de las Américas basada en el respeto de la dignidad y los derechos humanos, la paz, la democracia, la solidaridad entre los pueblos, la justicia social y la equidad entre los sexos.



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

**Comité de Economía, Comercio, Trabajo
y Bloques comerciales**

DECLARACIÓN

La Comisión II de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA), reunida en la ciudad de Quito, Ecuador, del 31 de mayo al 3 de junio de 2006, con el propósito de intercambiar opiniones y discutir temas de interés común relacionados con los procesos de integración y el desarrollo económico y social de los pueblos del continente americano, emite la siguiente declaración, teniendo en cuenta las siguientes

CONSIDERACIONES

En la fundación de COPA, se asumió el compromiso de dar seguimiento y buscar influir desde los parlamentos en el proceso de integración continental que tenía prácticamente como vértice único el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

Pero hoy, vemos un estancamiento de este proceso de integración debido a la inflexibilidad de los Estados Unidos en temas como la eliminación de subsidios agrícolas, límites a la propiedad intelectual, acceso preferencial a productos de países, regiones o sectores pobres.

A la vez observamos un fortalecimiento de diversas iniciativas de integración regional, como son la Comunidad Sudamericana de Naciones, que tiene como eje y sustento al MERCOSUR, por un lado, así como la Comunidad Andina y otros esfuerzos como el ALBA, así como otras iniciativas o Tratados Comerciales de carácter bilateral con los Estados Unidos que conforman todos un panorama muy diverso de acuerdos y alianzas.

Vivimos condiciones económicas y políticas propicias para el entendimiento y la búsqueda de acuerdos de fondo, que abran oportunidades para el desarrollo económico y social de nuestros pueblos y reivindicamos del derecho democrático de nuestras sociedades a definir el tipo de acuerdos y de integración más conveniente para cada país.

Reconocemos que para la integración regional y continental, así como los acuerdos de comercio bilaterales no es suficiente levantar las barreras comerciales y a la inversión. Se hace necesaria la inclusión de una agenda social para el desarrollo y la cooperación entre nuestros pueblos, teniendo como objetivo la mayor igualdad y bienestar de nuestros ciudadanos y ciudadanas.

Es necesario avanzar en la construcción de un nuevo modelo de integración para las Américas, que tenga como objetivo central el diseño de políticas que garanticen mecanismos de convergencia entre los países de la región, que reduzcan las asimetrías existentes y permitan potenciar el desarrollo de la región en su conjunto para enfrentar unidos los desafíos de la globalización.

Pero todo este proceso debe tener una dimensión democrática, ya que al final de cuentas, los pueblos han sido los menos consultados sobre las políticas económicas y de integración de nuestra región. Es aquí donde COPA cobra una importancia crucial, como una organización que nace en buena medida para darle seguimiento, desde los parlamentos, y así darle voz a la sociedad en los procesos de integración en nuestro continente.

DECLARACIÓN

Los Acuerdos de Libre Comercio y de Integración deben considerar las asimetrías y las desigualdades entre los países y establecer programas que contribuyan a la convergencia entre las economías, favoreciendo a los países menos desarrollados. En los acuerdos comerciales, todos los países firmantes deben salir ganando.

Los Acuerdos de Libre Comercio y de Integración deben crear mecanismos económicos compensatorios específicos, tales como plazos y condiciones favorables, facilidades de acceso al mercado y fondos para el desarrollo.

Los Acuerdos de Libre Comercio deben transparentar las barreras no arancelarias y con convertirlas en mecanismos de protección adicionales a los pactados, ya que estos mecanismos normalmente afectan a las economías más débiles.

Se debe reconocer el derecho de los países más pobres a proteger áreas de su economía de carácter estratégico para su desarrollo, vitales para su sobrevivencia, como sectores de la agricultura indispensables para garantizar su soberanía alimentaria, así como su derecho a apoyar a los productores vinculados a estas áreas sin que se considere competencia desleal.

Se debe reconocer el derecho de los países a proteger los servicios que constituyen derechos sociales básicos, tales como la educación, la salud y la seguridad social, así como los recursos naturales indispensables para la vida, como es el agua.

Se debe reconocer el derecho de los países a la soberanía sobre su biodiversidad, sus productos naturales, la salud pública y el patrimonio cultural por encima de cualquier disposición regulatoria de la propiedad intelectual, de comercio o inversión.

Se debe establecer el principio de complementariedad antes que el de competencia indiscriminada entre las naciones, para dar prioridad en el intercambio a la cooperación para el desarrollo, y al comercio y la inversión productiva que compensen las carencias del otro, satisfagan sus necesidades reales y promuevan el bienestar de la población.

Se debe considerar la dimensión social y ambiental implicada en todo proceso económico. Los parlamentarios no podremos apoyar Acuerdos de Libre Comercio y de Integración que no mejoren objetivamente la equidad entre los géneros, así como los derechos humanos, laborales, ambientales y culturales.

Se debe considerar la dimensión democrática, es decir, la no exclusión social y la participación, consulta y decisión de la sociedad como condición para signar cualquier acuerdo que comprometa el destino de las naciones. Los parlamentos deberán quedar, permanente incluidos en todos los procesos de integración regionales y continentales. La integración regional y continental deberá fortalecer y/o crear espacios de representación social cuyas decisiones sean importantes en la administración de la integración.



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

Comisión de educación, cultura, ciencia y tecnología

Recomendación sobre la educación

CONSIDERANDO que una competencia es la unión de conocimientos, habilidades, actitudes y valores que favorecerán el desempeño laboral, así como mejorarán la vida social y personal del sujeto.

CONSIDERANDO que en 1990 durante la conferencia mundial sobre educación para todos organizada por la UNESCO en Tailandia se emite la Declaración Mundial de Educación para Todos.

CONSIDERANDO que en esa declaración se señala que cada niño, joven o adulto deberá estar en condiciones de aprovechar las oportunidades educativas ofrecidas para satisfacer sus necesidades básicas de aprendizaje y que estas necesidades abarcan tanto las herramientas esenciales para el aprendizaje, necesarias para que los seres humanos puedan sobrevivir, desarrollar plenamente sus capacidades, vivir y trabajar con dignidad, participar plenamente en el desarrollo, mejorar su calidad de vida, tomar decisiones fundamentales y continuar aprendiendo.

CONSIDERANDO que en esa declaración también se señala que la satisfacción de estas necesidades confiere a los miembros de una sociedad la posibilidad y, a la vez, la responsabilidad de enriquecer su herencia cultural, lingüística y espiritual, de promover la educación de los demás, de defender la causa de la justicia social, de proteger el ambiente y de ser tolerantes con los sistemas sociales, políticos y religiosos que difieren de los propios, velando por el respeto de los valores humanistas.

CONSIDERANDO que de acuerdo al documento la educación encierra un tesoro, de la Organización para el Desarrollo Económico OCDE, la educación debe fundamentarse en cuatro pilares: Aprender a conocer: es decir, adquirir los instrumentos de la comprensión. Aprender a hacer: para poder influir sobre el propio entorno. Aprender a vivir juntos: para participar y cooperar con los demás en las actividades humanas. Aprender a ser: un proceso fundamental que recoge elementos de los tres anteriores.

CONSIDERANDO que la educación basada en competencias es una como respuesta a las exigencias de lograr una educación de calidad.

CONSIDERANDO que las competencias buscan mejorar al ser humano en sus ámbitos laboral, social y personal.

Nosotros, las y los representantes de los congresos y asambleas parlamentarias de los estados unitarios, federales, federados y asociados, de los parlamentos regionales y las organizaciones interparlamentarias reunidos en Quito, Ecuador, para la VII Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas:

REITERAMOS que las competencias son importantes para encontrar empleo, para tener una comunicación eficaz, para conseguir un mejor trabajo en equipo, para conseguir un mayor respeto a distintas culturas y tradiciones y en general para mejorar la calidad de vida del ser humano.

RECORDAMOS que cada pueblo tiene derecho a mejorar su calidad de vida por medio de la educación.

INSTAMOS a los Estados de las Américas a través de sus legislaturas a aplicar métodos encaminados a generar competencias educativas en sus sistemas legislativos y de formación, capacitación y educación para mayor beneficio de su población.

INSTAMOS a los miembros de la confederación parlamentaria de las Américas, a verificar que se mejore la calidad de vida de sus respectivos países al generar en sus poblaciones dichas competencias educativas.



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS
VII ASSEMBLEIA GERAL
QUITO, EQUADOR, DE 29 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2006**

**Recomendação sobre a ratificação da
Convenção da UNESCO sobre a diversidade cultural**

CONVICTOS do papel que os produtos e serviços culturais exercem na identidade e na pluralidade de uma sociedade e, inclusive, na vida das pessoas;

DESTACANDO que a Assembléia Geral da COPA, reunida em Foz do Iguaçu, Brasil, em maio de 2005, adotou uma recomendação sobre a diversidade cultural nas Américas;

CONSIDERANDO que a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi adotada pela UNESCO em outubro de 2005, e que trinta Estados devem ratificá-la a fim de implantá-la;

CONSIDERANDO que os Parlamentos e os parlamentares têm um papel determinante a exercer para a vigência e implantação desta Convenção;

CONSIDERANDO que atualmente apenas um Estado das Américas, o Canadá, ratificou-a;

NÓS, representantes, homens e mulheres, dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, reunidos em Quito, Equador, durante a VII Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas,

Sob recomendação da Comissão sobre educação, cultura, ciência e tecnologia:

REITERAMOS que a diversidade cultural constitui uma fonte de grande riqueza para nossas sociedades e que o respeito e a valorização desta diversidade cultural contribuem para a coesão social e para o desenvolvimento das nossas nações;

DESTACAMOS que é direito de cada povo assegurar que regra alguma de liberalização do comércio não coloque em risco sua capacidade de promover sua própria cultura e sua própria identidade;

APELAMOS para os Estados das Américas a fim de que ratifiquem, aceitem, aprovelem esta Convenção, ou ratifiquem-na, o mais rápido possível segundo seus respectivos procedimentos constitucionais.



**VII Asamblea General
de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA)**

**INFORME SOBRE EL SEGUIMIENTO DE LA APLICACIÓN EN LAS AMÉRICAS DE LA
CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y LA PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD DE LAS
EXPRESIONES CULTURALES Y LAS NEGOCIACIONES COMERCIALES
INTERNACIONALES**

**Presentado por el señor Claude Boucher
Diputado en la Asamblea Nacional de Quebec
Relator de la Comisión de Educación, Cultura,
Ciencia y Tecnología de la COPA**

**Quito, Ecuador
30 de mayo – 4 de junio de 2006**

ÍNDICE

1.	INTRODUCCIÓN	3
2.	EVOLUCIÓN DE LAS NEGOCIACIONES COMERCIALES INTERNACIONALES	3
3.	ADOPCIÓN DE LA CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD DE LAS EXPRESIONES CULTURALES POR LA UNESCO (PARÍS, 19 DE OCTUBRE DE 2005)	4
4.	APLICACIÓN DE LA CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD DE LAS EXPRESIONES CULTURALES.....	5
5.	PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD CULTURAL EN LAS AMÉRICAS.....	6
6.	EL TEMA DE LA DIVERSIDAD CULTURAL EN LA COPA.....	6
7.	CONCLUSIÓN	7
	ANEXO I	9
	ANEXO II	10
	ANEXO III	13

1. INTRODUCCIÓN

El 19 de octubre del 2005, en la 33va. Conferencia General de la UNESCO, que se llevo a cabo en París, se aprobó la **“Convención de Protección y la Promoción de la Diversidad de Expresiones Culturales”** por un voto de 151 a dos (más dos abstenciones). Después de cinco años de esfuerzos y de movilización de los varios agentes involucrados, el instrumento jurídico internacional en diversidad cultural fue creado.

La Convención entrara en vigor 3 meses después de que treinta países la hayan ratificado. Puesto que la Convención ratifico que la Conferencia de Partidos que reunió 6 meses antes de la Conferencia General de la UNESCO, en la primavera de 2007, la meta para que entre en vigor, es lograr la ratificación de por lo menos 30 países antes de junio del 2007.

Si en este plazo no se logra este objetivo, se retrasara la vigencia de la Convención hasta 2009 cuando se celebre la próxima reunión de la Conferencia General de la UNESCO, evento que se lleva a cabo cada dos años. La movilización ha comenzado con su ratificación de la Convención -una movilización que es más significativa por el hecho de que la Sexta Conferencia Ministerial de la Organización Mundial de comercio (WTO) llevada a cabo en Hong Kong en diciembre de 2005, revivió las negociaciones de la ronda de Doha en el sector de servicios.

Este informe cubre la adopción de la Convención y de los pasos para ponerla en vigor. Toma en cuenta los desarrollos en las negociaciones comerciales internacionales y enfatiza la necesidad de ratificar rápidamente la Convención para darle vigencia. Precisa lo importante que es que los países no incluyan productos culturales y servicios en negociaciones comerciales y laterales o multilaterales hasta que entre en vigor la Convención. En conclusión, preciso líneas de conducta para los parlamentarios de COPA y a través de las Américas para promover la ratificación de la Convención por parte de sus respectivos gobiernos.

2. EVOLUCIÓN DE LAS NEGOCIACIONES COMERCIALES INTERNACIONALES

En primer lugar, las negociaciones para la liberación del comercio internacional se están ampliando para cubrir un numero creciente de campos de acción. Algunos, tales como servicios, inversión, propiedad intelectual y comercio electrónico, están estrechamente vinculados al sector cultural, aumentando la presión para liberalizar aún más el comercio en esta área¹. En el futuro, los defensores deben dar un status especial para la cultura de tratados internacionales, necesitara supervisar de cerca todos los sectores sujetos a negociación y a evaluar el impacto potencial de estas negociaciones con la capacidad de los países para adoptar y mantener medidas de apoyo, para la cultura.

En segundo lugar, las negociaciones del ALCA se han estancado desde hace meses, animando a países en las Américas a negociar y firmar acuerdos bilaterales². La popularidad del bilateralismo no se debe subestimar en cuanto a su efecto para preservar las “palancas” culturales que los países poseen ya. Deben enfatizarse que la firma, En particular por parte de

¹ No está de más recordar que los bienes y servicios culturales representan un desafío económico de primer orden, principalmente para Estados Unidos, cuyos productos culturales constituyen el principal sector de exportación.

² El fracaso de las negociaciones de la OMC en Cancún, en septiembre de 2003, también explica los “éxitos” actuales de la estrategia bilateral.

Estados Unidos de América, ha abierto ya una fractura en el derecho de los países para legislar en ciertas áreas que pueden afectar la cultura. Por ejemplo, ciertos acuerdos bilaterales no contienen excepción alguna para el comercio electrónico, lo que hace que todos los productos digitales estén sujetos a las mismas obligaciones básicas de otros productos comerciales³. Al firmar tales acuerdos la capacidad futura de países para participar en la nueva economía de las comunicaciones es puesta en duda. Estos acuerdos crean precedentes que de hecho guían el camino para la ratificación de nuevos tratados bilaterales y podrían inclusive fijar el tono para las negociaciones del llamado acuerdo ALCA. Hasta la fecha un número de países en las Américas han firmado tales acuerdos o están ya en negociaciones para lograr ese objetivo.

Los ejemplos descritos ilustran los límites a las excepciones culturales⁴. Esta medida sigue siendo una estrategia “defensiva” que obstaculiza un apoyo genuino al principio de diversidad cultural. Esta es la razón del porque un número de actores -gobiernos, parlamentarios, y representantes de la sociedad civil- han llevado a cabo una entusiasta campaña en años recientes para evitar que la protección cultural de la diversidad sea vista exclusivamente como excepción a los acuerdos comerciales, manteniéndola en cambio como una meta en si misma⁵. Para equilibrar la lógica comercial que da énfasis a las negociaciones comerciales internacionales, el sector cultural debe contar con un apoyo internacional legalmente válido.

3. ADOPCIÓN DE LA CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD DE LAS EXPRESIONES CULTURALES POR LA UNESCO (PARÍS, 19 DE OCTUBRE DE 2005)

Primeramente, es importante tomar en cuenta que la convención cubre la protección de expresiones culturales y no la protección de la diversidad cultural con una perspectiva cultural. Su objetivo son los bienes culturales y los servicios, por ejemplo libros, películas, música y arte visual. En los términos de la Convención la definición de “diversidad cultural” no se refiere a la noción general de promover el multiculturalismo. De acuerdo con la parte III de la Convención:

“La diversidad cultural” se refiere a las diversas maneras en las que las culturas de los grupos y sociedades encuentran expresión. Esas formas de expresión son transferidas dentro y entre de los grupos y las sociedades.”

“La diversidad cultural” se manifiesta no solo a través de las distintas maneras como se expresa la herencia cultural de la humanidad, sino también por conducto de una variedad de expresiones culturales y a si mismo, mediante diferentes métodos de creación artística, producción, diseminación, distribución y gozo sin importar las formas y tecnologías usadas.”

³ Para un análisis pormenorizado del impacto que los acuerdos bilaterales firmados por Estados Unidos tienen en la diversidad cultural, véase Gilbert Gagné et al., *Les récents accords de libre-échange conclus par les États-Unis : une menace à la diversité culturelle*, informe presentado a la Agence intergouvernementale de la Francophonie, Institut d'études internationales de Montréal, 18 de junio de 2004, 69 p.

[http://agence.francophonie.org/diversiteculturelle/fichiers/aif_etude_deblock_gagne_cote_2004.pdf].

⁴ Debe recordarse que la estrategia de la excepción cultural ya había resultado ineficaz en el pasado, sobre todo en el caso del litigio entre Estados Unidos y Canadá sobre los periódicos. El fallo del órgano de solución de controversias de la OMC sostuvo el argumento comercial de Estados Unidos, en lugar de la perspectiva “cultural” defendida por Canadá.

⁵ Ivan Bernier, *Une convention internationale sur la diversité culturelle à l'UNESCO*, marzo de 2003. Texto disponible en el sitio Web del Ministerio de Cultura y Comunicación de Québec, [<http://www.mcc.gouv.qc.ca/international/diversite-culturelle/pdf/chronique03-03.pdf>].

Usted encontrara una copia de la Convención en el anexo III. A continuación se encionan algunos puntos relevantes:

- La Convención establece el derecho soberano de los estados y los gobiernos para redactar e implementar políticas culturales a fin de promover el desarrollo de sectores culturales vigorosos que contribuyan a una genuina diversidad cultural nacional e internacional.
- La Convención reconoce el carácter distintivo de los objetos culturales y los objetos. Tan pronto como entre en vigor, la Convención servirá como punto de referencia a los países para ejercer presión para liberalizar sus sectores culturales.
- La Convención servirá como Foro Internacional para el debate sobre los retos que deben enfrentarse a fin de lograr una diversidad en las expresiones culturales y en las políticas culturales. Ofrece dos órganos que pueden monitorear su cumplimiento, en particular la conferencia de estados parte y el comité intergubernamental.
- La Convención será una palanca de apoyo para la cooperación con países en desarrollo que traten de crear industrias culturales permanentes dentro de su territorio.

4. APLICACIÓN DE LA CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD DE LAS EXPRESIONES CULTURALES

La Convención entrara en vigor tres meses después de que se deposite el instrumento de ratificación numero 30. A fin de que la Primera Conferencia de Partidos, se reúna en la Conferencia General de la UNESCO, en la primavera del 2007, el treintavo instrumento de ratificación deberá depositarse no después del treinta de junio 2007, a fin de que la Convención entre en vigor el 30 de septiembre siguiente.

Canadá fue el primer país en ratificar la Convención el 23 de noviembre de 2005. La Asamblea Nacional de Québec considero con carácter de urgente a fin de ratificar el acuerdo el 10 de noviembre de 2005. En Québec, la legislación establece que la Asamblea Nacional debe de aprobar cualquier acuerdo internacional que el gobierno quiera contraer, ya sea con respecto a un convenio internacional de Quebec o a un acuerdo internacional relativo a materias de la competencia constitucional de Quebec.

La República de Mauricio fue el segundo país para ratificar la convención el 29 de marzo del 2006. Otros países han iniciado los procedimientos para la ratificación y seria importante monitorear estos esfuerzos en los próximos meses.

Para que la Convención tenga un verdadero impacto, seria ideal que fuera ratificada por un amplio numero de países de todas las regiones del mundo, incluyendo de las Américas. COPA podría, como foro parlamentario que es, contribuir a este esfuerzo.

5. PROMOCIÓN DE LA DIVERSIDAD CULTURAL EN LAS AMÉRICAS

A continuación se da una breve reseña de las medidas para promover la diversidad cultural en las Américas.

El Comité Inter-Americano de cultura, cuyo objetivo es coordinar el dialogo ministerial interamericano en cuestiones de cultura y cumplir con los mandatos de la Cumbre de las Américas y de las reuniones de los ministros de cultura interamericanos y otras altas autoridades celebró su primera reunión en México en septiembre del 2003.

Posteriormente, al concluir la Reunión de las Américas en Monterrey en 2004, los jefes de estado y el gobierno de las Américas reafirmaron que la diversidad cultural como una característica del hemisferio enriquecía en forma muy significativa nuestras sociedades y que el desarrollo cultural y la cohesión social en nuestros países se fortalece a través del respecto por el aprecio de nuestra diversidad cultural.

Por ultimo, la Declaración de México emitida en la segunda reunión interamericana de ministros de cultura y altas autoridades en agosto de 2004, reconoció los esfuerzos de la UNESCO en apoyo a la diversidad cultural. Los ministros destacaron la declaración universal sobre diversidad cultural y una resolución adoptada por unanimidad por la UNESCO en su 32ª Conferencia General en la que se decidió elaborar un proyecto de Convención sobre la protección de la diversidad cultural, comprometiéndose a promover el dialogo sobre este tema.

6. EL TEMA DE LA DIVERSIDAD CULTURAL EN LA COPA

El tema de la diversidad cultural fue considerado en la Primera Asamblea General de COPA en 1997, donde los parlamentarios acordaron asegurar la preservación cultural y promoción de la diversidad cultural y lingüística, y actuar para fortalecer las instituciones responsables de este tema y asegurarse en la pluralidad lingüística en referencia a las organizaciones interamericanas, organismos e instituciones del área. Así mismo, acordaron “promover intercambios y vínculos estrechos entre instituciones educativas y culturales e individuales, Con el fin de promover la diversidad cultural y contribuir al entendimiento mutuo entre las sociedades dentro de nuestro hemisferio⁶.

En la primera reunión de trabajo de la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, y Tecnología, llevada a cabo en Ixtapan de la Sal, México, en noviembre de 2002, los miembros discutieron el tema de la diversidad cultural. Ellos reiteraron “el derecho de los estados a definir e instrumentar libremente sus políticas culturales y a tomar medidas para apoyar los proyectos culturales” y exhortaron a los jefes de Estado y de Gobierno de las Américas a no comprometerse a acuerdos de liberalización comercial que pudieran afectar el sector cultural en las negociaciones con miras a la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas⁷.

La Asamblea General de COPA celebrada en Foz de Iguaçu, en Brasil, en mayo del 2005, también adoptó una recomendación sobre este tema basada en la propuesta de la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, y Tecnología, en donde los parlamentarios urgen a los jefes de Estado y de las Américas a:

⁶ Asamblea Nacional de Quebec (1998), *Actas. Conferencia Parlamentaria de las Américas*, Quebec, Asamblea Nacional de Quebec, p.19.

⁷ Asamblea Nacional de Quebec (2003), *Actas. IV Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas (COPA)*, Asamblea Nacional de Quebec, p. 599.

- "a abstenerse, en las condiciones actuales, de todo compromiso ante la Organización Mundial del Comercio (OMC) de liberalización en materia de bienes y servicios culturales a fin de no poner en juego la eficacia de los instrumentos destinados a promover y apoyar la diversidad cultural";
- "a no contraer compromisos de liberalización del comercio que afecten el ámbito de la cultura en las negociaciones sobre la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas".

Además, nos comprometíamos, en particular:

- "a participar en las actividades de las instituciones interamericanas dedicadas a la cultura, en particular la Comisión Interamericana de Cultura y el Observatorio Interamericano de Políticas Culturales";
- "a que las decisiones en materia de cultura y de educación adoptadas en el marco de las reuniones interamericanas tengan resultados concretos y que todas las acciones iniciadas por las instancias gubernamentales interamericanas respeten las prerrogativas de los Estados para legislar en el ámbito de la cultura y la educación".

7. CONCLUSIÓN

Movilización para ratificar e instrumentar la Convención en las Américas

Los temas en juego en las negociaciones sobre cultura son importantes. La presión que se ejerce sobre los países para que renuncien a su derecho a establecer una política cultural se incrementan en el contexto de las negociaciones en la Organización Mundial de Comercio así como en los acuerdos de libre comercio bilaterales, especialmente en las Américas.

La Convención servirá como equilibrio con estos acuerdos de comercio al reconocer la naturaleza especial de los productos culturales y servicios como vehículos de valores, identidad y significado.

Como parlamentarios y legisladores, es extremadamente importante que demos seguimiento político a los compromisos de nuestros gobiernos en relación con la Convención. Los parlamentos y los parlamentarios tienen una función crucial en la tarea de lograr ratificaciones e implementar dicho instrumento.

Los países de las Américas deben abocarse al tema de proteger y promover las expresiones culturales y ratificar la convención tan pronto como sea posible.

Mientras tanto, nosotros, *las* y los parlamentarios de las Américas, debemos mantenernos decididos y vigilantes. Debemos urgir a nuestros gobiernos a ratificar la convención y recordarles que deben abstenerse y adquirir compromisos en el sector de la cultura dentro de las negociaciones de libre comercio.

Nosotros recomendamos que COPA tome las siguientes acciones para promover la ratificación de la Convención:

- Proponemos que el presidente de COPA, envíe la recomendación de COPA para lograr la ratificación de la Convención sobre diversidad cultural de la UNESCO (ver anexo I) a todos los jefes de Estado y de Gobierno de las Américas.
- Así mismo urgimos a todos los vicepresidentes de COPA que den seguimiento a esta recomendación con los parlamentarios dentro de su jurisdicción especialmente de las Comisiones parlamentarias responsables de las negociaciones y temas culturales.
- A título individual, todos los parlamentarios miembros del Comité Ejecutivo de COPA adquieran el compromiso de acercarse a los presidentes de sus respectivos parlamentos a fin de poner este tema en su agenda y ejercer presión de los gobiernos para ratificar la Convención.

En la próxima Asamblea General de COPA, un informe sobre las gestiones de avances hacia la ratificación de la Convención podría ser presentado en la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, y Tecnología por cada una de las delegaciones parlamentarias.

ANEXO I



REUNIÓN DEL COMITÉ EJECUTIVO DE LA COPA Ciudad de México, México 2 de marzo de 2006

Recomendación sobre la ratificación de la Convención de la UNESCO sobre la diversidad cultural

CONVENCIDOS del papel esencial que los productos y servicios culturales desempeñan en la identidad y la pluralidad de una sociedad y en la vida de las personas;

RECORDANDO que la Asamblea General de la COPA, celebrada en Foz de Iguazú, Brasil, en mayo de 2005, adoptó una recomendación sobre la diversidad cultural en las Américas;

CONSIDERANDO que la *Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales* fue adoptada por la UNESCO en octubre de 2005 y que debe ser ratificada por treinta Estados para su entrada en aplicación;

CONSIDERANDO que los Parlamentos y los parlamentarios tienen un papel determinante que desempeñar para posibilitar la entrada en vigor y la aplicación de dicha Convención;

CONSIDERANDO que actualmente un solo Estado de América, Canadá, la ha ratificado;

Nosotros, miembros del Comité Ejecutivo de la Confederación Parlamentaria de las Américas, reunidos en Ciudad de México, México, el 2 de marzo de 2006,

REITERAMOS que la diversidad cultural constituye una fuente de gran riqueza para nuestras sociedades y que el respeto y la valorización de esta diversidad contribuyen a la cohesión social y el desarrollo de nuestras naciones;

RECORDAMOS que cada pueblo tiene derecho a tener la seguridad de que ninguna regla de liberalización del comercio pondrá en peligro su capacidad para promover su propia cultura y su propia identidad;

INSTAMOS a los Estados de las Américas a ratificar, aceptar, aprobar esta Convención, o adherirse a ella a la brevedad de conformidad con sus respectivos procedimientos constitucionales.

ANEXO II



COMISIÓN DE TRABAJO PERMANENTE DE EDUCACIÓN, CULTURA, CIENCIA Y TECNOLOGÍA DE LA COPA

RECOMENDACIÓN

**Foz de Iguazú, Brasil
10 de mayo de 2005**

CONSIDERANDO que los Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas, tras la Cumbre de la Ciudad de Quebec de 2001, han declarado que consideraban la diversidad cultural como una fuente de gran riqueza para nuestras sociedades y que el respeto y la valorización de esa diversidad debían constituir un factor de cohesión que refuerce el tejido social y el desarrollo de nuestras naciones;

CONSIDERANDO que la Declaración de Cartagena de Indias, surgida de la Primera Reunión Interamericana de Ministros y Altas Autoridades de Cultura de julio de 2002, ha reconocido la necesidad de una mayor cooperación interamericana a fin de maximizar las ventajas de la globalización y de limitar los efectos negativos en la preservación y la promoción de la diversidad cultural en las Américas y ha propuesto la creación de una Comisión Interamericana de Cultura y de un Observatorio Interamericano de Políticas Culturales;

CONSIDERANDO que la Comisión Interamericana de Cultura, que tiene por objetivo coordinar la implementación de un “diálogo” ministerial interamericano en materia de cultura y cumplir los cometidos surgidos de las Cumbres de las Américas y Reuniones Interamericanas de Ministros y Altas Autoridades de Cultura, celebró su primera reunión en la ciudad de México, en septiembre de 2003;

CONSIDERANDO que los Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas, tras la Cumbre Extraordinaria de Monterrey en 2004, han reafirmado que la diversidad de las culturas que caracteriza el continente americano enriquece considerablemente nuestras sociedades y que el desarrollo cultural y la cohesión social de nuestros países resultan fortalecidos por el respeto y la valorización de nuestra diversidad cultural;

CONSIDERANDO que la Declaración de México, surgida de la Segunda Reunión Interamericana de Ministros y Altas Autoridades de Cultura, celebrada en agosto de 2004, subraya los esfuerzos realizados por la UNESCO en apoyo de la diversidad cultural, en particular la Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural y la resolución adoptada por consenso en la 32ª Conferencia General de la UNESCO para elaborar un Anteproyecto de Convención Internacional para la protección de la diversidad de los contenidos culturales y las expresiones artísticas y que los ministros se comprometen a promover un diálogo al respecto;

CONSIDERANDO el papel fundamental que los productos y los servicios culturales desempeñan en la identidad y la pluralidad de una sociedad, así como en la vida de los individuos;

CONSIDERANDO la negociación y la concertación de acuerdos bilaterales que fueron formalizados a escala continental después de la disminución de las negociaciones del acuerdo del ALCA y el fracaso de la quinta Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (OMC) en Cancún, y considerando que esos acuerdos comprometen la capacidad de los Estados de adoptar medidas para apoyar sus políticas culturales y sus industrias culturales nacionales;

CONSIDERANDO que la inclusión, en algunos tratados comerciales, de cláusulas de exención del sector de la cultura es una estrategia “defensiva” valiosa pero que no es suficiente para apoyar el principio de respeto y preservación de diversidad cultural;

CONSIDERANDO que, en el plano internacional, numerosos Estados y Gobiernos militan en favor de una Convención que estaría claramente centrada en la protección de la diversidad de los contenidos culturales y las expresiones artísticas;

NOSOTROS, las y los representantes de los congresos y las asambleas parlamentarias de los Estados unitarios, federales, federados y asociados, de los parlamentos regionales y las organizaciones interparlamentarias reunidos en Foz de Iguazú, Brasil, para la Sexta Asamblea General de la Confederación Parlamentaria de las Américas:

REITERAMOS que la diversidad cultural constituye una fuente de gran riqueza para nuestras sociedades y que el respeto y la valorización de esa diversidad contribuyen a la cohesión social y al desarrollo de nuestras naciones;

REAFIRMAMOS el derecho de los Estados y de los Gobiernos a mantener, establecer y elaborar políticas de apoyo a la cultura y a la diversidad cultural, respetando la Declaración Universal de los Derechos Humanos y el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales con un espíritu de apertura hacia las otras culturas del mundo;

INVITAMOS a los Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas a promover las iniciativas que favorezcan los intercambios culturales entre todos los pueblos respetando la identidad de cada uno;

EXHORTAMOS a los Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas a abstenerse, en las condiciones actuales, de todo compromiso ante la Organización Mundial del Comercio (OMC) de liberalización en materia de bienes y servicios culturales a fin de no poner en juego la eficacia de los instrumentos destinados a promover y apoyar la diversidad cultural;

EXHORTAMOS nuevamente a los Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas a no contraer compromisos de liberalización del comercio que afecten el ámbito de la cultura en las negociaciones sobre la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas;

CELEBRAMOS la iniciativa de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) de proclamar el 21 de mayo: “Día Mundial de la Diversidad Cultural para el Diálogo y el Desarrollo”;

NOS COMPROMETEMOS a participar en las actividades de las instituciones interamericanas dedicadas a la cultura, en particular la Comisión Interamericana de Cultura y el Observatorio Interamericano de Políticas Culturales;

NOS COMPROMETEMOS a que las decisiones en materia de cultura y de educación adoptadas en el marco de las reuniones interamericanas tengan resultados concretos y que todas las acciones iniciadas por las instancias gubernamentales interamericanas respeten las prerrogativas de los Estados para legislar en el ámbito de la cultura y la educación.

SOLICITAMOS a la presidencia de la COPA que transmita la presente recomendación a la UNESCO y a todas las organizaciones nacionales e internacionales implicadas y que se interesan por el tema de la diversidad cultural.

ANEXO III

**CONVENTION SUR LA PROTECTION ET LA PROMOTION DE LA DIVERSITÉ DES
EXPRESSIONS CULTURELLES**

UNESCO, OCTOBRE 2005



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS
VII ASSEMBLÉIA GERAL
QUITO, EQUADOR, DE 29 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2006**

**Comissão de Saúde e Previdência Social
2 de junho de 2006**

Relatório

Cerca de trinta integrantes participaram das deliberações da Comissão Permanente de Saúde e Previdência Social da COPA que discutiu sobre a saúde sexual e reprodutiva nas Américas.

A Sra. Flor Ríos, deputada da Assembléia Legislativa da República Bolivariana da Venezuela, assumiu a presidência interina desta Comissão na ausência da Sra. Elsa Rojas, deputada da Assembléia Legislativa do Poder Popular de Cuba. A Sra. Alba Allende de López, deputada da Câmara dos Deputados da Província de Entre Ríos, Argentina, assumiu a vice-presidência.

A Sra. Aparecida Gama, presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas e deputada da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, apresentou as recomendações contidas na Declaração da Bahia, documento derivado do XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual realizado em Salvador, Estado da Bahia, Brasil, de 19 a 22 de abril de 2006, ao qual participaram parlamentares do Brasil e dos Estados das Américas.

A Sra. Flor Ríos, vice-presidente dos Direitos da Mulher da Comissão da Família, da Mulher e da Juventude da Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, apresentou um relatório sobre das conquistas em saúde, nas missões humanitárias que beneficiam a mulher, além dos avanços políticos e jurídicos para a igualdade entre os homens e as mulheres em seu próprio país.

Em seguida, a Sra. Flor Ríos apresentou um relatório sobre a Saúde Reprodutiva e os Direitos Sexuais da Mulher nas Américas, elaborado pela Sra. Elsa Rojas, que descreve a situação predominante da saúde sexual e reprodutiva no mundo e nas Américas, além da experiência de Cuba nesta área¹. Em seguida, os participantes discutiram sobre a situação preponderante em seus respectivos Estados e sobre as leis e políticas propostas ou em vigência.

¹ Este relatório pode ser consultado no site da COPA: <http://www.copa.qc.ca/index.html>.

Após a apresentação deste relatório foram dadas duas conferências principais. Em primeiro lugar, a Sra. Ana Gúezmes, conselheira da equipe de apoio técnico para a América Latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apresentou um relato sobre a importância da saúde reprodutiva e dos direitos sexuais na redução da pobreza em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Em seguida, a Sra. Natalia Garcia, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fez uma apresentação sobre as condições do desenvolvimento econômico necessárias ao avanço para a efetivação dos ODMs nas Américas (políticas e custos, gastos sociais no orçamento e programa legislativo).

Em seguida, os participantes continuaram suas discussões e analisaram um projeto de recomendação sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Após vários debates e emendas, os participantes chegaram a um consenso e adotaram a recomendação anexa.

Por fim, os participantes decidiram prosseguir com o tema sobre os avanços das ODMs e da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) da Organização das Nações Unidas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, dedicando especial atenção aos impactos do HIV-AIDS na mulher. Foi proposto também estudar os orçamentos de saúde com enfoque no gênero.

Na sessão plenária da Assembléia Geral da COPA, realizada em 2 de junho de 2006 em Quito, Equador, a mesa de direção da Comissão de Saúde e Previdência Social foi nomeada, nos termos do Artigo 4 do Regulamento das Comissões Temáticas Permanentes de Trabalho da COPA, sendo para:

Presidente: Sra. Elsa Rojas, deputada da Assembléia Legislativa do Poder Popular de Cuba.

Vice-presidente: Sra. Flor Ríos, deputada da Assembléia Legislativa da República Bolivariana da Venezuela.

Relatora: Sra. Alba Allende de López, deputada da Câmara de Deputados da Província de Entre Ríos, Argentina.



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS
VII ASSEMBLÉIA GERAL
QUITO, EQUADOR, DE 29 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2006**

**Comissão de Saúde e Previdência Social
2 de junho de 2006**

Recomendação sobre os direitos sexuais e reprodutivos

CONSIDERANDO que os problemas de saúde sexual e reprodutiva constituem a primeira causa de doenças e mortalidade da mulher no mundo todo, mais de meio milhão de mulheres morre anualmente no mundo por causa de uma gravidez ou de um parto;

CONSIDERANDO que milhões de mulheres não têm acesso nem a serviços de saúde sexual e reprodutiva aceitáveis, nem a métodos de contracepção e planejamento familiar;

CONSIDERANDO que a saúde reprodutiva e os direitos sexuais são os alicerces do desenvolvimento pessoal e das relações íntimas e familiares harmoniosas;

CONSIDERANDO que o acesso universal à assistência médica em geral e aos serviços de saúde reprodutiva em particular, incluindo-se o planejamento familiar, é o ponto de largada para uma boa saúde materna e exerce um papel de destaque na redução da pobreza;

CONSIDERANDO que a melhoria da saúde sexual e reprodutiva da mulher exerce um impacto direto na diminuição da mortalidade perinatal e infantil;

CONSIDERANDO que a redução da pobreza, a equidade de gêneros, a melhoria da saúde materna, a diminuição da mortalidade de crianças com menos de cinco anos e a erradicação do HIV-AIDS fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), adotados em setembro de 2000, pelos chefes de Estados e de Governos de 191 países reunidos na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) na ocasião da Cúpula do Milênio;

CONSIDERANDO que estes chefes de Estados e de Governos comprometeram-se em alcançar os ODMs até 2015 e que reafirmaram a importância de garantir um acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva, na ocasião da Cúpula Mundial de setembro de 2005;

CONSIDERANDO que o Artigo 12 da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) da Organização das Nações Unidas, ratificada pela grande maioria dos Estados das Américas, estabelece que :

- 1) "Os Estados Partes adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra as mulheres na esfera dos cuidados com a saúde, com vista a assegurar-lhes, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso aos serviços médicos, inclusive os relativos ao planejamento familiar" e que
- 2) "Não obstante o disposto no parágrafo 1 deste artigo, os Estados Partes garantirão às mulheres assistência apropriada, e se necessário gratuita, durante a gravidez, o parto e o período posterior ao parto, e assegurarão a ela uma nutrição condizente durante a gravidez e o aleitamento";

NÓS, homens e mulheres, representantes dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, reunidos em Quito, Equador, no marco da VII Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas:

COMPROMETEMO-NOS a dedicar uma atenção particular à questão dos direitos sexuais e reprodutivos;

COMPROMETEMO-NOS a promover a adoção de leis e políticas, além da implantação de programas que dão ênfase à saúde das populações, particularmente à dos jovens e adolescentes, principalmente possibilitando-lhes considerável acesso ao planejamento familiar e promovendo da utilização de preservativos como meio de prevenção de doenças sexuais transmissíveis, tais como o HIV-AIDS, e gravidez indesejada;

EXORTAMOS nossos governos a incluírem em suas políticas de saúde sexual e reprodutiva disposições que possibilitem garantir a disponibilidade e o acesso a programas de administração de anticoncepcionais de urgência, e que garantam que as informações e os métodos adequados serão disponibilizados às assistências médicas e aos serviços especializados em mulheres vítimas de violência;

COMPROMETEMO-NOS a trabalhar para a reforma e consolidação de nossos respectivos sistemas de saúde, a fim de que nossas populações, inclusive as populações indígenas e de descendência africana, possam usufruir dos serviços universalmente acessíveis, não-discriminatório e de boa qualidade;

INCITAMOS nossos governos a lançarem campanhas de sensibilização para que as populações, tanto rurais como urbanas, tenham acesso às informações e aos recursos necessários para prevenir os riscos vinculados à saúde sexual e reprodutiva, e que os homens e os adolescentes em particular sejam conscientizados em relação aos direitos sexuais e às suas responsabilidades em relação a este assunto;

EXORTAMOS nossos governos a atribuírem as verbas necessárias a fim de garantir um acesso universal aos serviços de prevenção e atendimento médico na área da saúde sexual e reprodutiva, particularmente para as populações das zonas rurais;

EXORTAMOS nossos chefes de Estados e de Governos a respeitarem os engajamentos contidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

EXORTAMOS nossos governos a irem além do estabelecido no Parágrafo 2 do Artigo 12 da CEDAW e oferecer a todo momento serviços gratuitos e não somente quando os mesmos são solicitados;

ACORDAMOS em divulgar em nossos parlamentos e nas organizações sociais de nossos países as recomendações contidas na *Carta da Bahia*, adotada em 22 de abril de 2006;

INSISTIMOS para que os parlamentos membros da COPA efetuem sem demora a modificação da Constituição e das leis de seus países a fim de introduzir-lhes o reconhecimento explícito dos direitos fundamentais da mulher, principalmente o de interromper uma gravidez, pelo menos quando esta representar um risco para a vida materna ou quando decorrente de um estupro;

RECOMENDAMOS a todos os parlamentares presentes à VII Assembléia Geral da COPA em Quito, Equador, e particularmente à Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, que assegurem um acompanhamento da presente recomendação diante de todas as assembléias parlamentares das Américas e comissões encarregadas das questões de saúde e equidade de gêneros em tais assembléias, para que dediquem a atenção necessária às questões de saúde sexual e reprodutiva.



REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS
(COPA – CONFEDERAÇÃO DE PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS)
PRESIDENTE: DEP. APARECIDA GAMA (RIO DE JANEIRO – BRASIL)

SECRETARIA DE MULHERES DA UNALE
(UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS)
SECRETÁRIA: DEP. SÔNIA FONTES (BAHIA – BRASIL)

Carta da Bahia

**“DIREITOS DE TODAS AS MULHERES, TAREFA
PARA TODAS AS PESSOAS”**

- Abril 2006 -

Salvador. Bahia. Brasil

Apresentação

O reconhecimento universal dos direitos humanos impõe a realização de esforços para que estes direitos sejam conhecidos e exercidos de uma forma efetiva e plena em todas as sociedades.

Este documento convida a classe política a avançar no terreno do respeito e da defesa dos direitos relacionados com a saúde sexual e reprodutiva, considerando-os prioritários para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das mulheres.

Este documento é mais um passo no sentido do comprometimento dos estados e nações latino-americanas, mais um passo com a dignidade e a vida de suas populações, este documento é, ao mesmo tempo, um chamado para uma proposta de ação mais ampla. A Carta da Bahia é patrimônio comum das Mulheres Parlamentares das Américas, de modo a estimular a soma de esforços para converter o direito de todas mulheres em uma tarefa para todas as pessoas.

Salvador da Bahia, 22 de abril de 2006

Deputada Aparecida Gama
Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

Deputada Sônia Fontes
Secretaria de Mulheres
União Nacional das Legisladoras Estaduais

Dra. Balbina Lemos da Silva
COSAM / SESAB – Governo da Bahia
Coordenadora do Fórum de Discussões

Nós, Mulheres Parlamentares das Américas, reunidas no Forum de Parlamentares realizado durante o XIII Congresso Latino Americano de Sexologia e Educação Sexual, ocorrido na cidade do Salvador, Bahia, no período de 19 a 22 de abril de 2006, acordamos em divulgar a seguinte declaração:

Conscientes:

- de que a violação dos direitos humanos das mulheres está estreitamente relacionada com a discriminação de gênero, que se manifesta de maneira difusa na sociedade e que se perpetua, entre outras formas, através dos aparelhos de estado, e

Considerando:

- que “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e estão relacionados entre si” ;¹
- que os direitos sexuais e reprodutivos incluem o direito à vida digna, à liberdade e segurança, à igualdade, à privacidade, à liberdade de pensamento (que implica no direito de estar livre da interpretação restritiva de textos religiosos, crenças, filosofias ou costumes com respeito a sua vida), à informação e à educação, a contrair ou não matrimônio, a decidir ter ou não ter filhos, à atenção e proteção à saúde (que inclui os direitos a informação, acesso, opção e escolha, segurança, privacidade, confidencialidade, trato digno, conforto e opinião), aos benefícios do progresso científico, à liberdade de reunião e participação política e a não sofrer tortura e maus tratos ;
- que o direito à liberdade sexual diz respeito às possibilidades de expressão do potencial sexual dos indivíduos, o que inclui o direito ao estabelecimento de todo tipo de orientação e associação sexual, excluídas todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época e situação de vida, e que a sexualidade é parte integrante da personalidade de todo indivíduo, cujo desenvolvimento depende da satisfação de necessidades humanas básicas entre as quais desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor;²
- que conferências e encontros mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas - ONU nos últimos 20 anos propiciaram o estabelecimento – e assinatura por parte dos diversos países – de acordos que significaram avanços no entendimento e reconhecimento dos direitos humanos em geral e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e meninas em particular;
- que nos governos democráticos, os parlamentares são co-responsáveis pelos desenhos institucionais e pelos arcabouços políticos, jurídicos e administrativos da sociedade;
- que para que os direitos sexuais e reprodutivos sejam exercidos os parlamentos precisam assumir compromisso irredutível com a democracia e com a laicidade do estado.

¹ Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena, 1993

² World Association of Sexology, XV Congresso Mundial de Sexologia, 2004

Reconhecendo, no entanto:

- que os avanços nos ordenamentos jurídicos e organizacionais de nossos países não têm sido suficientes para garantir o cumprimento de obrigações assumidas com a assinatura dos acordos internacionais;
- e que a globalização da economia e o progresso tecnológico não corresponderam a uma melhor distribuição dos bens materiais e culturais no mundo, onde, ao contrário, se aprofundaram as desigualdades,

Comprometemo-nos a:

- trabalhar para a aprovação de leis, a implantação de políticas e o desenvolvimento de programas e projetos que promovam o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, expressando o estágio de avanço e as conquistas historicamente acumuladas em direitos humanos;
- envidar todos os esforços para garantir que essas políticas, programas e projetos tenham expressão consistente nas leis orçamentárias das diversas instâncias de governo de nossos países;
- romper com a fragmentação das práticas administrativas como tradicionalmente são tratadas as ações relacionadas com o enfrentamento das desigualdades de gênero no continente, buscando a articulação entre organismos do mesmo nível e entre os diversos níveis de governo, assim como a ampliação da articulação com iniciativas da sociedade;
- contribuir para a criação de mecanismos que possam transformar as políticas para mulheres em políticas de Estado, duradouras e conseqüentes, ultrapassando o estágio de projetos de governos;
- incluir e propor a inclusão de instâncias e formas de participação e controle social das políticas, programas e projetos relativos a situações – problema para as mulheres e meninas de nossos países;
- reconhecer e respeitar nas formulações e negociações do trabalho parlamentar a diversidade de formas de família;
- buscar retirar da legislação de nossos países toda formulação que contrarie a compreensão de saúde integral e de direitos sexuais e reprodutivos tal como expressos nos documentos e compromissos internacionais;
- defender e instar pela implementação do sistema internacional e dos sistemas nacionais de direitos humanos, visando a garantia dos direitos previstos nas convenções e tratados internacionais resultantes das conferências e cúpulas mundiais do sistema ONU³

³ Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, 1981
(Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1992; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, 1992
Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena 1993
Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, Cairo, 1994
Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Belém do Pará, 1995
Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995

E recomendamos:

1. A convocação de uma reunião de alto nível, com setores da saúde e da educação e representação do movimento organizado de mulheres no continente, para discutir estratégias para o desenvolvimento e implementação de programas de inclusão das questões relacionadas com o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos nos conteúdos da educação básica e média dos países do continente;
2. A criação, por parte dos governos locais, de instâncias destinadas a implementar políticas públicas para mulheres com recorte racial e geracional a zelar pelos direitos sexuais e reprodutivos, com recursos orçamentários que garantam a execução desta política.
3. A instituição de instâncias e mecanismos de participação e controle social em todos os níveis de organização encarregados da execução de projetos e ações de atenção às pessoas em geral e à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas em particular.
4. Garantir à mulher grávida orientação médico e jurídico frente ao feto anencéfalo quanto a opção de interromper ou não a gestação.
5. Unificação para toda a América Latina da legislação que trata de políticas migratórias para coibir as práticas criminosas – tráfico de seres humanos e facilitar a entrada de pessoas para fins de intercâmbios científico, cultural e econômico.
6. Recomendar que todos os países tenham legislação específica de combate a violência sexual, doméstica e familiar contra a mulher.
7. Recomendar a inclusão de atendimento e medicação para as disfunções sexuais na rede básica de saúde, bem como a atenção médica à mulher climatérica.
8. Recomendar que os governos latino americanos comecem a estudar a possibilidade de quebra das exclusividades dos medicamentos retrovirais que compõe o elenco de medicamentos básicos de atendimento ao programa DST/AIDS, onde o modelo brasileiro é um exemplo e é medida essencial a efetivação e continuidade desses programas em nossos países.

Salvador, 22 de abril de 2006.

REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS
(COPA – CONFEDERAÇÃO DE PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS)
PRESIDENTE: DEP. APARECIDA GAMA (RIO DE JANEIRO – BRASIL)

SECRETARIA DE MULHERES DA UNALE
(UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS)
SECRETÁRIA: DEP. SÔNIA FONTES (BAHIA – BRASIL)

PARLAMENTARES PARTICIPANTES

Senadora Serys Marly Silhessarenko – Brasil
Senadora Edda Acuña – Argentina
Deputada Federal Iara Bernardi – Brasil
Deputada Nacional Ileana Rogel – El Salvador
Deputadas Estaduais (Brasil)
Aparecida Gama – Rio de Janeiro
Sônia Fontes – Bahia
Edna Rodrigues – Rio de Janeiro
Heloneida Studart – Rio de Janeiro
Lídice da Mata – Bahia
Jusmari Oliveira – Bahia
Ana Cavalcanti – Pernambuco
Ana Cunha – Pará
Maria José Leão – Piauí
Naluh Gouveia – Acre
Ana Martins – São Paulo

AGRADECIMENTOS

Colaboradores Especiais

Ministra Nilcéia Freire – Sec.Especial de Políticas Públicas para Mulheres (Governo Federal – Brasil)
Dr. Adison França (Ministério da Saúde – Governo Federal – Brasil)
Dra Balbina Lemos da Silva (COSAM / SESAB – Governo da Bahia)
Dra. Maria Helena Souza (Sup. Políticas para Mulheres da Prefeitura Mun. de Salvador – Bahia – Brasil)
Dra. Maria Eunice Kalil (Fórum de Mulheres - Bahia – Brasil)

Assessoria Parlamentar
Dra. Arinilta Ribeiro Caetano
Dra. Nereida Mazza Espírito Santo
Dra. Rosângela Bahia

Presidência do XIII Congresso Latino Américo de Sexologia e Educação Sexual
Dr. Ricardo Cavalcanti (Brasil)

Presidente da Comissão Científica
Dr. Gerson Pereira Lopes (Brasil)

Flasses – Federação Latino Americana de Sexologia e Educação Sexual
Dr. Rubén Hernandez Serrano (Venezuela)



CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS (COPA)

COMISIÓN DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL

INFORME SOBRE LA SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA EN LAS AMÉRICAS

presentado por la señora Elsa Rojas Hernández

Diputada de la Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba

Presidenta de la Comisión

**Quito, Ecuador
2 de junio de 2006**

LA SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA EN LAS AMÉRICAS

La salud sexual y reproductiva entraña la capacidad de disfrutar de una vida sexual satisfactoria y sin riesgos y de procrear de igual forma, así como, la libertad para decidir hacerlo o no hacerlo, cuándo y con qué frecuencia.

Esta última condición conlleva implícito el derecho del hombre y la mujer a obtener información de planificación de la familia, tener acceso a métodos seguros, eficaces, asequibles y aceptables de su elección, para la regulación de la fecundidad y recibir servicios adecuados de atención de la salud, que permitan embarazos y partos sin riesgos. Los derechos reproductivos comprenden:

1. El reconocimiento del derecho básico de todas las parejas e individuos a decidir libre y responsablemente el número de hijos, el espaciamiento de los nacimientos y el intervalo entre esos; disponer de la información de los medios para ello.
2. Alcanzar el nivel más elevado de salud sexual y reproductiva y adoptar decisiones relativas a la reproducción sin sufrir discriminación, coacción, ni violencia, de conformidad con lo establecido en los documentos de derechos humanos.

La promoción del ejercicio de estos derechos es la base primordial de política y programas estatales y comunitarios en la esfera de la salud reproductiva y planificación familiar. Así quedó plasmado en el programa de Acción de la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo celebrada en el Cairo en 1994.

Las cuestiones de salud sexual y reproductiva se insertan en relaciones humanas complejas, donde las emociones, afecto y espiritualidad motivan que las personas en especial las mujeres, se expongan a las bondades o a los riesgos de las relaciones sexuales y la reproducción.

En los foros internacionales se habla de justicia e igualdad como ideales democráticos, pero aún existen diferencias en el acceso a los servicios de salud y en las condiciones de las personas. Cada vez hay más personas pobres demostrando que para millones de seres humanos la salud reproductiva es algo muy difícil de obtener.

- Por lo menos 350 millones de personas que desean evitar un embarazo carecen de acceso a métodos de planificación familiar;
- 120 millones de mujeres carecen de servicios de salud reproductiva accesibles y aceptables;
- y alrededor de medio millón de mujeres mueren a consecuencia del aborto que es una causa más frecuente.

Además, la reproducción humana resulta de una compleja trama de relaciones sociales de modo que la procreación, roles de género y organización familiar, responden a sistemas normativos de control social, que pueden ser favorables o no.

Conferencias internacionales

El tema de la salud y los derechos sexuales y reproductivos fue abordado, por primera vez por la Organización de Naciones Unidas, en la Conferencia Mundial sobre la Mujer celebrada en México en 1975.

Durante el decenio de 1990, un ciclo de conferencias gubernamentales mundiales organizadas por las Naciones Unidas han dado como resultado un programa de acción para lograr el desarrollo sostenible y socialmente equitativo en el siglo XXI.

Estas conferencias, especialmente la Conferencia Mundial de Derechos Humanos (Viena, 1993), la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo (El Cairo, 1994), la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer (Beijing, 1995) y la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social (Copenhague, 1995) han culminado en un programa progresivo y amplio para lograr la igualdad social, la justicia, el desarrollo y la paz.

En la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo (CIPD) celebrada en El Cairo los países declararon que la salud y los derechos sexuales y reproductivos son derechos humanos fundamentales para el desarrollo, la meta era lograr hacia el año 2015 el acceso universal a los servicios de salud reproductiva y la información en relación al tema.

Se proclamaron conceptos básicos a tener en cuenta en la formulación de políticas, incluidos el derecho esencial de la mujer de asumir el control y tomar decisiones en cuanto a su cuerpo y su sexualidad, el acceso universal a la información y a los servicios de salud sexual y reproductiva en especial para las mujeres y las adolescentes, la inclusión de la perspectiva de género en todas las políticas y programas nacionales, y el disfrute del mas alto nivel posible de salud física y mental entre otros.

El descuido de la salud y los derechos sexuales y reproductivos es la base de muchos de los problemas que la comunidad internacional ha identificado como urgentes, entre ellos:

- la violencia;
- el abuso sexual y la violación de las mujeres, niñas y niños;
- el VIH/SIDA;
- la mortalidad materna;
- el embarazo de adolescentes;
- los niños y niñas abandonados;
- las prácticas dañinas tales como la mutilación genital femenina;
- el predominio de las mujeres y los jóvenes en los grupos pobres de la sociedad;
- y la violación de los derechos humanos fundamentales y de la dignidad humana, incluidos los derechos básicos a la seguridad y la libertad de la persona.

Situación en las Américas

En las Américas a pesar de los modestos logros en la reducción de las tasas de mortalidad materna infantil en algunos países, existen grandes inequidades dentro de su población. Todavía mueren muchas mujeres por no recibir atención calificada en el parto y demasiados niños por complicaciones durante su primer mes de vida, se ha demostrado que gran parte de estas muertes pueden evitarse si se trabaja coordinadamente.

Más de 500 mil madres mueren cada año en todo el mundo durante el embarazo y el parto, de estas mujeres, alrededor de 23 mil son del Continente Americano.

En la región de América Latina y del Caribe la atención obstétrica esencial alcanza una cobertura de 79%; es importante aumentar el acceso de los grupos sub atendidos, disminuir las disparidades entre países y mejorar la eficacia de la atención del parto por personas debidamente preparadas.

Para una mujer nacida en América Latina o el Caribe, las probabilidades de morir por complicaciones del embarazo son 27 veces mayores que para una mujer nacida en Estados Unidos. Se calcula que cada año mueren un millón de niños de corta edad como consecuencia de la muerte de su madre.

Para un niño nacido en Haití, las probabilidades de morir antes de cumplir 5 años son 17 veces mayores que para un niño que nació en Canadá.

En la mayor parte de América Latina y el Caribe simplemente no se dispone de atención de salud completa para todos y donde ésta existe no siempre es de calidad. Muchas mujeres no aprenden prácticas sencillas de salud, higiene y nutrición para ellas y sus familias. No tienen acceso a métodos anticonceptivos modernos como condones o inyecciones. Las complicaciones del embarazo se encuentran entre las causas principales de muertes y discapacidad de las mujeres de 15 a 49 años; sin embargo, la mayoría de estas complicaciones podían evitarse o tratarse fácilmente.

Más de 189 Naciones han reconocido la importancia de la salud de madres y niños para el desarrollo social y económico, y han asumido un compromiso con la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas y los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Debemos actuar de manera rápida y coordinada para que cada madre, niño o niña se beneficien de la atención de salud esencial y asequible.

En términos de equidad de género es imprescindible reconocer que sólo las mujeres pueden experimentar los riesgos directos de salud o del embarazo, el parto, el puerperio y el aborto y que además las infecciones del aparato reproductor incluidas las de transmisión sexual por lo general, tienen efectos más graves y a más largo plazo en las mujeres, por lo que es imprescindible que sus necesidades se consideren prioritarias en políticas y programas.

También se requieren esfuerzos crecientes para involucrar a los hombres y adolescentes en el cuidado, responsabilidad y participación en los aspectos relacionados con la salud sexual y reproductiva, así como desarrollar programas específicos que respondan a sus necesidades actuales y futuras.

La ampliación de la cobertura es uno de los retos más importantes de los procesos de Reformas del Sector Salud en América Latina y uno de los objetivos en garantizar el acceso universal a los servicios de salud primarios y preventivos a toda la población.

En los países de la región las mujeres participan en la fase de ejecución de los programas comunitarios, en el Sector Salud, pero permanecen excluidas en las etapas de formulación, diseño y asimilación de recursos y son las principales proveedoras del cuidado de la salud en el ámbito doméstico. Sus intereses necesidades perspectivas y demandas no han recibido reconocimiento como grupo social, las decisiones son generalmente tomadas en nombre de las mujeres bajo la presunción de su consentimiento.

El ejemplo de Cuba

En Cuba a partir de 1959 se producen profundas y radicales transformaciones socioeconómicas que tienen un impacto positivo en el nivel y calidad de vida de la población, se emprenden acciones para mejorar la salud de toda la población y en particular de la mujer y los niños y niñas.

La estrategia de atención primaria de salud y la participación comunitaria, aspectos esenciales en el desarrollo de la salud sexual y reproductiva, son pilares fundamentales de nuestra salud pública, la que siempre ha contado con la participación de la Federación de Mujeres Cubanas y sus promotoras voluntarias de salud en el desarrollo de los programas dirigidos a la mujer y el niño o niña.

El Programa Materno Infantil ocupa una de las prioridades del sector Salud al que se dedican importantes esfuerzos por parte del Gobierno y las organizaciones no gubernamentales competentes, comprometidos todos en mantener y mejorar los niveles alcanzados en la salud de las mujeres, niñas, niños y familias, a pesar de las dificultades que ha enfrentado la economía cubana en los últimos años, generadas por el bloqueo económico, financiero y comercial impuesto por el gobierno de los Estados Unidos contra Cuba.

Como parte de las acciones destinadas a incrementar la calidad de vida de la población cubana, se desarrolla una estrategia de Información, Comunicación y Educación en función de promover conductas sexuales y reproductivas responsables, en particular de jóvenes y adolescentes.

Se cuenta además con una red creciente de servicios de Planificación Familiar desde la atención primaria y consultas especializadas en los Policlínicos.

La atención al riesgo reproductivo y en particular al preconcepcional es una estrategia dirigida a modificar riesgos biológicos, psicológicos y sociales preexistentes, con el objetivo de disminuir los embarazos con riesgos.

La política en torno al aborto en Cuba se basa en el principio de abogar por la planificación familiar y en el uso de los métodos anticonceptivos, que le permita a la mujer y a su pareja decidir la frecuencia, el momento oportuno y deseado para concebir una gestación, se les informa a la población sobre los riesgos del aborto, pero este se le brinda como una opción en caso de ser solicitado por la mujer, además debe de cumplirse para su realización con los requisitos éticos establecidos.

La atención prenatal tiene cobertura total con un promedio de 16 controles de tipo médico y atención comunitaria. Las embarazadas reciben la atención calificada e institucional durante el parto y los recién nacidos tienen los cuidados inmediatos por personal especializado e incluyen la lactancia materna exclusiva y la protección inmunológica a través del Programa Nacional de Vacunación, el cual está dirigido a la prevención y control de 11 enfermedades infecciosas: (poliomielitis, tuberculosis, difteria, tétanos, tos ferina, sarampión, rubéola, parotiditis, fiebre tifoidea, enfermedad meningocócica tipo B - C y hepatitis B), muchas de ellas ya erradicadas en el país.

Los nacidos vivos en instituciones de salud es del 99.9 %, indicador que se mantiene desde 1997.

La importante reducción de la mortalidad infantil en Cuba ha sido uno de los principales aportes a la elevación de la esperanza de vida al nacer de la población cubana que es de 76.15. (la población femenina predomina con el 78.23 y 74.20 para el hombre). Los indicadores en el año 2005 se valoran como satisfactorios, teniendo en cuenta que la tasa de Mortalidad Infantil fue de 6.2 x 1000 nacidos vivos y la Mortalidad Materna Directa una tasa de 36.5 por 100 00 nacidos vivos.

La prevención y tratamiento de las infecciones del tractus reproductivo, brindando atención particular a las infecciones de transmisión sexual y el SIDA, constituyen una estrategia priorizada por el Ministerio de Salud Pública de Cuba, con énfasis en la prevención, desarrollando programas de información, comunicación y educación incluida la Educación de la Sexualidad.

VII ASAMBLEA GENERAL DE LA COPA
Quito, Ecuador, 2 de Junio de 2006



Panel: Población, pobreza, salud reproductiva y derechos humanos en las Américas

**Salud reproductiva, y su importancia en el
combate a la pobreza, el logro de los
Objetivos de Desarrollo del Milenio, y la
garantía del conjunto de derechos humanos**

Ana Güzmes
Asesora en *Advocacy*
Equipo de Apoyo Técnico
UNFPA

En la Cumbre Mundial de 2005, los Jefes de Estado y Gobierno se comprometieron a:

«Lograr el acceso universal a la salud reproductiva para 2015, según lo estipulado en la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo, e integrar ese objetivo en las estrategias encaminadas a alcanzar los objetivos de desarrollo convenidos internacionalmente, incluidos los que figuran en la Declaración del Milenio...»

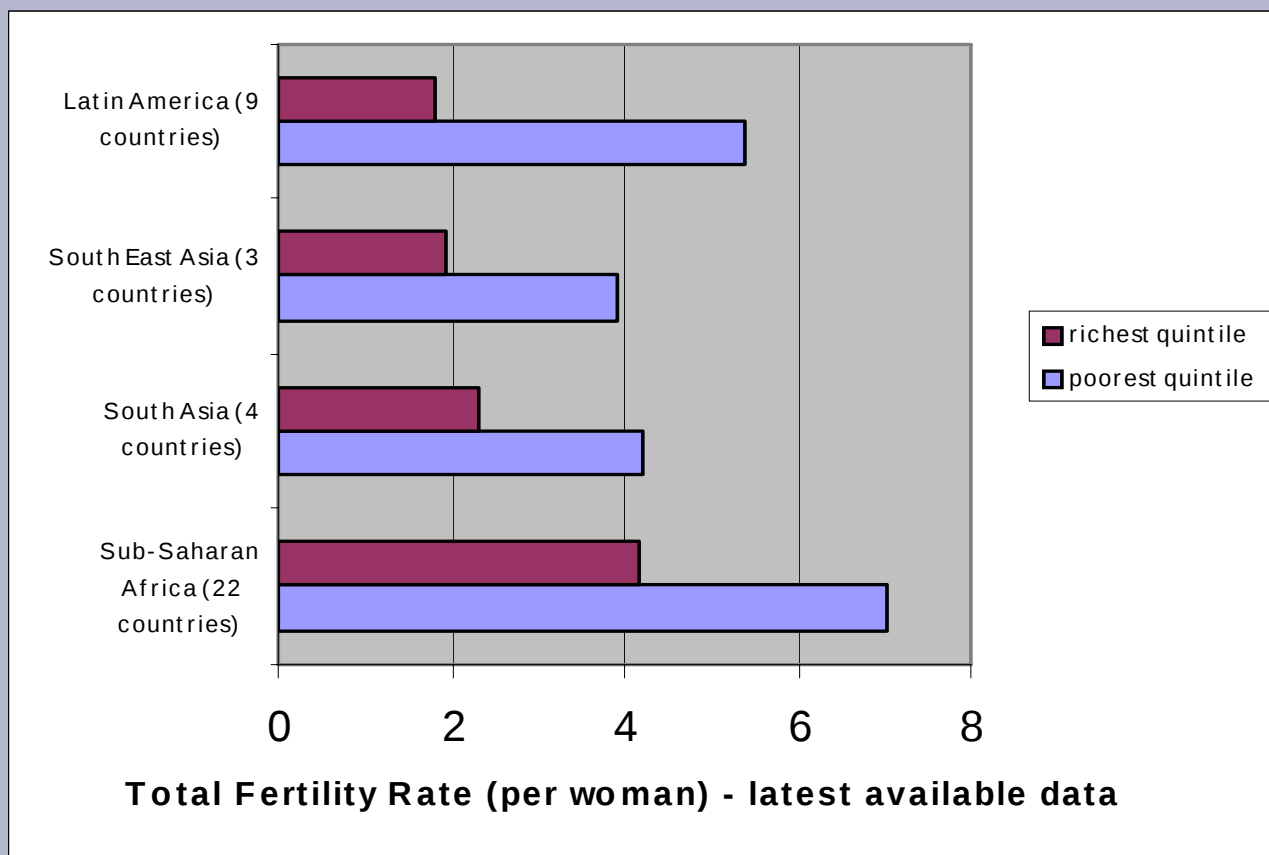
LA MAGNITUD DEL DESAFÍO

- La mala salud sexual y reproductiva representa casi el 20% de la carga global de la mala salud de las mujeres, y el 14% de los hombres.
- Se estima que en 2000, 529.000 mujeres murieron por causas relacionadas con el embarazo, la mayoría de las cuales podían evitarse. El 99% de las muertes maternas se registran en los países en desarrollo.
- En los países en desarrollo más de 120 millones de parejas no utilizan ningún medio contraceptivo, aunque no quieren tener hijos o desean espaciar los partos.
- Alrededor de 80 millones de mujeres sufren embarazos involuntarios todos los años; de ellas, unos 45 millones abortan.
- De estas mujeres que abortan, alrededor de 19 millones lo hacen en malas condiciones que son causa de 68.000 fallecimientos, o sea, el 13% de todas las muertes relacionadas con el embarazo.
- Cada año hay 340 millones de casos nuevos de infecciones sexualmente transmitidas; muchas de estas infecciones no son tratadas.
- Cada año se registran 5 millones de nuevas infecciones de VIH, de las cuales 600.000 son transmitidas de madres a hijos.

FACTORES ADICIONALES

- Necesidades insatisfechas en salud reproductiva y salud sexual. Las brechas afectan de manera desproporcionada a la población pobre, a la que vive en zonas rurales, a las que tienen menor nivel de instrucción, a los pueblos indígenas, a los y las jóvenes.
- Más personas en edad reproductiva. Crece demanda
- Financiamiento insuficiente. No cumplimiento del compromiso financiero asumido en CIPD por parte de países industrializados, en desarrollo y donantes.
- Capacidades nacionales insuficientes, principalmente en el modelo de gestión pública, en la intersectorialidad y en los canales de transparencia y participación social,
- Oposición y fundamentalismo en la región

FECUNDIDAD Y POBREZA INTRINSENCAMENTE VINCUALDAS EN EL NIVEL DE LOS HOGARES.

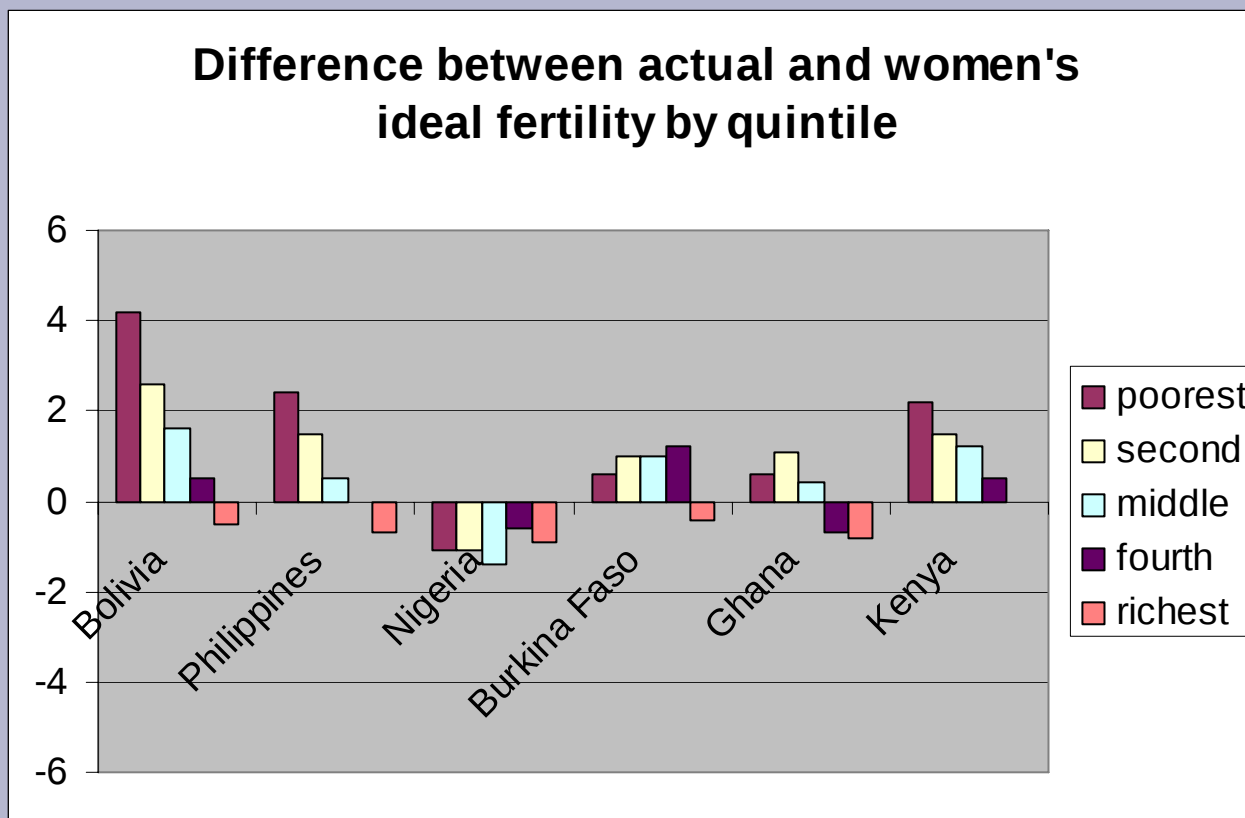


Source: World Bank, *Health, Nutrition and Population Country Reports* (latest data available by country)

LAS MUJERES POBRES TIENEN MUCHOS MAS HIJOS DE LOS QUE DESEAN



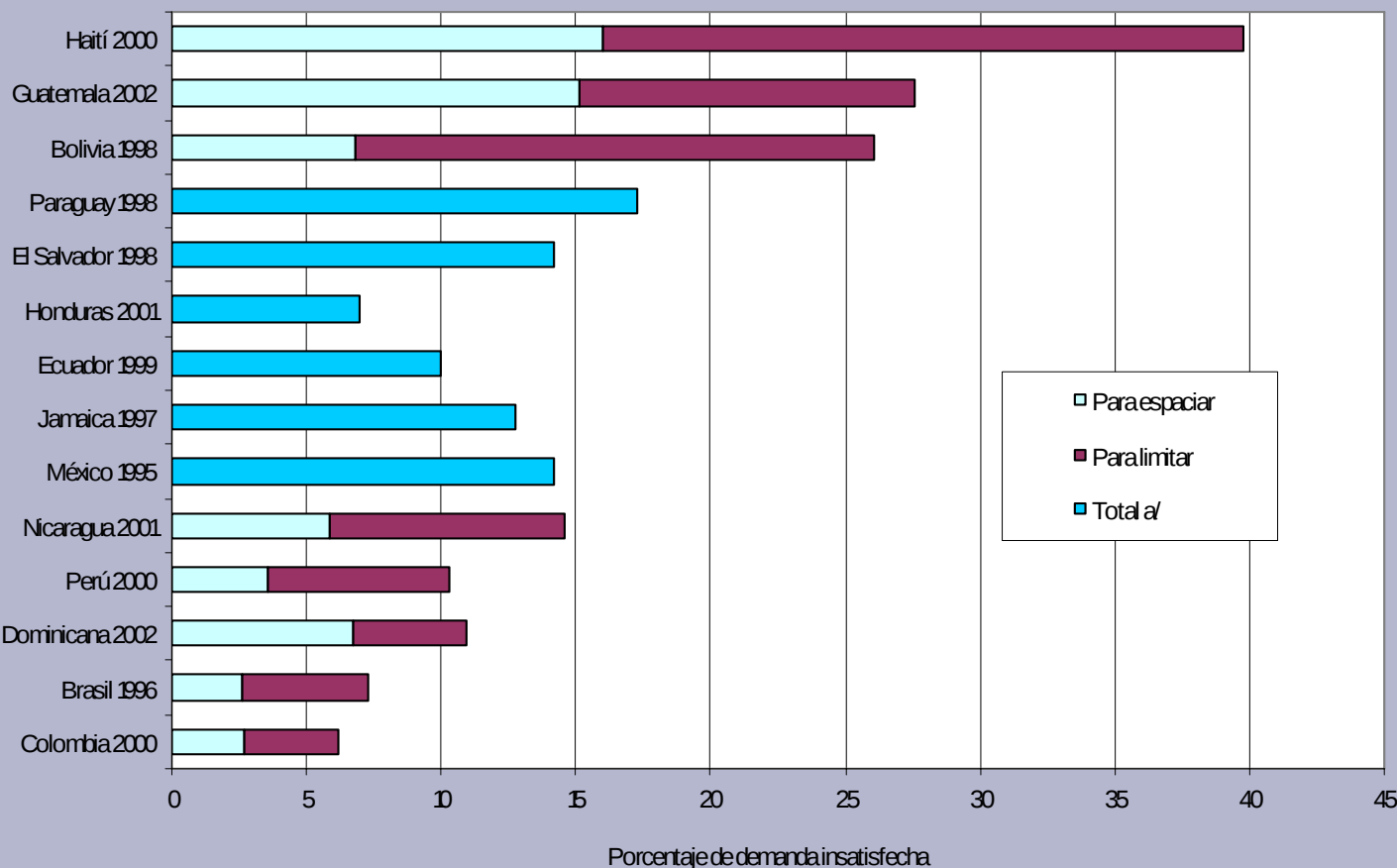
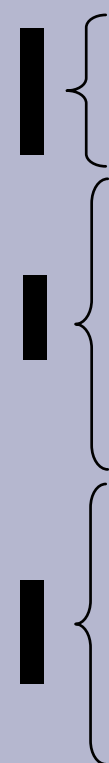
Existing evidence revealing that poor women often have larger divergence between desired and actual fertility



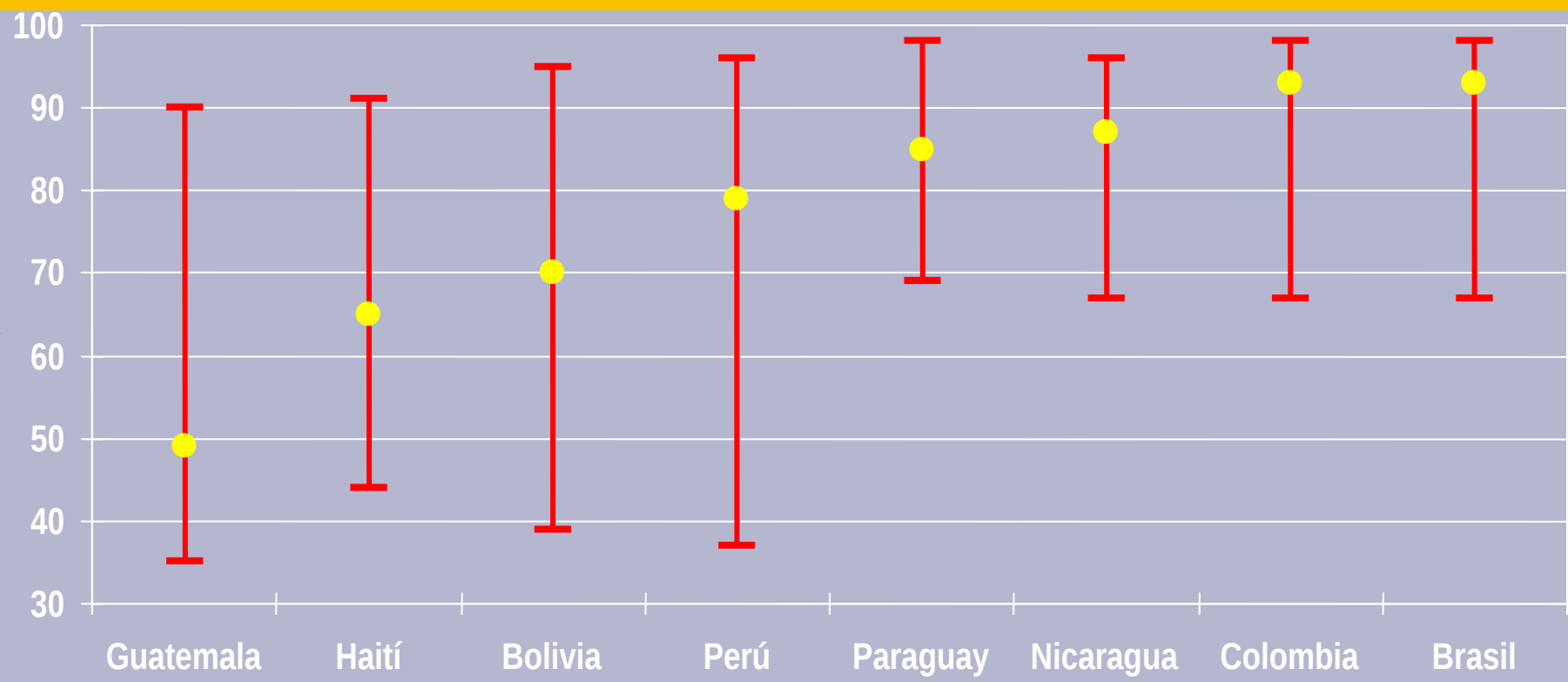
Source: *DHS Country Reports* (latest data available by country)

AMÉRICA LATINA (PAÍSES Y AÑOS SELECCIONADOS): DEMANDA INSATISFECHA DE PLANIFICACIÓN FAMILIAR

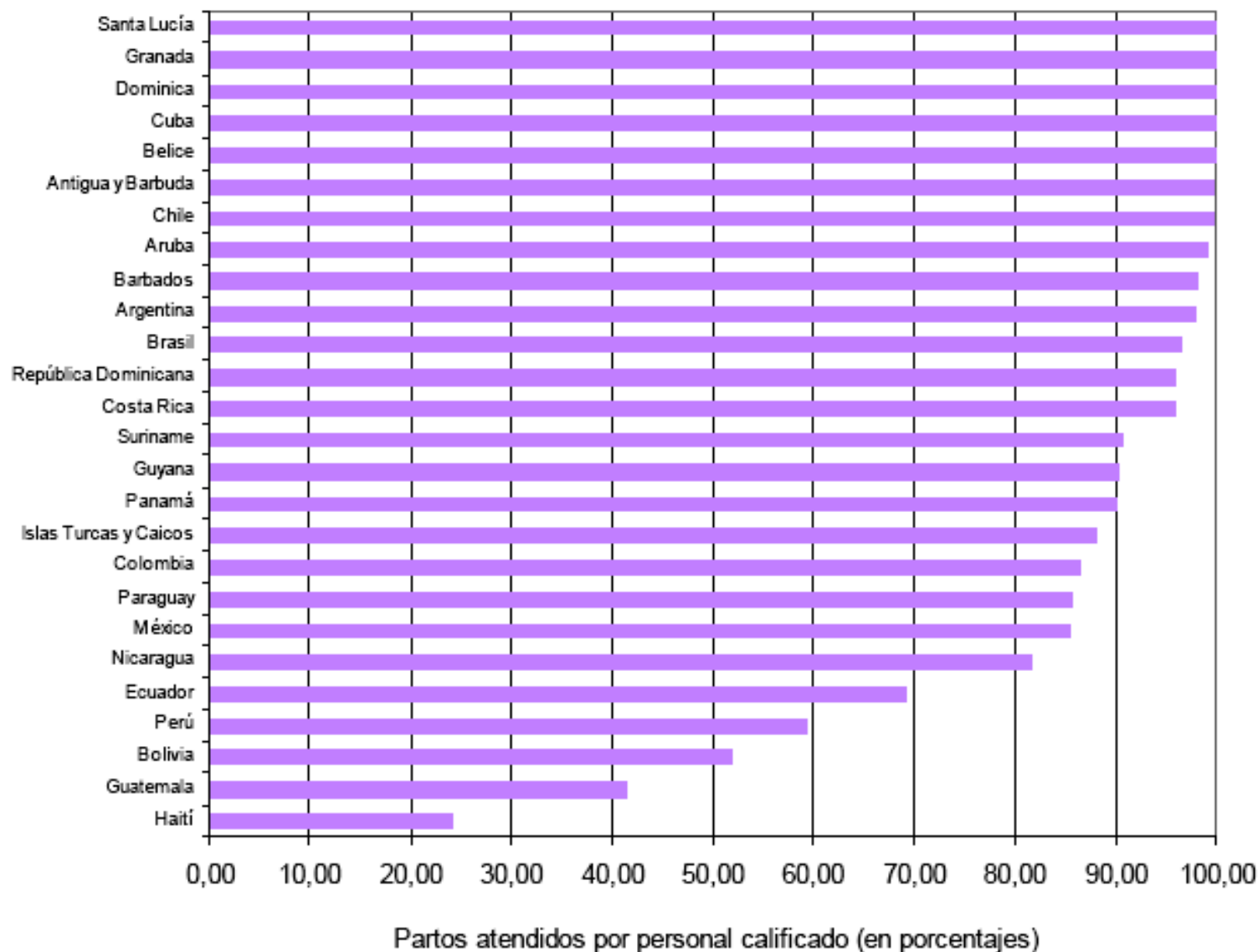
Prevalencia
anticonceptiva



Porcentaje de Mujeres con Cuidados Prenatales en los Quintiles de Ingreso mas rico y mas pobre. Circa 2000

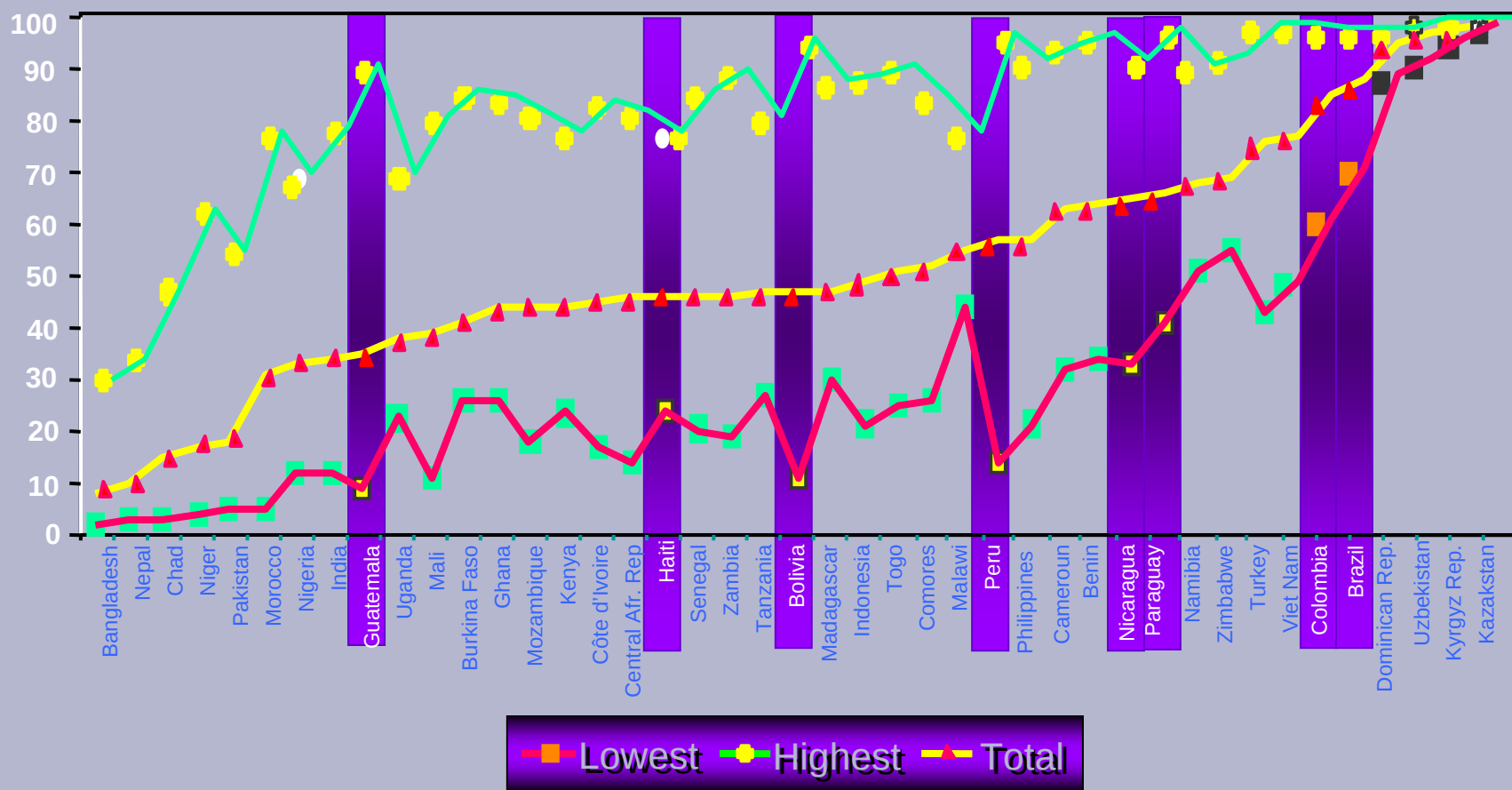


Partos Asistidos por Personal Capacitado. LA y C, 2000



Fuente: Organización Panamericana de la Salud (OPS) sobre la base de los indicadores de la *Iniciativa Regional de Datos Básicos de Salud: 1995-2005, 2004.*

Delivery with Skilled Attendance (%) in Poorest and Richest Population Quintiles



SOURCE: World Bank 2000

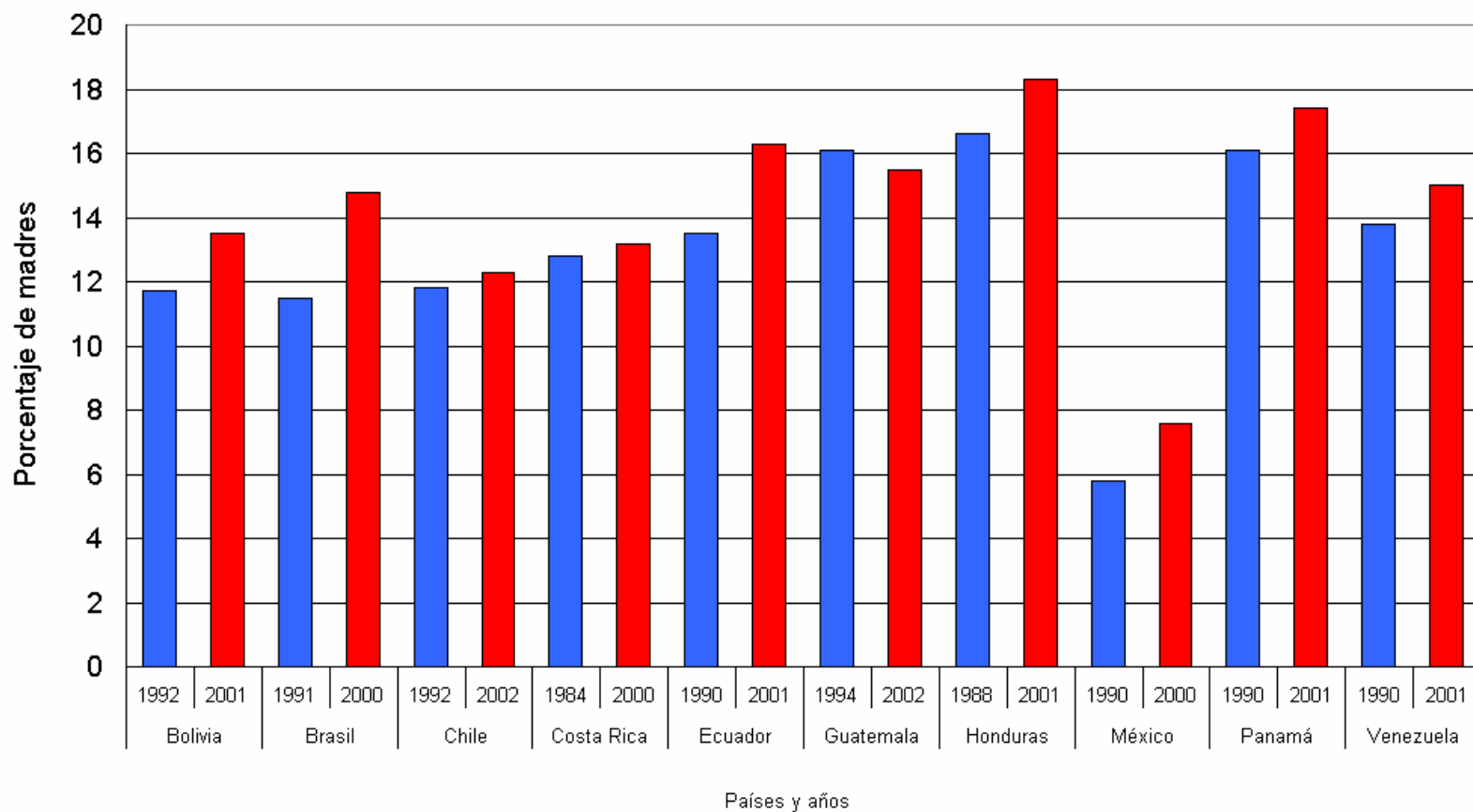
SSR de Adolescentes prioridad en Salud Pública



En casi todos los países ha aumentado la maternidad en la adolescencia, pese a la baja generalizada de las tasas de fecundidad

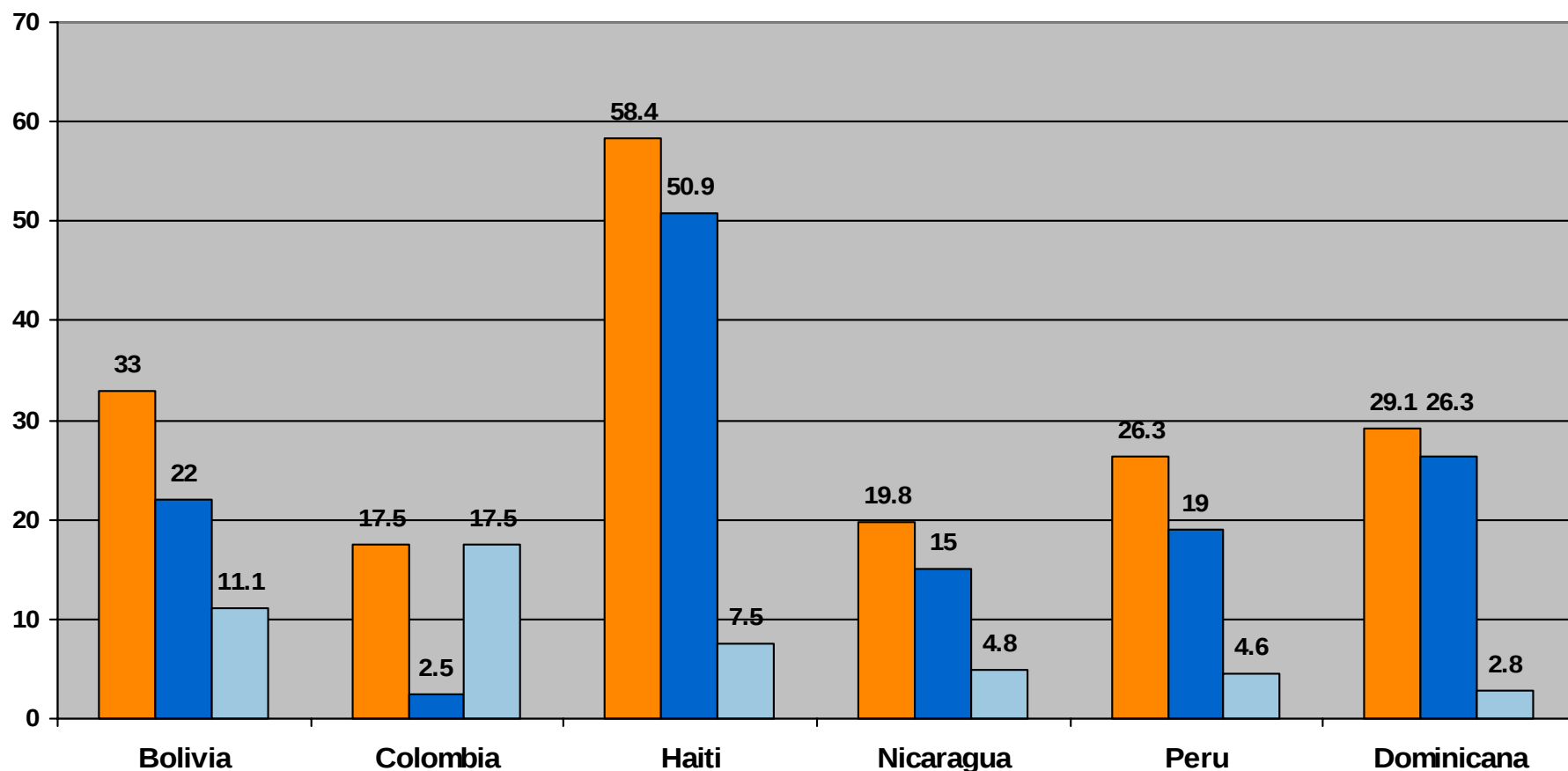
UNFPA

Evolución de la maternidad adolescente, Circa
(datos censales)



Fuente: procesamiento especial de bases de microdatos censales y CEPAL, 2004b (en edición).

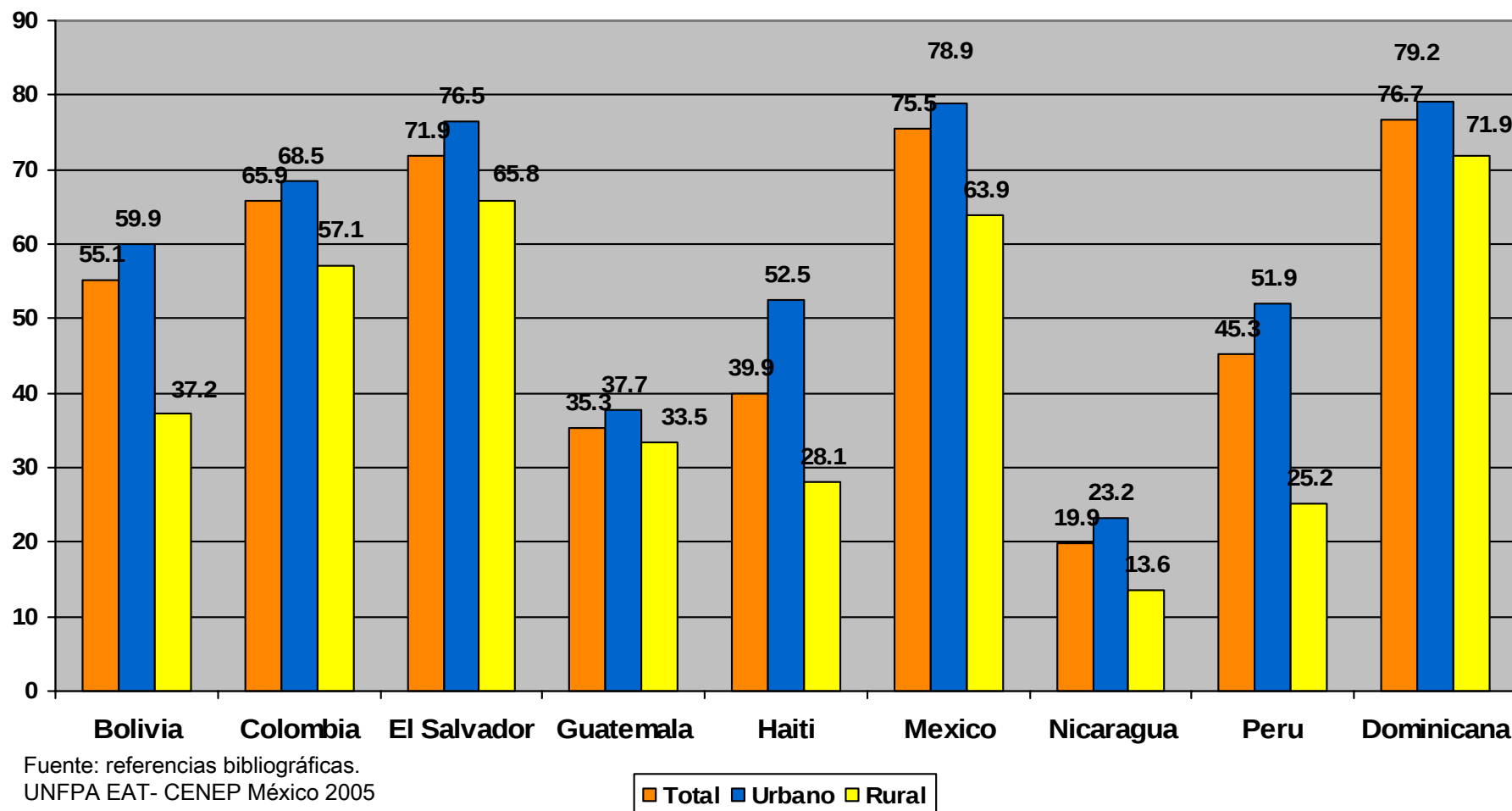
% Adolescentes mujeres 15-19 años unidas con necesidades insatisfechas de anticoncepción



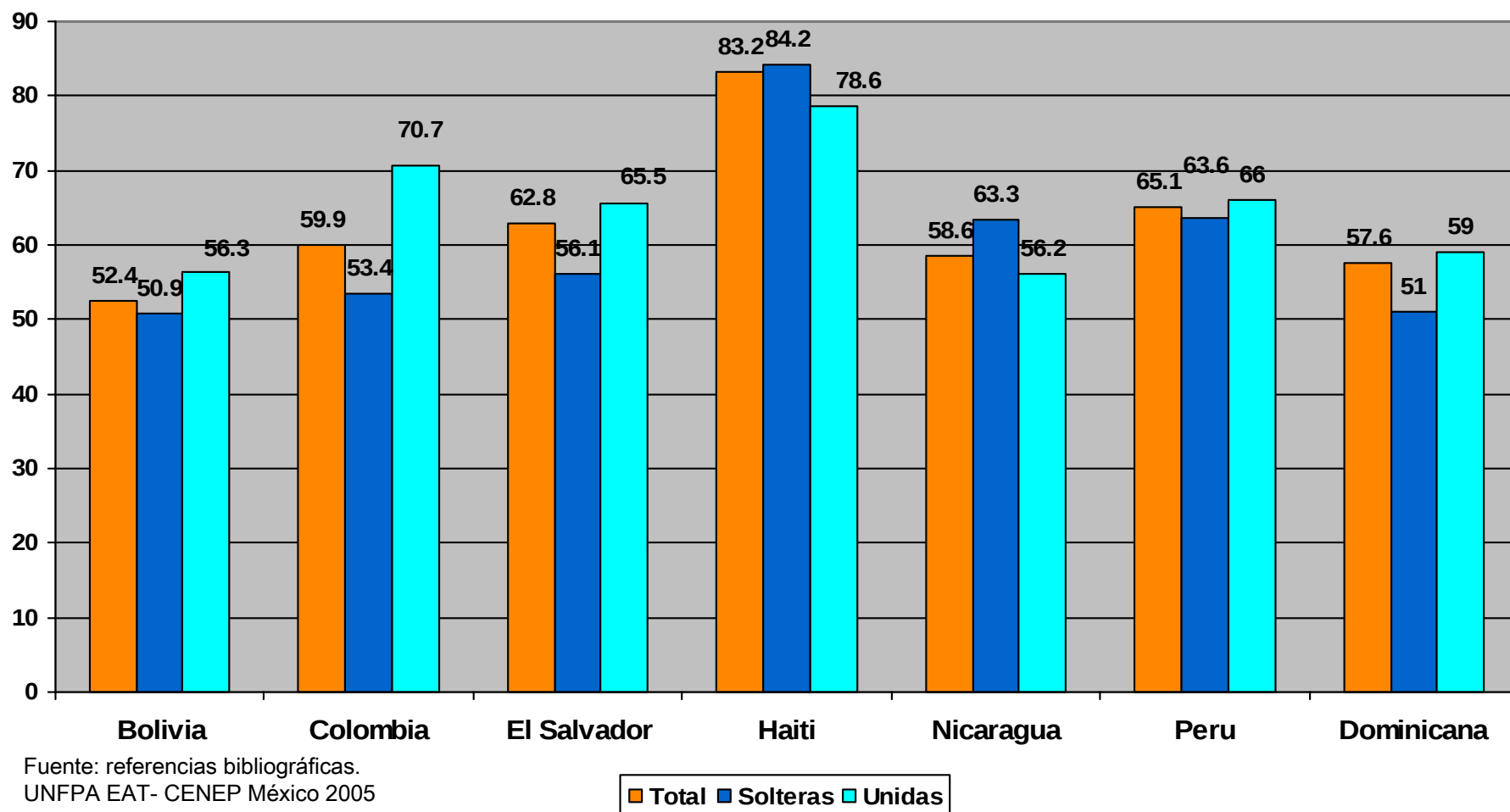
Fuente: DHS últimos años disponibles (2000-2003)
UNFPA EAT- CENEP México 2005

■ Total ■ Para espaciar ■ Para limitar

% Adolescentes mujeres 15-19 años
que oyeron hablar de SIDA que saben
que el condón evita el contagio



% Adolescentes mujeres 15-19 años
iniciadas sexualmente
que declaran no estar en riesgo de SIDA



Pueblos Indígenas (LAC)

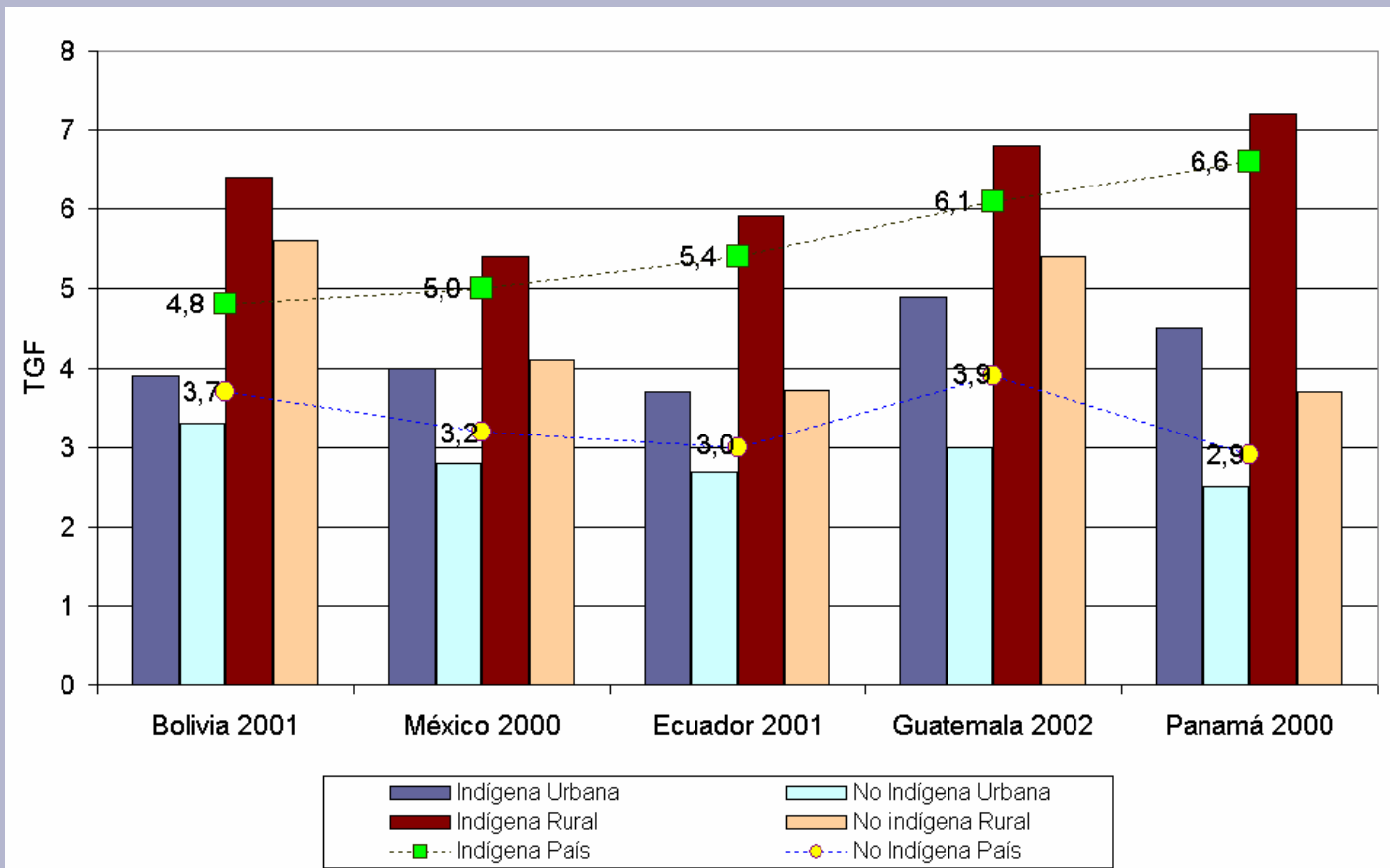
- Escasa reducción de la pobreza en la década de los pueblos indígenas (1994-2004)
- Indígenas se recuperan más lentamente de las crisis económicas
- Brecha de pobreza más profunda entre indígenas
- Menos años de educación y menor acceso a servicios de salud



No obstante la generalizada reducción de la tasa de fecundidad, la población indígena y la que reside en zonas rurales sigue presentando tasas muy elevadas

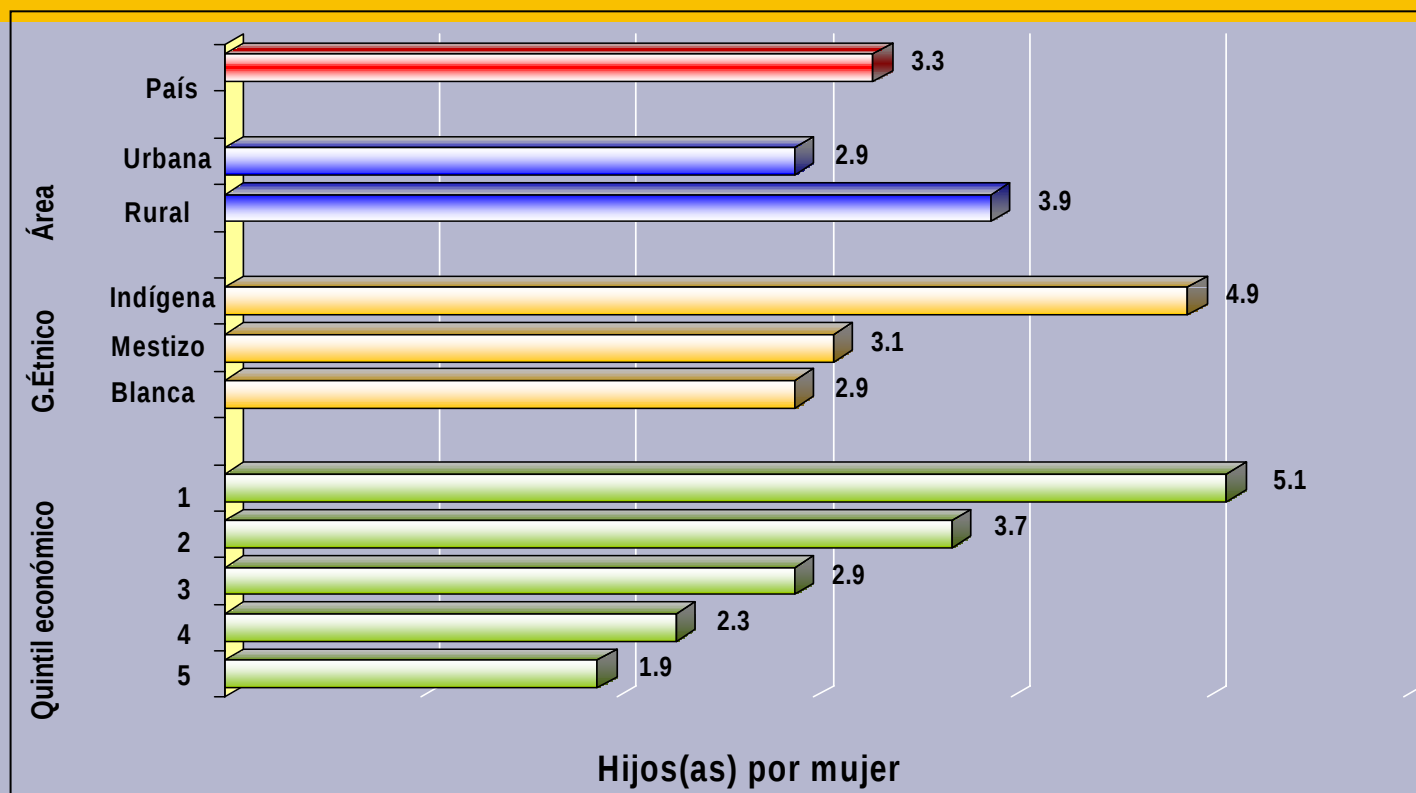


América Latina (5 países): Tasa global de fecundidad (TGF) para mujeres indígenas y no indígenas por zona de residencia. Censos 2000



Fuente: Proyecto BID-CELADE "La población indígena y afrodescendiente a partir de los censos".

Ecuador: Tasa global de fecundidad (TGF),
según características seleccionadas



FUENTE: CEPAR, Informe ENDEMAIN 2004. Quito, enero del
2005

ELABORACIÓN: CEPAR

Construcción de los derechos reproductivos



- Debate y movilización de apoyos sociales y políticos para lograr consensos en materia de población y desarrollo en el seno de las Naciones Unidas: CIPD, MDG.
- Políticas públicas nacionales.
- Condiciones políticas, económicas, sociales, culturales y simbólicas para que los derechos se traduzcan en calidad de vida y ejercicio real para todas las personas, especialmente las más excluidas.

Enfoque normativo. Paul Hunt

- El Relator Especial ha hecho hincapié en la importancia de un "enfoque normativo" del derecho a la salud:
 - Procesos normativos a nivel local, nacional e internacional.
 - Normas universalmente convenidas que dan lugar a obligaciones de los gobiernos,
 - Respeto, Protección, Cumplimiento
 - Mecanismos eficaces y transparentes de seguimiento y responsabilización.
 - Esta combinación de normas, obligaciones, seguimiento y responsabilización legitimados a escala mundial favorece la potenciación de los individuos y las comunidades desfavorecidos y marginados, y hace más probable que las políticas basadas en los derechos humanos, incluido el derecho a la salud, sean eficaces, sólidas, sostenibles, incluyentes, equitativas y significativas para todos los miembros de la sociedad.

Enfoque normativo. Paul Hunt

- El Relator Especial anima a los gobiernos a que incorporen el derecho a la salud en todas sus actividades, de modo explícito y global, como medio de reforzar y promover sus políticas, estrategias y programas en vigor.
- El Relator Especial insta a todos los agentes a que, haciendo abstracción de los aspectos sensibles, reconozcan explícitamente la función indispensable de la salud sexual y reproductiva en la lucha contra la pobreza. Este reconocimiento explícito es importante porque lo que no se menciona puede muy bien quedarse sin ayuda.
- **Considerados en conjunto los derechos a la salud sexual y reproductiva tienen una función indispensable que desempeñar en la lucha contra la intolerancia, la desigualdad de género, el VIH/SIDA y la pobreza mundial.**

Determinantes Sociales en Salud

→ **«Sólo cuando se consiga igualdad de condiciones se podrá hablar de desigualdad. Sólo cuando todos tengan los pies a la misma altura se podrá determinar quién es más alto que otros.»**



→ **Bertold Brecht**

La SSR representa
alrededor del
20% de la carga total
de enfermedad
en la mujer
y de un 14%
para el hombre.

**Resolver
la agenda
inconclusa**

**Desarrollo
Regional de la
Salud**

**Enfrentar
los nuevos
desafíos**

**Proteger
los logros
alcanzados**

- Reducción de la Mortalidad Materna, Perinatal e Infantil
- Reducción de tasa de mortalidad por Cáncer de Cervix
- Disminuir el Aborto inseguro
- Reducir los embarazos no deseados
- Reducción de anemia gestacional
- Reducción de las ITS y VIH
- Integralidad de SR

- Involucramiento de los hombres en SSR
- Políticas conciliatorias
- Marco de garantías a los/as adolescentes
- Financiamiento y énfasis en desigualdades.
- Género, derechos humanos, interculturalidad
- Violencia Sexual, intrafamiliar y de genero
- Embarazo/ Maternidad adolescente
- Feminización del VIH
- Integralidad de políticas públicas (a lo largo del ciclo de vida)

- Sostenibilidad normativa/ políticas
- Aseguramiento de insumos de salud reproductiva
- Programas y Planes.
- Anticoncepción de emergencia
- Educación Sexual.

DRA. ANA GUEZMES GARCIA



HOMERO 806
COL. POLANCO
MEXICO, D. F. 11550

Tel.: ++ 52 55 52507977

Fax: ++ 52 55 52037575

Email: ana.quezmes@eat.org.mx

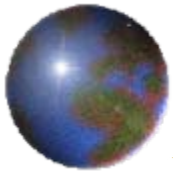
Internet: www.unfpa.org

OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO

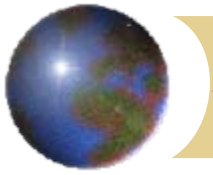
Un Reto Global – Un Reto Local



*La Oportunidad de Construir una Agenda
de Desarrollo para America Latina*

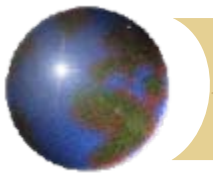


*La oportunidad de construir una
agenda mundial para el desarrollo:
Un Reto Global- Un Reto Local*



La Declaración del Milenio

“Nosotros, Jefes de Estado y de Gobierno, nos hemos reunido en la Sede de las Naciones Unidas en Nueva York del 6 al 8 de septiembre de 2000, en los albores del nuevo milenio, para reafirmar nuestra fe en la Organización y su Carta como cimientos indispensables de un mundo más pacífico, más próspero y más justo.”



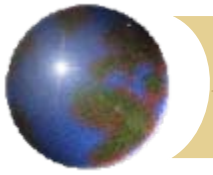
La Declaración del Milenio

Desarrollo Humano

“ Desarrollo para la gente, por la gente y con la gente ”

Valores y principios:

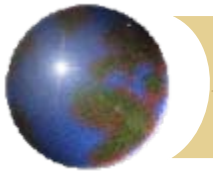
- La libertad
- La igualdad
- La solidaridad
- La tolerancia
- El respeto a la naturaleza
- Responsabilidad común



La Declaración del Milenio

Objetivos generales:

- La paz, la seguridad y el desarme
- El desarrollo y la erradicación de la pobreza
- Protección de nuestro entorno común
- DD.HH., democracia y buen gobierno
- Protección de las personas vulnerables
- Atención a las necesidades de África
- Fortalecimiento de las Naciones Unidas



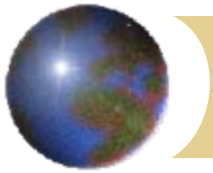
Los Objetivos del Milenio

8 Objetivos de Desarrollo:

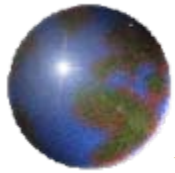
claros y delimitados, estables en el tiempo,
sencillos de comunicar, que incluyen elementos
básicos del bienestar.

18 Metas que especifican estos objetivos

48 Indicadores que miden los avances

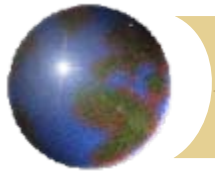


- **Los ODM 1-7 apuntan a reducciones radicales en pobreza, enfermedad y degradación ambiental. El ODM 8 es esencialmente un compromiso a una alianza global entre países ricos y países en desarrollo para lograr los primeros siete objetivos**
- **La declaración del Milenio reconoce que la pobreza extrema tiene múltiples dimensiones, no solo bajo ingreso, sino también: la vulnerabilidad a las enfermedades, la exclusión al sistema educativo, el hambre crónica y la desnutrición, la falta de acceso a servicios básicos y la degradación ambiental**



ODMs: Un Reto global – Un Reto Local

*“Los **Objetivos de Desarrollo del Milenio** deben ser entendidos, como: Objetivos, como compromisos, como decisiones, como mediciones, como medidas a tomar, como acuerdos, como anhelos, como demandas sociales. Trabajar por ellos implica fundamentalmente: entender la realidad de las personas mas pobres que viven en un país, asumir las responsabilidades que derivan de querer transformar esa realidad y tomar las decisiones y acciones necesarias para cambiarla”*



ODMs: Un Reto global – Un Reto Local



OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO

SISTEMATIZADOR DE INDICADORES DE MONITOREO DE ODM

Objetivo 1: Erradicar la extrema pobreza y el hambre

Objetivo 2: Lograr la enseñanza primaria universal

Objetivo 3: Promover la igualdad entre géneros y la autonomía de la mujer

Objetivo 4: Reducir la mortalidad infantil

Objetivo 5: Mejorar la salud materna

Objetivo 6: Combatir el VIH/sida, la malaria y otras enfermedades

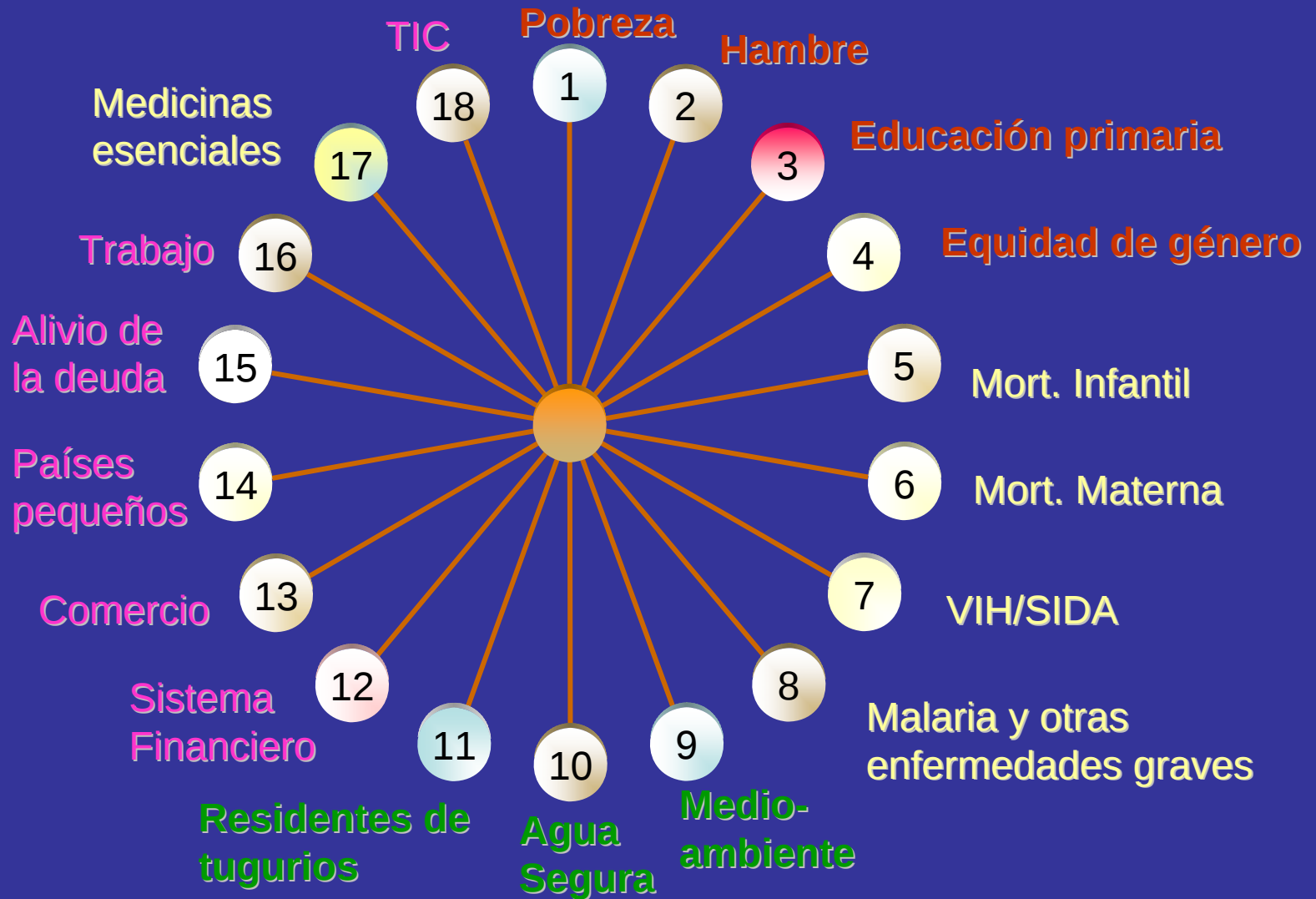
Objetivo 7: Garantizar la sostenibilidad del medio ambiente

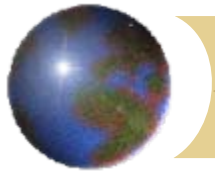
Objetivo 8: Fomentar una asociación mundial para el desarrollo



ODMs: Un Reto global – Un Reto Local

18 Metas interrelacionadas

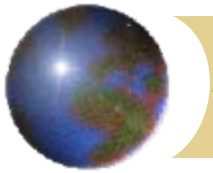




ODMs: Un Reto global – Un Reto Local

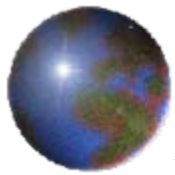
Por qué los ODM son importantes?

- Los ODM reconocen la multidimensionalidad de la pobreza extrema como son: los bajos ingresos, la vulnerabilidad a las enfermedades, la exclusión al sistema educativo, el hambre crónica y la desnutrición, la carencia de servicios básicos y la degradación medioambiental
- Los ODM son metas específicas de reducción de la pobreza **más completas** y que más amplio apoyo han obtenido en el mundo.
- Para el sistema político internacional, representa la piedra angular en la que se basa una política de desarrollo.
- Para las personas que viven en condiciones de pobreza extrema representan los medios necesarios para poder llevar una vida productiva.
- Para todos los habitantes del mundo, son la piedra angular de la búsqueda de un mundo más seguro y más específico.



❖ falta de participación ciudadana y un compromiso fuerte de la sociedad civil en la identificación de estrategias nacionales, en la vigilancia de la idoneidad de inversión pública, y la supervisión del gobierno en la lucha contra la corrupción y la ilegalidad.

❖ También ocurre que a pesar de una buena gobernanza se descuida perspectivas y determinadas políticas, lo que puede tener efectos desastrosos en la calidad de vida de los ciudadanos, un ejemplo de esto podría ser la falta de perspectiva de género, o la falta de inversión en la prevención del VIH/SIDA



Los objetivos del Milenio:

Un Esfuerzo Global una Tarea Regional

Qué significa asumir la implementación de los ODMs en los países y en la región:

1. Asumir una tarea que va mas allá del gobierno de turno, identificando los gobiernos cuál es su rol dentro de un proceso de largo plazo
2. Ajustar los planes de gobierno a acuerdos sociales
3. Significa identificar acciones concretas en el marco de programas sostenibles
4. Significa crear acuerdos sostenibles de largo plazo
5. Significa asumir que la acción necesaria para el avance en el cumplimiento de los ODMs es un proceso mas que una acción
6. Significa ajustar la toma de decisiones a acuerdos y a procesos donde la información es vital
7. Significa someter la acción política a evaluación
8. Significa crear las condiciones para mejorar las capacidades institucionales necesarias para crear un proceso sostenible



Los objetivos del Milenio:

Un Esfuerzo Global una Tarea Local

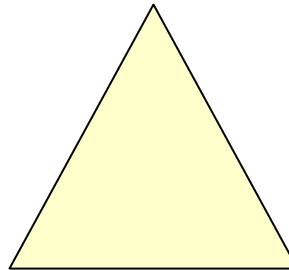
¿Por qué promover los Objetivos de Desarrollo del Milenio desde lo local?

Porque se requieren tres tipos de acciones que desde lo local es posible abordar:

¿Qué significa abordar los ODMs desde lo local?

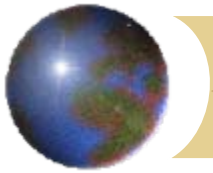
Significa asumir 3 tareas constantes, para las cuales es necesario tener capacidad institucional de dar seguimiento

Comprender la
realidad
de los ciudadanos



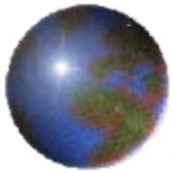
Movilizar compromisos y
responsabilidades

Emprender las acciones
necesarias a partir de la
toma de acciones

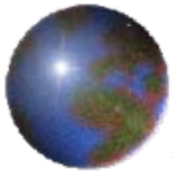


❖ El desarrollo de políticas públicas depende fundamentalmente de:

1. El **interés** que despierte la voluntad política
2. La capacidad de **comprender** la realidad social: que depende de tener información y saber interpretarla
3. La capacidad de **actuar** sobre la realidad a través de la toma de decisiones plasmada en la acción política



*Estado de Avances de los ODMs:
De la realidad Mundial a la
Local en América Latina*



“la desigualdad inicial, el insuficiente y volátil crecimiento económico y la concomitante falta de empleos de calidad están en la base de la persistencia de la pobreza, que afecta en promedio al 43% de la población, incluido un 19% que vive en la pobreza extrema”



OBJETIVO 1:

ERRADICAR LA EXTREMA POBREZA Y EL HAMBRE

ODM
2015*Hoy*

En el mundo

- Más de 1.200 millones personas (una de cada cinco personas) subsisten con menos de 1 dólar por día.
- De ellas, 25% son jóvenes.
- 800 millones de personas se acuestan con hambre cada día.
- 28.000 niños mueren por causas derivadas de la pobreza cada día.

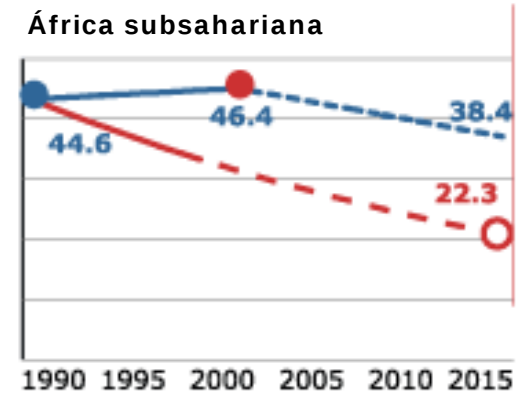
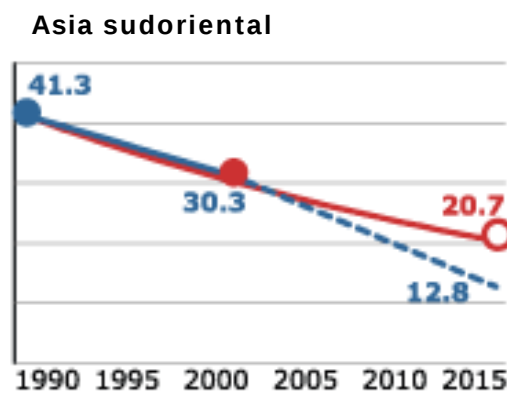
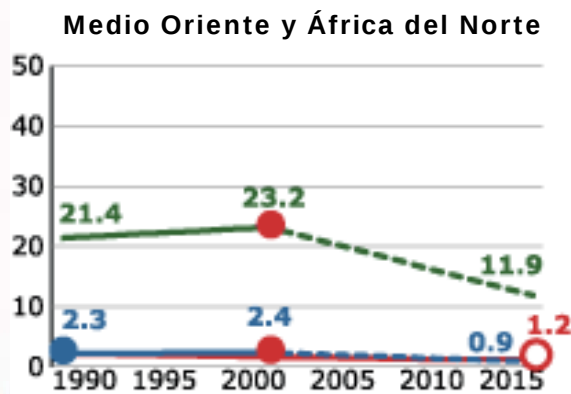
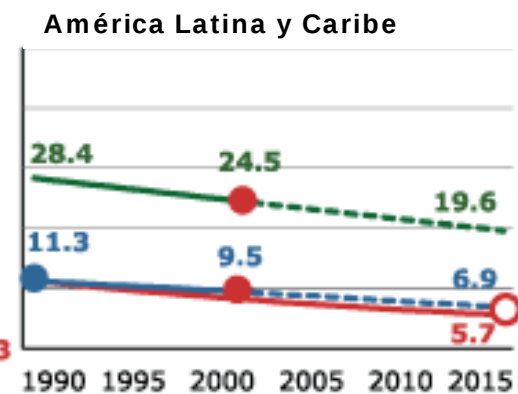
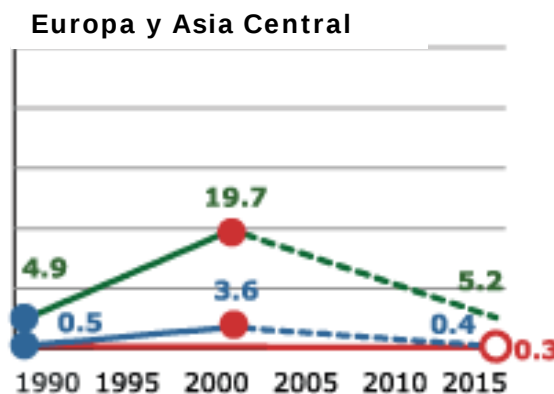
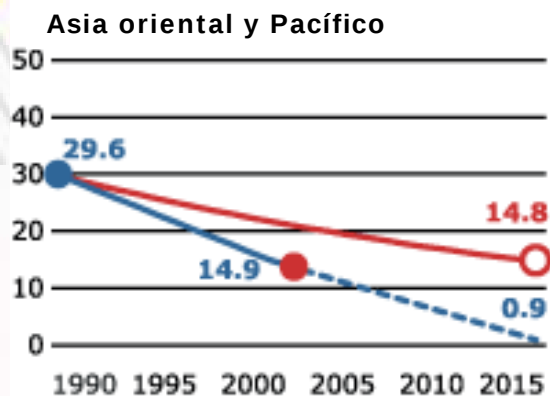
*Hoy*

En América Latina

- Más de 1.200 millones personas (una de cada cinco personas) subsisten con menos de 1 dólar por día.
- De ellas, 25% son jóvenes.
- 800 millones de personas se acuestan con hambre cada día.
- 28.000 niños mueren por causas derivadas de la pobreza cada día.



Población con ingresos inferiores de 1 dólar (2 dólares) por día



1990 2000 Meta 2015



Fuente: Banco Mundial

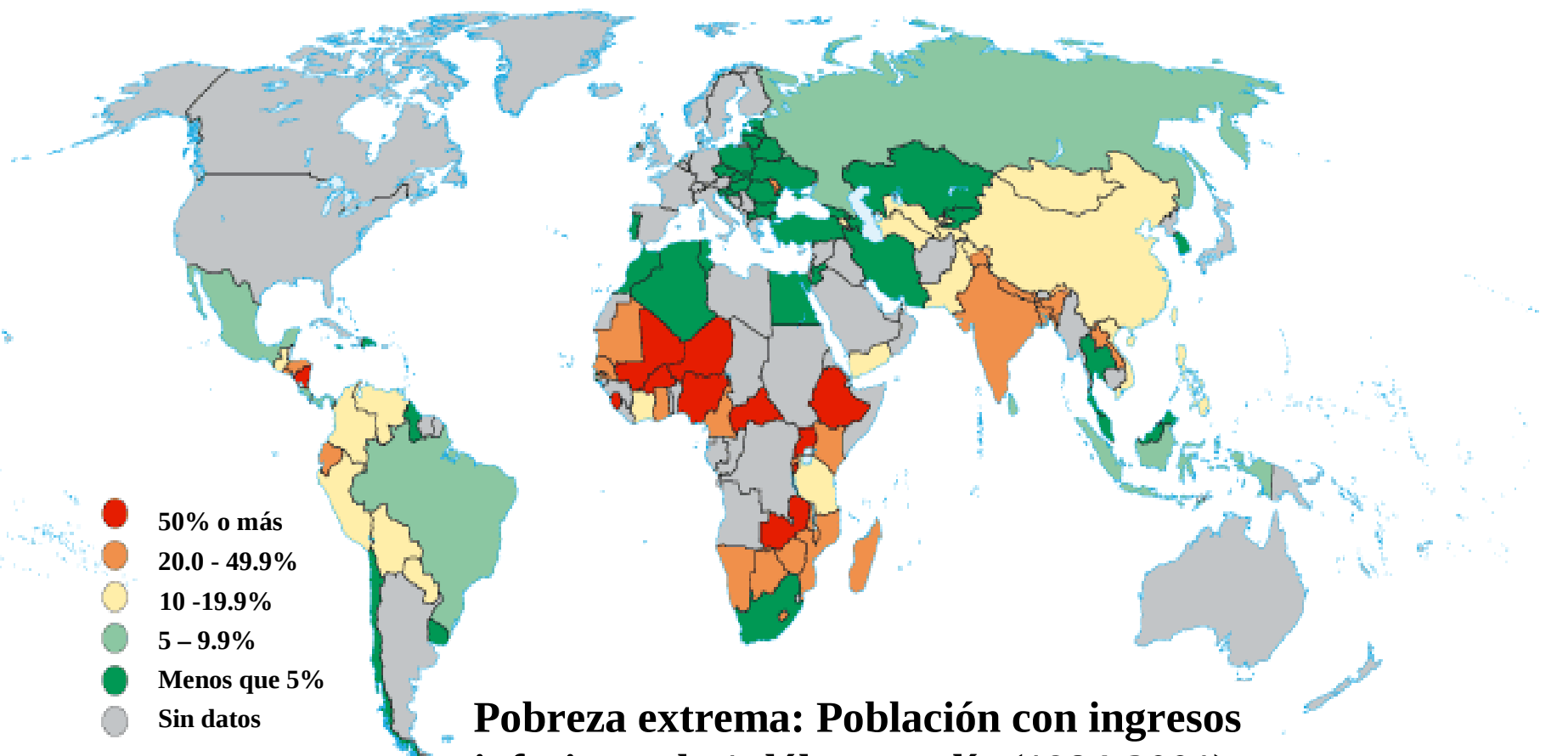
Extrema pobreza: 1\$/día

— actual — proyectada

— Tendencia requerida para alcanzar el objetivo

Pobreza: 2\$/día

— actual — proyectada

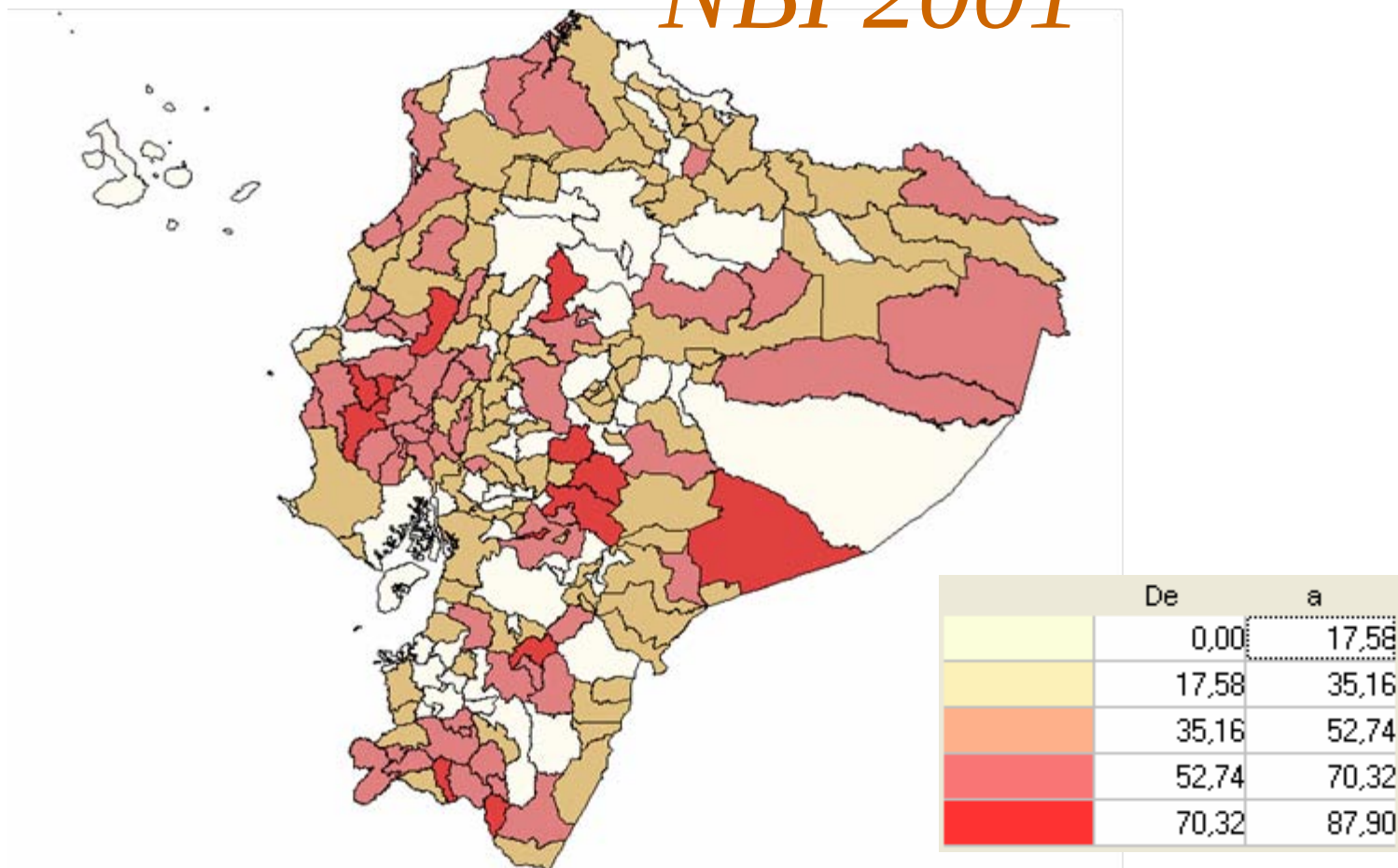


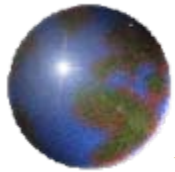
Pobreza extrema: Población con ingresos inferiores de 1 dólar por día (1984-2001)



Extrema pobreza Ecuador

NBI 2001





Situación de los ODMs en América Latina

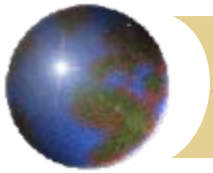
- i) El progreso registrado en la consecución de la meta de pobreza extrema es insuficiente

el examen basado en líneas nacionales calculadas por la CEPAL indica que solo un país ha alcanzado ya la meta y que cinco lograron un progreso importante transcurridos¹⁴ de los 25 años que median entre 1990 y 2015. En todos los países restantes, el avance fue escaso o, como sucedió en algunos, se registraron retrocesos.

- ii) Sin embargo, la región está en vías de cumplir la meta sobre hambre.

De hecho, en 15 de 24 países se redujo la subnutrición, pero es inquietante que la mayoría de los países con mayor rezago no hayan progresado a un ritmo acorde con el logro de esta meta.

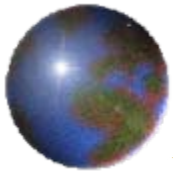
Tomado de: CEPAL, Los Objetivos de Desarrollo del Milenio: Una Mirada desde América Latina y el Caribe, Naciones Unidas, 2005.



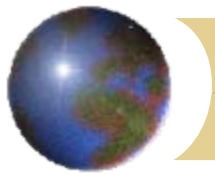
iii. Los problemas de insuficiencia de empleos y de baja calidad de estos son los más apremiantes: el desempleo abierto aumentó del 6,9% en 1990 al 10% en el 2004, y el sector informal urbano y las actividades agrícolas de baja productividad absorben más de la mitad del empleo en la región.

iv) El avance en la consecución de algunas metas indica que la región se encuentra en vías de alcanzarlas(entre otras, la equidad de género en la educación, el acceso a fuentes mejoradas de agua y la reducción de la mortalidad en la niñez)

v) La degradación del medio ambiente natural y construido, que es alta y va en aumento, tiene efectos negativos para la población pobre, tanto de las zonas urbanas como rurales.

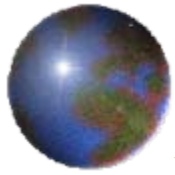


De Recomendaciones a Estrategias

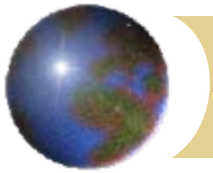


Recomendaciones de Política

1. La reducción a la mitad de la pobreza extrema y el hambre hasta el año 2015 exige un crecimiento económico rápido y sostenido
2. El crecimiento económico no es suficiente para lograr los objetivos de desarrollo en la región; una adecuada aproximación al crecimiento con equidad
3. Junto con reducir la pobreza y el hambre como urgencias de corto plazo, es necesario invertir en capital humano mediante programas sociales
4. Los países de la región deben hacer un gran esfuerzo interno para cumplir los objetivos de desarrollo del Milenio. Entre otras cosas, es indispensable que lleguen a un consenso sobre un verdadero nuevo pacto fiscal
5. Es imperativa la conclusión exitosa de las negociaciones que permitan a los países acceder a los mercados internacionales



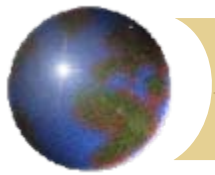
Preparando Estrategias Nacionales de Desarrollo



“Preparando una Estrategia en el marco de los ODM”

PASOS

- 1. Proceso efectivo e INCLUSIVO**
- 2. Revisar las estrategias existentes y definir una línea de base**
- 3. Asesoría de las necesidades (temas transversales)**
- 4. Desarrollar un Plan de Acción a 10 años**
- 5. Escribir una Estrategia Nacional de Desarrollo**



Preparando una Agenda Regional

- La oportunidad de una acuerdo mundial por el bienestar
- Un momento el establecimiento de una fecha: Una cita con el bienestar
- Alianzas para el desarrollo: el poder de la tarea colectiva
- Los territorios como lugares de desarrollo y concertación

- Una agenda para la gobernabilidad
- Rendición de cuentas
- Fortalecimiento institucional
- La necesidad de fijar agendas de largo plazo
- La cualificación de la demanda y de la oferta
- La oportunidad de construir acuerdos nacionales



**CONFEDERACIÓN PARLAMENTARIA DE LAS AMÉRICAS
VII ASAMBLEA GENERAL
QUITO, ECUADOR, DEL 29 DE MAYO AL 3 DE JUNIO DE 2006**

Comité de Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable

Informe

Presidente: Senador **Dudley Lucia**. Antillas Neerlandesas.

Relator: Diputado **Efraín Villanueva Arcos**, México.

Con el tema “Implicaciones de los acuerdos comerciales en la conservación del medio ambiente y la adopción de políticas que permitan el desarrollo sustentable”, se llevó a cabo la reunión de esta comisión, con la participación de las siguientes personalidades:

- Dra. **Lorena San Román**, Vicepresidente para América Latina de “Green Acres Environmental Services.
- Dr. **Robert Hofstede**, Coordinador Regional de Programa de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN).
- Dr. **Miguel Solanes**, Asesor Regional Derechos de Agua y Regulación de Servicios de la CEPAL.
- Diputado **José Sandoval**, Vicepresidente de la Conferencia Mexicana de Congresos y Legisladores Estatales.

De las intervenciones y la interacción con los asistentes, se destacaron los siguientes aspectos:

- Es necesario que cada país elabore una estrategia nacional para el Desarrollo Sustentable, para asegurar un desarrollo económico socialmente responsable y proteger los recursos y el medio ambiente en beneficio de las futuras generaciones.
- Los parlamentarios deben considerar la formulación y mejoramiento de leyes y reglamentos nacionales, estatales, provinciales y locales, que sirvan de instrumento para poner en práctica las políticas sobre medio ambiente y desarrollo.
- El tema ambiental ha sido prácticamente excluido del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas, debido a posiciones encontradas basadas en parte al proteccionismo y acceso a mercados por un lado, y a la estructura de costos y competitividad por otro. Ello debe ser corregido.

- Se hizo referencia a un estudio sobre los procesos de integración que se están llevando a cabo en América, cuyas principales conclusiones son:
 - o Para que la integración hemisférica sea exitosa, las estructuras deben fijar como objetivo el desarrollo sustentable.
 - o El debate entre comercio y medio ambiente debe evolucionar.
- El sector parlamentario de América Latina requiere de información y conocimiento sobre los acuerdos internacionales, regionales y subregionales en el tema de Medio Ambiente, por lo que además de aprovechar la iniciativa del PNUMA con el proyecto Ciudadanía Ambiental Global, COPA debe alentar el que la región cuente con un Centro de Capacitación Virtual en materia ambiental y de desarrollo sostenible, con el propósito de elaborar leyes marco que ayuden a los países a elaborar sus propias legislaciones y reglamentos en estas temáticas.
- Uno de los Objetivos de Desarrollo del Milenio aprobado por Naciones Unidas, es el de garantizar la sostenibilidad ambiental del planeta, por lo que debemos avanzar en cuatro aspectos:
 - o Conservación de la biodiversidad
 - o Equidad social en el manejo ambiental
 - o Gestión integrada de los recursos naturales
 - o Gobernanza ambiental, que significan leyes y acuerdos para la gestión ambiental.
- El Parlamento Andino está trabajando ya en la creación de un instrumento institucional de la Comunidad Andina de Naciones para generar conocimiento científico sobre biodiversidad, que es el Instituto Andino de Biodiversidad..
- Se propuso que para todos los países que firman acuerdos comerciales y que no tienen una legislación adecuada para protección del Medio Ambiente, se deben fortalecer sus marcos legales para evitar conflictos entre un inversor internacional con los grupos humanos que utilizan los bienes comunes para su propia existencia, pues debe considerarse ilegal la utilización de un bien común para beneficios privados. Particularmente, se debe buscar que los Tribunales de Mediación y Arbitraje estén a la altura de la dimensión de los conflictos actuales, logrando un sistema de apelaciones confiables y transparentes, que consideren los principios jurídicos existentes en los países, así como los convenios y acuerdos internacionales y regionales sobre sustentabilidad ambiental.
- Especial atención se debe poner en la políticas macroeconómicas que pueden generar tanto beneficios como problemas de devastación de los recursos naturales.
- En América Latina debemos fortalecer la valoración de los recursos naturales a través de los servicios ambientales que prestan a la sociedad, por lo que es conveniente legislar sobre estos aspectos. Del mismo modo, se deben mejorar los procesos de monitoreo y evaluación de los impactos ambientales.
- Los parlamentarios deben revisar la Agenda 21 e impulsar la elaboración y planeación de Agendas 21 locales, así como brindar mayor atención a los aspectos éticos.
- Se consideró también que para fortalecer el concepto de sustentabilidad ambiental y los principios éticos que deben regir su operación y funcionamiento, se debe fortalecer la educación ambiental orientada fundamentalmente a las nuevas generaciones.



***VII Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas
(COPA)
e VI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas***

Quito, Equador

29 de maio a 3 de junho de 2006

Fotos do evento - COPA





2006-08-01